



Nathália Araujo Ribeiro Santana

**O Serviço Social na Força Aérea
Brasileira e particularidades na
contratação de militares temporários**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social do
Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Márcia Regina Botão Gomes



Nathália Araujo Ribeiro Santana

**O Serviço Social na Força Aérea
Brasileira e particularidades na
contratação de militares temporários**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-
Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora
abaixo.

Profª. Márcia Regina Botão Gomes

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profª. Inez Terezinha Stampa

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida

UERJ

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Nathália Araujo Ribeiro Santana

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2009). Foi residente de Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE - UERJ) de 2010 a 2012 atuando na área da saúde do Idoso onde realizava grupos com idosos e seus familiares e cuidadores além de prestar atendimento nos ambulatórios e enfermarias e realizar visitas domiciliares. Foi Assistente Social da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro onde trabalhou realizando atendimentos em uma Unidade de Pronto Atendimento no período de 2011 a 2012. Desde o ano de 2012 é Assistente Social da Força Aérea Brasileira onde realiza atendimentos sociais à militares e seus dependentes, atua na área de campanhas e Projetos também voltados a este público alvo e supervisiona estagiários da Universidade Cândido Mendes. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase na temática do mundo do Trabalho.

Ficha Catalográfica

Santana, Nathália Araujo Ribeiro

O serviço social na Força Aérea Brasileira e particularidades na contratação de militares temporários / Nathália Araujo Ribeiro Santana; orientadora: Márcia Regina Botão Gomes. – 2020.

149 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2020.

Inclui bibliografia

1. Serviço Social - Teses. 2. Serviço social. 3. Precarização do trabalho. 4. Força Aérea Brasileira. 5. Militares temporários. I. Gomes, Márcia Regina Botão. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

A todos que de alguma forma contribuíram para a construção dessa dissertação...

À minha família, pelo incentivo e apoio desde a inscrição no curso de mestrado e por suportar minhas ausências quando necessário... Obrigada!

Aos colegas de trabalho da FAB, por terem contribuído com esta dissertação através do preenchimento voluntário do questionário, acreditando na pesquisa como força motriz da realidade... Obrigada!

Às colegas de trabalho com as quais tive o prazer de trabalhar nesses anos de serviço prestado à FAB e que me motivaram a enveredar pela escolha de pesquisar nossa própria realidade... Obrigada!

Às colegas de trabalho da Assessoria de Serviço Social, local onde aprendi muito sobre a gestão do Sistema de Serviço Social e de onde pude acessar os dados sistematizados para realização desta pesquisa... Obrigada! (em especial, Lílian, Priscila e Ester pelo incentivo SEMPRE!)

Aos colegas da turma de mestrado da PUC- Rio, por terem tornado este caminhar mais leve e descontraído e pelas trocas e contribuições em sala de aula.... Agradeço especialmente às amigas que levarei para a vida, Beth e Cris, por suas palavras, conselhos, incentivo e pelas caronas oferecidas.... Obrigada!

À banca examinadora pela nobre missão de aperfeiçoar a dissertação com suas contribuições! À Inez pela contribuição nas disciplinas ministradas, ao Ney pelo apoio e incentivo desde o surgimento do objeto de pesquisa quando participei do seu grupo de estudos e à Márcia pela paciência e carinho na orientação “quase” terapêutica quando as coisas ficaram desafiadoras... Obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

GRATIDÃO!

Resumo

Santana, Nathália Araujo Ribeiro; Gomes, Márcia Regina Botão (Orientadora). **O Serviço Social na Força Aérea Brasileira e particularidades na contratação de militares temporários**. Rio de Janeiro, 2020. 149p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação é resultado da pesquisa sobre o aumento da contratação em caráter temporário dos assistentes sociais da Força Aérea Brasileira (FAB) no decorrer dos anos 2000, diante das transformações no mundo do trabalho no Brasil, engendradas sob a lógica do capital em sua fase monopolista, considerando as novas funções assumidas pelo Estado brasileiro e seus processos de contrarreforma iniciado nas décadas de 1980 e 1990, sendo aprofundados nas duas décadas seguintes. Assim, o recorte empírico do objeto de pesquisa, bem como o referencial teórico, foi delimitado a partir da nossa experiência profissional, quando observamos uma expressiva contratação temporária dos assistentes sociais da FAB. Essa forma de contratação expressa elementos de precarização do trabalho para um segmento de trabalhadores com formação especializada. Para o desenvolvimento da pesquisa buscou-se caracterizar o perfil dos assistentes sociais militares temporários que prestam serviço nos Grupamentos de Apoio da FAB (GAPs), identificando o nível de qualificação profissional exigido para o ingresso e manutenção nos quadros profissionais da instituição e apontando de que maneira a ampliação deste tipo de contratação em caráter temporário se insere no bojo das formas de precarização do trabalho no Brasil. Observou-se que o efetivo de assistentes sociais dos Grupamentos de Apoio da FAB atualmente é composto majoritariamente por profissionais temporários e que a principal expressão da precarização deste quadro é o vínculo de trabalho, gerador de constante instabilidade e incertezas. Por outro lado, destacaram-se como fatores positivos a potencialidade do trabalho desenvolvido, a remuneração, as condições objetivas de trabalho e a possibilidade de capacitação profissional dentro da instituição no período determinado de trabalho que se realiza no máximo em oito anos de contratação.

Palavras-chaves

Serviço Social; Precarização do trabalho; Força Aérea Brasileira; Militares Temporários.

Abstract

Santana, Nathália Araujo Ribeiro; Gomes, Márcia Regina Botão (Advisor). **The Social Work in The Brazilian Air Force and particularities of hiring temporary military.** Rio de Janeiro, 2020. 149 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation is a result of research of the increasing of hiring temporary character of social workers of Brazilian Air Force during the 2000s, against of the transformation in the world of the work in Brazil, engineered of the logic of the capital in the monopolist stage, considering the new functions assumed by Brazilian State and it's process of conter-reform initiated in the 1980s and 1990s. It's being deepened in the two decades ahead. So, the empirical clipping of the research object, as well as the theoretical framework, was delimited from our professional experience, when we observe an expressive hiring shows elements of precariousness of work in a segment of workers with specialized training. The development of the reserch, sought characterize the profile of the temporary military social workers that works in GAP & nb sp, identifying the level of professional staff and pointing the way of enlargement of the type of hiring in temporary character inserts in forms of precarious work in Brazil. It was observed that the effective of social work of (GAP) actually is majority compound for temporary professionals and the main expression of precariousness in work bond, generator of constant instability and uncertainties. In the other side stands out of positive factors the potential development of work, remuneration, work conditions and the possibility of professional training inside the institute in determinated period of work that is realized no later than eight years of hiring.

Keywords

Social Work; Precarious work; Brazilian Air Force; Temporary Military.

Sumário

Introdução	15
1. Breve apresentação do Campo	21
1.1. O Serviço Social na Força Aérea Brasileira de 1960 aos dias atuais: breve histórico x recente panorama	21
1.2. O trabalho realizado pelo assistente social da Força Aérea Brasileira	31
1.3. Trabalhadores militares: “uma categoria Especial de Servidores da Pátria”	39
2. Referencial Teórico	55
2.1. Neoliberalismo, contrarreforma do Estado e a precarização do trabalho	55
2.2. Incidências da contrarreforma do Estado na FAB: mudanças das formas de contratação no setor público militar e retrocessos de direitos	72
2.3. Trabalho e o Serviço Social	81
3. A precarização especializada na FAB e as formas de contratação dos Assistentes Sociais temporários em questão	90
3.1. Tema, questões norteadoras, definição do objeto e objetivos da pesquisa	90
3.2. O caminho percorrido na pesquisa: método e metodologia	92
3.3. Desvelando as particularidades da precarização especializada	98
4. Considerações finais	125
5. Referências bibliográficas	131
6. Anexos	137

Lista de figuras

Figura 1- Plano de Assistência Social do COMAER	25
Figura 2- Trajetória do Sistema de Assistência Social do COMAER	31
Figura 3- Recursos Humanos em Serviço Social.	32
Figura 4- Composição do Ministério da Defesa	41
Figura 5- Tabela de Postos e Graduações das Forças Armadas	44

Lista de gráficos e tabelas

Tabela 1- Sistematização das formas de inserção de Assistentes Sociais na FAB	28
Gráfico 1- Assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB por faixa etária	100
Gráfico 2- Assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB por sexo	100
Gráfico 3- Assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB por localidade	101
Gráfico 4- Assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB por quadro funcional	102
Gráfico 5- Ano de ingresso dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB	103
Gráfico 6- Escolaridade dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB	104
Gráfico 7- Experiência profissional dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB	105
Gráfico 8- Principais motivos elencados para inserção profissional na FAB	106
Gráfico 9- Principais funções desempenhadas pelos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB	108
Gráfico 10- Relações de trabalho e o trato com os superiores	109
Gráfico 11- Relações de trabalho e o trato com os subordinados	110
Gráfico 12- Relações de trabalho e perda de continuidade das atividades desenvolvidas na OM	112
Gráfico 13- Condições de trabalho dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB	113
Gráfico 14- Estrutura física de trabalho dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB	113
Gráfico 15- Espaço de trabalho dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB	113

Gráfico 16- Recursos financeiros recebidos pelos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB para o desenvolvimento de seu trabalho	115
Gráfico 17- Motivação para capacitação profissional dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB	117
Gráfico 18- Estímulo institucional para capacitação profissional dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB	117
Gráfico 19- Realização de pesquisas referentes ao trabalho dos assistentes sociais da FAB pelos temporários dos grupamentos de apoio	119
Gráfico 20- Produções teóricas realizadas pelos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB	119
Gráfico 21- Desejo dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio em sair FAB antes do término do tempo de serviço	120

Lista de siglas

AFA – Academia da Força Aérea
ASESO – Assessoria de Serviço Social
BM – Banco Mundial
CAN – Correio Aéreo Nacional
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAP – Centro de Apoio Administrativo
CFRA – Corpo Feminino da Reserva de Oficiais
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
COMAE – Comando de Operações Aeroespaciais
COMAER – Comando da Aeronáutica
COMAR – Comandos Aéreos Regionais
COMGAP – Comando-Geral de Apoio
COMGEP – Comando-Geral de Pessoal
COMPREP – Comando de Preparo
CPCAR – Curso Preparatório de Cadetes do Ar
DCA – Diretriz do Comando da Aeronáutica
DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DIRAD – Diretoria de Administração
DIRAP – Diretoria de Administração do Pessoal
DSS – Divisão de Serviço Social
EEAR – Escola de Especialistas da Aeronáutica
EMAER – Estado Maior da Aeronáutica
ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FAB – Força Aérea Brasileira
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNSA – Fundo de Saúde da Aeronáutica
GAP – Grupamentos de Apoio
GLO – Garantia da Lei e da Ordem
GRU – Guia de Recolhimento da União
HCA – Hospital Central de Aeronáutica
ICA – Instrução Reguladora do Comando da Aeronáutica

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LE – Licença Especial
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEI – Microempreendedor Individual
NUSESO – Núcleos de Serviço Social
OM – Organização Militar
OSA – Organização de Saúde
PASIC – Programas de Ações Sociais Integradas do Comando da Aeronáutica
PDRE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PTTC – Prestação de Tarefa por Tempo Certo
PUC RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
QCOA – Quadro Complementar de Oficiais temporários
QFO – Quadro de Formação de Oficiais do corpo feminino
QOCON – Quadro de Oficiais Convocados
QOAP – Quadro de Oficiais de Apoio
QSCON – Quadro de Sargentos Convocados
PASIC – Programa de Ações Sociais Integradas
RAS – Recursos da Assistência Social
SAS – Sistema de Assistência Social
SDEE – Subdiretoria de Encargos Especiais
SEFA – Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SESO – Serviço Social das Guarnições
SISESO – Sistema de Serviço Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TLP – Tabela de lotação de pessoal
TTC – Tarefa por Tempo Certo
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Introdução

Todo começo é difícil em qualquer ciência.
Marx, 1968, p. 4.

A dissertação que ora se apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), vincula-se à linha de pesquisa Trabalho, Sujeitos Coletivos e Política Social. A pesquisa desenvolvida teve como objetivo geral analisar as particularidades da contratação temporária dos assistentes sociais militares da Força Aérea Brasileira (FAB), ampliada a partir dos anos 2000, considerando que a partir das décadas de 1980 e 1990, o Estado brasileiro instaurou uma série de medidas que reconfiguraram suas funções, visando inserir também os trabalhadores do serviço público na perspectiva de administração gerencial para atender as transformações sociais em curso da sociedade capitalista.

Para atender ao objetivo geral, acima proposto, foi necessário entender a dinâmica institucional onde se dá o trabalho dos assistentes sociais da FAB, além de conhecer quem são os profissionais que se inserem nesse espaço sócio ocupacional de forma temporária e de que maneira esse vínculo institucional interfere nas suas relações de trabalho.

Com base no levantamento de dados realizado a partir das planilhas de cadastro de assistentes sociais, fornecido pela Assessoria de Serviço Social (ASESO), órgão central do serviço social do Comando da Aeronáutica (COMAER), com última atualização realizada no ano de 2019, foi possível contabilizar que das cento e trinta e sete (137) assistentes sociais que compõe o efetivo da FAB, cento e doze (112) se inserem neste espaço sócio ocupacional através do vínculo temporário de trabalho.

Assim, além do objetivo geral a pesquisa se desdobrou nos seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar o perfil dos assistentes sociais militares temporários da FAB que prestam serviço nos Grupamentos de Apoio:

2. Identificar o nível de qualificação profissional exigida para o ingresso e manutenção dos militares temporários da FAB nos quadros profissionais;
3. Analisar de que forma o reordenamento Estatal afetou a contratação dos assistentes sociais militares temporários da FAB;
4. Apontar de que maneira a ampliação na contratação de assistentes militares em caráter temporário na FAB se insere no bojo das formas de precarização do trabalho no Brasil.

A hipótese norteadora deste estudo foi que a contratação ampliada dos assistentes sociais militares da FAB, em caráter temporário a partir dos anos 2000, caracteriza uma tendência de precarização das relações de trabalho promovidas pelo Estado Brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, ainda que este processo expresse particularidades, devido a instituição integrar a área da Defesa Nacional.

A escolha do referido objeto relaciona-se a experiência profissional no cotidiano de trabalho da pesquisadora no Sistema de Serviço Social (SISESO) do COMAER na condição de assistente social do Quadro Complementar de Oficiais temporários (QCOA) desde o ano de 2012, com término de contrato previsto para 2020.

A vinculação ao Comando da Aeronáutica e os “quase” oito anos de serviço ativo, possibilitaram uma observação empírica sobre a atuação dos assistentes sociais militares temporários na FAB e os seus limites e possibilidades de trabalho dentro da instituição, sempre regidos pelas incertezas do prazo para o término do tempo de serviço.

A partir do levantamento realizado nos trabalhos produzidos pelos assistentes sociais do COMAER¹, bem como nos editais de contratação dos concursos e processos seletivos, foi possível notar que nas últimas décadas, as formas de ingresso de assistentes sociais na FAB têm se modificado consideravelmente de maneira a acompanhar as transformações sociais em curso,

¹ Durante a realização desta pesquisa foram mapeados junto a Assessoria de Serviço Social todos as produções que tivessem como objeto o serviço social na Força Aérea Brasileira, tendo sido encontrados oito (8) trabalhos dentre monografias, dissertações e teses, os quais utilizamos como referencial teórico. Além disso foram localizadas algumas poucas produções de artigos apresentados em congressos internos, no âmbito da FAB, e externos, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS). Este mapeamento encontra-se no anexo 7 da pesquisa na última tabela.

sempre atendendo às demandas impostas pelo capitalismo ao Estado e suas exigências ao “mundo do trabalho”² na contemporaneidade.

Dessa maneira, podemos elencar hoje, pelo menos seis modalidades de vínculo empregatício de assistentes sociais na FAB, sejam elas: profissionais servidoras civis contratadas e concursadas, militares de carreira do Quadro de Oficiais de APOIO (QOAP); militares temporários do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA), militares temporários do Quadro de Oficiais Convocados (QOCon) e militares da reserva que retornaram ao trabalho na condição de Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC).

Conforme já mencionado acima, no ano de 2019 o efetivo de profissionais assistentes sociais da FAB totalizou cento e trinta e sete (137), dentre as quais cento e doze (112) profissionais são dos quadros temporários. Cabe destacar que coexistem, atualmente, duas formas de admissão de militares em caráter temporário na FAB, a saber o Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica e o Quadro de Oficiais Convocados, as particularidades das formas de contratação temporárias compõem nosso objeto de estudo e serão mais detalhadas no decorrer da dissertação.

A partir destes números é notório que o efetivo de assistentes sociais da FAB é composto, majoritariamente, por profissionais em vínculo temporário. Ressaltamos que as referidas formas de inserção das assistentes sociais militares nas fileiras da FAB justificam-se pela demanda institucional, uma vez que as Forças Armadas não dispõem de escolas de formação para as especialidades nas quais contrata os militares temporários, além do discurso institucional da economia de gastos com o pagamento de remuneração referente a reserva³.

No cotidiano de trabalho dentro da instituição também foi possível observar que essa heterogeneidade dos vínculos trabalhistas traz rebatimentos importantes para as relações de trabalho na instituição. Devido ao caráter transitório do vínculo é comum, por exemplo, que muitos profissionais temporários saiam da FAB antes de findar os oito anos de tempo de serviço, fato evidenciado no

² A expressão “mundo do trabalho” se refere aos processos sociais que vêm levando às mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho, desde o fim do século XX até este início do século XXI. Pauta-se na submissão cada vez maior do processo de trabalho e da produção aos movimentos do capital em todo o mundo, compreendendo a questão social e o movimento da classe trabalhadora. (STAMPA, 2012).

³ Termo que designa a remuneração recebida pelos militares quando da sua aposentadoria.

recorrente discurso de busca por aprovação em outros concursos públicos e que ocasiona, por vezes, a descontinuidade dos serviços prestados.

Neste estudo buscamos também abordar de que maneira a ampliação na contratação de assistentes militares em caráter temporário na FAB se insere no bojo das formas de precarização do trabalho no Brasil. Isso porque identificamos esta precarização, por exemplo, na condição de flexibilidade do vínculo empregatício (com prazo estipulado para findar), porém é necessário que se faça uma apropriação das particularidades do trabalho profissional na referida instituição para que possamos elencar se há (ou não) outras expressões de precarização deste tipo de vínculo.

Para atender aos objetivos propostos na pesquisa esta dissertação foi estruturada em três capítulos, iniciados por esta breve introdução e se encerra com as considerações finais.

O primeiro capítulo traz uma apresentação do campo empírico onde se desdobra a pesquisa. Cabe ressaltar que durante o levantamento documental acerca do trabalho do assistente social na FAB muitos foram os obstáculos encontrados para reescrever essa história, devido à escassa produção teórica sobre este campo profissional.

Assim, buscamos recontar um pouco dos acontecimentos que se desdobraram com o surgimento do serviço social na FAB a partir da inserção das primeiras assistentes sociais civis, contextualizando a entrada das profissionais militares e o movimento interno de atualização da Política de Assistência Social do COMAER que ocorre desde os anos 1980 até os dias atuais, sempre visando o reconhecimento e a valorização do trabalho desenvolvido pelos profissionais assistentes sociais neste espaço sócio ocupacional.

Além disso, neste capítulo inicial buscamos abordar as principais características da rotina de trabalho no ambiente militar, situando o leitor sobre este universo permeado de singularidades extremamente relevantes para a compreensão do nosso objeto de pesquisa.

O segundo capítulo realizará uma exposição do referencial teórico estudado com base em algumas categorias centrais para o debate da precarização do trabalho na sociedade capitalista sob a lógica da reestruturação produtiva e as

contrarreformas⁴ conduzidas pelo Estado neoliberal, especialmente nas décadas de 1980 e 1990.

Para nortear o levantamento do referencial teórico foram elencadas algumas categorias de análise, bem como obras de autores importantes nas referidas categorias, a saber: sociedade capitalista; reestruturação produtiva; neoliberalismo; contrarreforma do Estado; trabalho; precarização; precariedade; precariado e o trabalho do assistente social.

Assim, esse capítulo objetiva construir o arcabouço teórico para discutir a temática do trabalho permeada pela mundialização do capital, acarretando a reestruturação produtiva, as contrarreformas do Estado e seus impactos mais recentes nas novas formas de precarização do trabalho que atualmente afetam todas as parcelas de trabalhadores nas mais distintas categorias profissionais e espaços sócio ocupacionais, destacando de que maneira essa conjuntura afeta o campo de trabalho do assistente social militar temporário da FAB, tornando-o precário.

O terceiro capítulo desta dissertação tem como finalidade apresentar o método e a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, bem como os principais dados levantados com a aplicação do questionário, além de inferir a análise desses dados. Assim, pretende-se atrelar o referencial teórico e o levantamento documental aos resultados obtidos com a aplicação do questionário previsto na metodologia da pesquisa, apresentando ao leitor as possíveis convergências e divergências acerca das formas contratação temporária dos assistentes sociais da FAB e as particularidades da precarização do seu trabalho.

Portanto, analisar o aumento das formas de contratação temporária dos assistentes sociais da Força Aérea Brasileira como expressão da tendência de precarização das relações de trabalho promovidas pelo Estado Brasileiro torna-se

⁴ Behring (2003) utiliza-se da expressão “Contra Reforma” para se referir aos nefastos impactos na área social, provenientes da Reforma do estado Brasileiro de 1995, caracterizados pela flexibilidade e pelo formato gerencial adotado pelo Estado brasileiro à luz do neoliberalismo e do capitalismo contemporâneo à época. Para a autora as ações governamentais não podem ser caracterizadas como “reformas” devido ao sentido positivo da palavra, uma vez que tem havido mais perdas do que ganhos na área social. Assim Behring introduz a ideia de contrarreformas para enfatizar o caráter de conservadorismos e retrocessos impostos às Políticas Sociais dos anos 1990. Trata-se de uma contrarreforma, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política (BEHRING, 2008, p. 58-59).

relevante à medida que nos traz um panorama das especificidades da precarização deste quadro profissional, destacando suas particularidades nesta instituição.

Além disso, ao longo das pesquisas realizadas junto à Assessoria de Serviço Social, Órgão Central do Sistema de Serviço Social do COMAER, identificamos a escassa produção teórica acerca do trabalho do assistente social nas Forças Armadas, em especial na FAB. Acreditamos, assim, que este estudo contribuirá de maneira ímpar, seja para a academia, para os profissionais da área do serviço social, bem como para a FAB na condição de instituição empregadora, subsidiando futuros estudos para viabilizar a contratação de seus recursos humanos.

1

Breve apresentação do Campo

1.1.

O Serviço Social na Força Aérea Brasileira de 1960 aos dias atuais: breve histórico x recente panorama

Devido à escassa produção teórica da época, o surgimento do serviço social na Força Aérea Brasileira é permeado por lacunas temporais, possuindo uma versão institucional e outra expressa nas produções teóricas das assistentes sociais para explicá-lo. Pelo fato de uma versão ser complementar à outra, acreditamos que ambas possam ser consideradas como forma de registrar essa história.

Segundo as assistentes sociais que estão há mais tempo na FAB, as primeiras profissionais são provenientes da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA). Seriam profissionais com vínculo civil e teriam sido movimentadas desta instituição para atuar no Serviço Social da FAB no ano de 1946, pouco após a criação do Ministério da Aeronáutica.

Em contrapartida, as produções teóricas que retratam a história do Serviço Social na instituição datam esse início no ano de 1959, tendo surgido primeiramente nos Hospitais da Aeronáutica com ênfase nas atividades e programas desenvolvidos na área da saúde e, conforme era comum à época, a partir de uma perspectiva de Serviço Social médico⁵.

Conforme já mencionado, a literatura sobre o tema é bastante escassa dentro da instituição, mas segundo Cavalcanti (1987), então estagiária no Hospital Central de Aeronáutica (HCA), a assistente social pioneira no Serviço Social do COMAER foi a profissional com vínculo civil Ada Nolding Grafrée.

As atividades do Serviço Social no HCA na época tinham ênfase na psiquiatria, trabalhando o assistente social em equipe interdisciplinar, através de estudo de casos, visando a readaptação e reintegração do doente mental à

⁵ O Serviço Social médico, atividade técnico profissional exercida pelo assistente social no desenvolvimento dos programas de saúde, foi criado no Hospital Central de Aeronáutica com o objetivo de atender aos militares, seus dependentes e funcionários civis de todas as Organizações Militares da Aeronáutica envolvidos com problemas sociais e humanos, provocados por conflitos internos e externos, que estivessem interferindo na situação médica. (CAVALCANTI, 1987, p. 31).

sociedade, perspectiva baseada no diagnóstico social e no tratamento a partir do atendimento de caso, grupo e comunidade, peculiar às atividades desenvolvidas pelas profissionais da época em todos os espaços socio-ocupacionais.

A expressão diagnóstico social foi criada por Mary Richmond, precursora do serviço social norte americano, e integrava uma conduta adotada para o atendimento dos “clientes” do serviço social da época, que se baseava em um método investigativo para o atendimento individual dos casos a partir de uma perspectiva de tratamento social. Pode-se dizer que neste aspecto o pensamento de Richmond (1950) revelava sua aspiração a dar um caráter científico às atividades desenvolvidas pelos agentes sociais com a elaboração do diagnóstico como instrumento próprio de investigação e de ação.

O diagnóstico social pode ser definido como sendo a tentativa para se formar um juízo tão exato quanto possível da situação e da personalidade dum ser humano que tenha qualquer necessidade social, situação e personalidade, estas em relação aos outros seres humanos de quem ele dependa ou que dependam dele e em relação também às instituições sociais de sua comunidade. (Richmond, 1950, p. 305).

Assim, a atuação profissional se coaduna ao contexto social da época, em que, desde seus primórdios, o serviço social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias do que científicas, em muito caracterizado pelo movimento de cunho reformista, que reafirma para a profissão a preservação do caráter conservador, desenvolvendo uma intervenção que, inicialmente, prioriza a formação da família e do indivíduo para a solução dos problemas e que, posteriormente, incorpora a noção de comunidade como projeto norteador da ação profissional e o princípio da solidariedade como diretriz ordenadora das relações sociais (Iamamoto, 2008).

Na década de 1980, o serviço social brasileiro, impulsionado pelo movimento de renovação⁶, se aproxima da matriz marxista e aponta para a necessidade de renovar suas bases teórico prática e ético política, a partir da adoção de uma perspectiva analítica que passa a compreender a “questão social”

⁶ Este movimento de renovação que surge no serviço social na sociedade Latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um projeto comprometido com as demandas das classes subalternas. Dividiu-se em três momentos de acordo com as vertentes de análise incorporadas, a saber: a vertente de modernização conservadora, de matriz positivista; a vertente de reatualização do conservadorismo, de inspiração fenomenológica; e a intenção de ruptura, já com bases marxistas. (YAZBEK, 2009).

como uma expressão da luta de classes, como resultado das contradições entre capital e trabalho e não mais como um fenômeno natural da sociedade, buscando assim, a defesa da garantia e da ampliação dos direitos sociais.

Após mais de quatro décadas de atuação das primeiras assistentes sociais com vínculo de trabalho de natureza civil no COMAER no ano de 1982 ocorreu a entrada das primeiras profissionais militares a partir da criação do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA) pela Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981 e regulamentada pelo Decreto nº 86.325, de 1 de setembro de 1981. Cabe destacar que este concurso selecionava apenas militares do sexo feminino, com formação em diversas áreas, incluindo onze vagas para a especialidade de serviço social neste ano.⁷

Com o repensar da direção profissional estimulada pelo questionamento do conservadorismo da profissão por parte das lideranças da categoria profissional e após o ingresso das primeiras assistentes sociais militares no COMAER, que reconheceram a necessidade de buscar uma nova identidade profissional das assistentes sociais da Aeronáutica, instituiu-se sua primeira legislação reguladora, o Sistema de Assistência Social (SAS).

O Sistema de Assistência Social, foi criado em 1985, regulamentado pela portaria Nº93/GM3 de 24 de janeiro de 1985, cujo o objetivo era “o planejamento, a orientação, a coordenação, o controle e a promoção do bem-estar social dos servidores civis e militares das Organizações Militares da Aeronáutica” (Brasil, 1985).

O SAS representou um esforço dos profissionais em sistematizar as ações na área da assistência social, visando reduzir a influência da caridade no exercício profissional, mas surgiu dentro de um padrão ainda conservador, com práticas imediatistas e pontuais (Zacaron, 2011) a partir dos atendimentos realizados a alguns usuários em suas próprias OM's, como a entrega de cestas básicas e medicamentos e encaminhamentos realizados sem acompanhamentos posteriores. Ainda assim, considera-se que sua implantação se configura como um avanço institucional e como uma necessária revisão das ações profissionais no COMAER.

⁷ Para maiores detalhes sobre a incorporação feminina nos quadros militares da FAB ver a publicação intitulada “Elas por elas: a mulher militar na FAB” produzida pelo Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica – INCAER no ano de 2018. Disponível em: http://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_mulher_fab.pdf

Nesse processo é fundamental destacar a importância da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Essas legislações ressignificaram o conceito da assistência social, situando-a na perspectiva da garantia de direitos, logo dever do Estado e direito de todo e qualquer cidadão.

Sem dúvida o reconhecimento da assistência social como direito e não mais como ações pontuais ou práticas de caridade, comumente realizadas pelos comandantes de Organizações Militares e suas esposas ou por militares Capelães, subsidiou a construção da Política de Assistência Social do COMAER que se materializa através do Plano de Assistência Social, o qual estabelece os atuais programas e projetos sociais e representou um enorme avanço em termos de proteção social no âmbito das Forças Armadas.

Ressaltamos que a passagem da década de 1980 para 1990 representou avanços no SAS, uma vez que se ampliou a sua legislação de maneira mais específica para atender às demandas socioassistenciais oriundas das mudanças ocorridas nas condições de vida e trabalho do público-alvo da Aeronáutica, provocadas pelas políticas neoliberais. Porém, no que se refere as relações de trabalho o Quadro de Formação de Oficiais do corpo feminino (QFO) - militares de carreira foi declarado extinto em 1990, sendo instituído em 1997 o concurso para o Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica - militares que ingressam na FAB na condição de temporários, representando um grande retrocesso no que diz respeito à admissão das assistentes sociais do COMAER,

O Plano de Assistência Social do COMAER foi elaborado em 2006 em consonância com a Política de Assistência Social das Forças Armadas – Portaria Normativa nº1.173/MD, de 6 de setembro de 2006⁸ – que prevê o atendimento das demandas socioassistenciais, preventivas e promocionais do seu pessoal, composto por militares e servidores civis, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas.

A Política de Assistência Social das Forças Armadas, visando assegurar o bem-estar social do público atendido, obedece aos seguintes objetivos: intercâmbio entre as instituições de Assistência Social dentro das Forças Armadas, aprimoramento dos recursos humanos necessários à execução das ações de

⁸ A Portaria Normativa nº 1.173/MD, de 06 de setembro de 2006) foi revogada pela Política Setorial de Defesa (Portaria Normativa nº 2.624, de 7 de dezembro de 2015).

assistência social, capacitação profissional e interface com as instituições de pesquisa e ensino em Serviço Social e normatização da assistência social por meio de programas e projetos sociais. (Brasil, 2006)

Para o desenvolvimento desses objetivos, o Plano de Assistência Social do COMAER apresentado na Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 163-1/2006, previu o desenvolvimento de cinco Programas de Ações Sociais Integradas (PASIC's) a serem realizados pelo serviço social das Organizações Militares: Programa de Promoção Familiar (PASIC 1); Programa de Atenção ao Idoso (PASIC 2); Programa de Assistência Social (PASIC 3); Programa de Recursos Humanos (PASIC 4) e Programa de Lazer e Cultura (PASIC 5). Abaixo, apresentamos visualmente esta organização:



Figura 1- Plano de Assistência Social do COMAER.

Fonte: Órgão Central do Serviço Social, 2018.

Ainda sobre o aparato jurídico, no ano de 2006 foram criadas as Instruções Reguladoras do Comando da Aeronáutica no âmbito do serviço social (161-1 e 163-1) com a finalidade de sistematizar a operacionalização das ações de assistência social e também a gestão dos recursos da Assistência Social do COMAER. Essas ICA's sofreram reformulações em 2008, 2011 e 2014, passando

atualmente por uma ampla revisão das assistentes sociais da Assessoria de Serviço Social no período entre 2017 e 2019.

Após quase dezesseis anos de sua criação, em 2013 o Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica foi extinto, tendo início a seleção dos Assistentes Sociais através do Quadro de Oficiais convocados, modalidade de contratação de profissionais temporários de várias especialidades, inclusive de assistentes sociais, através de processo seletivo a partir de análise curricular e experiência profissional.

Assim, cabe destacar que coexistem, atualmente, duas formas de admissão de militares em caráter temporário na FAB, a saber o Quadro complementar de Oficiais da Aeronáutica e o Quadro de Oficiais Convocados.

No primeiro, denominado QCOA, os candidatos são admitidos via concurso público composto por prova escrita, teste físico, avaliação de saúde e do condicionamento físico, além de aprovação em estágio de adaptação pelo período de aproximadamente quatro meses de formação, esses militares de diversas especialidades passam a ter os mesmos direitos, deveres e prerrogativas dos oficiais de carreira, porém prestam seus serviços por apenas oito anos, que devem ser renovados a cada período de doze meses. Ao término do tempo de prestação de serviço passam à reserva militar não remunerada, recebendo uma indenização pecuniária por cada ano trabalhado no serviço militar.

Na modalidade de contratação do QOCON, os profissionais se candidatam às vagas tendo seus currículos analisados a partir dos critérios e requisitos do edital de convocação da FAB, levando-se em consideração, principalmente os cursos e especializações realizados, além de sua experiência profissional na área para qual se candidatam.

Esclarecemos que as principais diferenças entre o QCOA (quadro extinto no ano de 2013, mas que ainda possui militares na ativa) e o QOCon (quadro criado em 2014, sendo a forma de ingresso dos militares temporários na FAB atualmente) são a forma de admissão, o estágio de adaptação e o caráter de regionalidade do concurso, sendo prova escrita e estágio de aproximadamente quatro meses naquele e análise curricular com estágio de adaptação de quarenta e cinco dias neste. Já o vínculo institucional continua sendo o contrato por oito anos de serviço, podendo ser renovado a cada doze meses e fazendo jus à indenização pecuniária e reserva não remunerada após o término da prestação de serviço.

Finalmente ainda no ano de 2013, através da Lei nº12.797 de 4 de abril, foi criado o já referido Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica com previsão de duas vagas para assistente social e incluindo novamente o serviço social em seus quadros de Oficiais de carreira, sem vínculo temporário de trabalho, ou seja, desde 2015, a cada ano, o concurso tem aberto duas vagas para compor o efetivo de profissionais do COMAER. Apesar de representar um avanço significativo para atender às demandas institucionais, ressalta-se que o número de vagas para o QOAP é bastante reduzido se comparado aos quadros temporários.

A tabela abaixo dispõe visualmente as formas de inserção de assistentes sociais na FAB destacando as principais características com relação ao vínculo, vencimentos, carga horária, forma de ingresso, localidade, tipo de treinamento e idade máxima para ingresso dos tipos de contratação que coexistem na instituição.

Tabela 1- Sistematização das formas de inserção de Assistentes Sociais na FAB

Quadro	Vínculo	Vencimentos	Carga horária	Forma de ingresso	Localidade	Treinamento	Idade máxima para ingresso
QFO	Carreira – 30 anos	Militar da ativa ⁹ correspondente ao posto	Dedicação exclusiva	Concurso público - provas	Nacional	180 dias	28 anos para civis e 30 anos para militares
QCOA	Temporário – 8 anos renovados a cada ano de serviço prestado	Militar da ativa correspondente ao posto	Dedicação exclusiva	Concurso público - provas	Nacional	120 dias	32 anos
QOCO N	Temporário – 8 anos renovados a cada ano de serviço prestado	Militar da ativa correspondente ao posto	Dedicação exclusiva	Processo seletivo por avaliação curricular	Regional	45 dias	45 anos
QOAP	Carreira – 30 anos	Militar da ativa correspondente ao posto	Dedicação exclusiva	Concurso público - provas	Nacional	120 dias	32 anos
Servidor civil concursado	Estatutário – 30 anos	Variável devido a data de ingresso	30 horas semanais	Concurso público - provas	Regional	Não há	Não há
Servidor civil contratado	Contrato por necessidade e do serviço	Variável devido ao tipo de contrato	Variável devido ao tipo de contrato	Processo seletivo	Regional	Não há	Não há
PTTC	Renovado a cada ano de serviço prestado	Referente ao posto que tinha como militar da reserva remunerada com adicional de prestação de serviço	Dedicação exclusiva	Recontratado por necessidade e do serviço	Regional	Não há	Não há

Fonte: autoria própria, 2019.

⁹ Militar da ativa é o que, ingressando na carreira, faz dela profissão até ser transferido para a reserva dos quadros da ativa, licenciado ou reformado. Fonte: Decreto Lei Nº 9.698 de 2 de setembro de 1946. Aprova o Estatuto dos Militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9698.htm>. Acesso em: 23 mar. 2020.

Analisando esse breve apanhado histórico da inserção dos assistentes sociais na Força Aérea Brasileira é possível observar um movimento constante de busca por legitimidade e valorização deste campo profissional. Podemos constatar que desde o ingresso da primeira turma de profissionais militares na FAB, datado do ano de 1985, houve uma enorme preocupação em regulamentar e normatizar o exercício profissional através de legislações que garantissem o atendimento dos usuários na perspectiva de acesso aos direitos sociais, e não reproduzindo uma lógica caritativa ou assistencialista dos programas e projetos desenvolvidos.

No decorrer do ano de 2017 os Núcleos de Serviço Social (NUSESO's), órgãos executivos da Política de Assistência Social no COMAER, instituídos pela Portaria nº 1127/GC3 de 7 de dezembro de 2009, passam a ser denominados Serviço Social da Guarnição (SESO's). Isso se deu a partir da necessidade de reestruturação organizacional da Força Aérea Brasileira prevista na Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA) 11-53/2016, que considerando as necessidades de atualização e adequação aos novos processos administrativos passou a subordinação dos SESO's aos Grupamentos de Apoio devido à finalidade administrativa de sua atividade.

No ano de 2018 houve um novo movimento das profissionais do Órgão Central do serviço social para a criação de uma nova portaria de reformulação do Sistema de Assistência Social do COMAER. A partir do entendimento que as assistentes sociais da FAB não desenvolvem apenas atividades no âmbito da assistência social, foi pensada uma proposta de mudança de nomenclatura que contemplasse todos os eixos de atuação das profissionais de serviço social.

Assim, é criada a portaria nº 1.849/GC4, DE 8 de novembro de 2018 que dispõe sobre a reformulação e alteração de denominação do Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica, que passa a ser intitulado de Sistema de Serviço Social (SISESO), prevendo em seu artigo 2º que:

O SISESO tem por finalidade contribuir para a conservação da operacionalidade e promoção do comprometimento com a missão institucional a partir do atendimento às demandas sociais do militar (ativos e inativos) e do servidor público (ativo e aposentado) do Comando da Aeronáutica (COMAER), bem como seus respectivos pensionistas. (Brasil, 2018).

Muito além de uma simples mudança de nomenclatura, essa alteração tem como principal objetivo uma mudança de paradigma ao reconhecer que o trabalho das assistentes sociais da FAB está em constante expansão, à medida que surgem cotidianamente novas demandas profissionais que extrapolam a atuação apenas na política de assistência social, conforme explicitado no artigo 5º da referida portaria ao apontar os possíveis campos de atuação para as assistentes sociais dentro da instituição,

Os Elos do SISESO são os Grupamentos de Apoio, as Organizações de Saúde, as Organizações de Ensino e as Organizações do Controle do Espaço Aéreo do COMAER, representados pelos respectivos setores de Serviço Social, que serão responsáveis pelo cumprimento de normas que orientem e regulem as atividades sistêmicas, determinadas pelo Órgão Central do Sistema. (Brasil, 2018).

A figura abaixo busca ilustrar de forma visual, utilizando o recurso da linha do tempo, as principais mudanças ocorridas no campo de atuação das assistentes sociais da FAB de modo a contextualizar os fatos ocorridos na legislação e nas formas de contratação, situados nas conjunturas políticas e econômicas tendo como marco temporal a criação do Sistema de Assistência Social em 1985.

Enfatizamos que todas as mudanças ocorridas e relatadas neste breve apanhado histórico se deram de modo a acompanhar as transformações ocorridas no interior da categoria profissional e também na sociedade de maneira geral e destacamos que foram de extrema importância para subsidiar o trabalho das assistentes sociais na instituição, trabalho este que será nosso objeto de estudo no item a seguir.

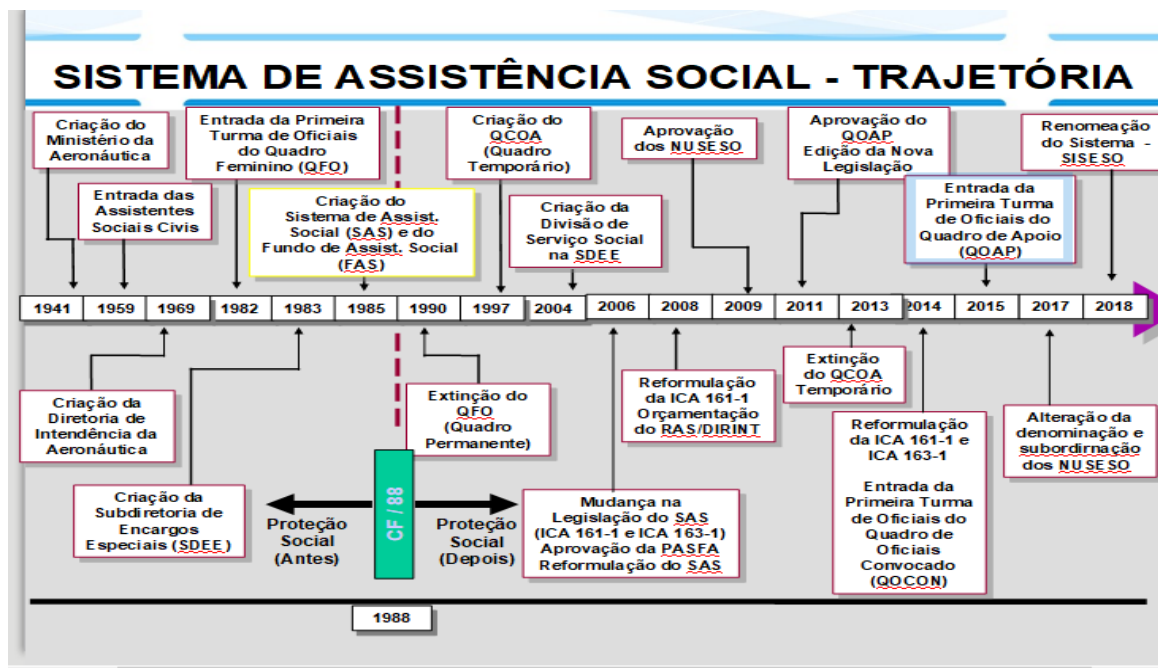


Figura 2- Trajetória do Sistema de Assistência Social do COMAER.
Fonte: Órgão Central do Sistema de Serviço Social, 2018.

1.2.

O trabalho realizado pelo assistente social da Força Aérea Brasileira

O serviço social no COMAER tem atuação nas políticas de saúde, assistência social, educacional e atividades operacionais, com ênfase no atendimento das demandas socioassistenciais, preventivas e promocionais do seu público alvo que são os militares, servidores civis, dependentes e pensionistas.

Atualmente o Sistema de Serviço Social se estrutura através da Assessoria de Serviço Social, na função de Órgão Central que planeja, normatiza e controla os programas, projetos e ações sociais, por intermédio da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP).

A atuação das assistentes sociais no Órgão Central do sistema está voltada às atividades de planejamento, gestão de recursos humanos e materiais, normatização de legislações e monitoramento de indicadores e estatísticas relacionados aos atendimentos dos programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos executivos. Suas competências estão regulamentadas no art. 4 da Portaria nº 1.849/GC4, DE 8 de novembro de 2018 que dispõe sobre a reformulação e

alteração de denominação do Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica, conforme enumerados a seguir:

- I - sistematizar, normatizar e definir as ações referentes ao SISESO, junto aos Elos do Sistema;
- II - compatibilizar as atividades do SISESO com as perspectivas estratégicas da Concepção Estratégica da Força Aérea;
- III - coordenar as ações desenvolvidas pelos Elos do SISESO;
- IV - gerir os Recursos Financeiros e Humanos do SISESO; e
- V - zelar pela efetivação dos serviços, programas e projetos a serem ofertados, por meio da fiscalização, controle, monitoramento e avaliação das ações sociais desenvolvidas pelos Elos do SISESO. (Brasil, 2018)

A execução dos programas e projetos do SISESO realiza-se de forma descentralizada através dos elos do referido Sistema, que são as seções de serviço social e Serviço Social das guarnições¹⁰, subordinados administrativamente aos Grupamentos de Apoio, Organizações de Saúde (OSA's), escolas de formação, Departamentos de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), entre outras unidades, atualmente distribuídos em 51 Organizações Militares (OM) em todo território



nacional, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 3- Recursos Humanos em Serviço Social.
Fonte: Órgão Central do Serviço Social, 2019.

¹⁰ Nesse sentido o termo guarnição diz respeito à tropa (força militar). Consideram-se guarnições, por exemplo, áreas onde há uma ou mais Organizações Militares.

Cabe ressaltar que os elos executivos do Sistema de Serviço Social subordinam-se tecnicamente à ASESOC e administrativamente aos GAP's e demais Organizações militares acima citadas. Isso significa que as assistentes sociais do COMAER têm suas funções privativas fiscalizadas pelo órgão central e prestam contas de suas atribuições do âmbito militar aos órgãos administrativos.

Os SESOC's são órgãos que possuem estrutura física própria, atendimento profissional especializado e recursos específicos para sua execução. Foram instituídos por meio da Portaria nº 1127/GC3, de 7 de dezembro de 2009, visando unificar e ampliar o atendimento na área social, através do Plano de Assistência Social, o qual prevê o desenvolvimento de cinco Programas de Ações Sociais Integradas do Comando da Aeronáutica, que são executados em todas as Organizações Militares que o Serviço Social se faz presente.

Visando garantir uma rede de proteção social aos trabalhadores do COMAER e seus familiares, são desenvolvidos os seguintes Programas de cunho educativo, preventivo e promocional:

- Programa de Promoção Familiar (PASOC 1) que prevê o atendimento social familiar com projetos direcionados à mulher, planejamento familiar, criança e adolescente, geração de renda entre outros. Esse programa prevê a melhoria da qualidade de vida do grupo familiar;
- Programa de atenção ao idoso (PASOC 2) que promove o atendimento ao idoso criando espaços de convivência e representatividade, pautado na Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994 que dispõe sobre a Política Nacional do idoso;
- Programa de Assistência Social (PASOC 3) que estrutura-se a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993) e visa contribuir para a melhoria das condições de vida dos usuários em situação de vulnerabilidade social¹¹, baseado nas principais políticas setoriais. Esse Programa se estrutura em cinco Projetos: saúde, educação, habitação, alimentação e funeral;

¹¹ Entende-se como vulnerabilidade social de acordo com a legislação da Política de Assistência Social da FAB a “impossibilidade momentânea ou prolongada de acesso das pessoas a bens e serviços, caracterizados como direitos sociais de forma a comprometer o exercício efetivo da condição de cidadão, em virtude de um processo de exclusão social, que repercute na qualidade de vida.” (BRASIL, ICA 161-1 e 163-1, p.11).

- Programa de Recursos Humanos (PASIC 4) prevê a atenção ao trabalhador, através de ações direcionadas ao estudo do clima organizacional, a humanização do ambiente de trabalho, a segurança do trabalho, a melhoria das relações interpessoais e a assistência aos militares e servidores civis envolvidos em missões especiais. No PASIC 4 também é fomentada a capacitação continuada dos assistentes sociais e a prática de supervisão de estágio em serviço social;
- Programa de Lazer e Cultura (PASIC 5) propõe a realizações de eventos sociais, educativos e de lazer.

Esses programas são operacionalizados de forma contínua e articulados com as principais políticas setoriais, por isso, transcendem o campo da assistência social, pois promovem intervenções de caráter preventivo, promocional e socioeducativo em diversas áreas. Cada programa propõe a realização de projetos e ações sociais que somados formam uma rede de proteção social aos trabalhadores do COMAER e seus familiares que, em muitos casos, carecem de políticas públicas que atendam suas necessidades sociais.

Para a execução dos referidos programas, as assistentes sociais no COMAER são chamadas a desempenhar diversas funções relacionadas às atribuições e competências profissionais. Isso porque, na maioria dos programas desenvolvidos está prevista a realização de projetos coletivos, ações de cunho educativo e de promoção a saúde através do atendimento individual ou da realização de grupos de trabalho com os usuários, destacando, nesse sentido os PASIC's 1, 2 e 5. Cabe ressaltar que, tendo como base a Política de Assistência Social, o trabalho do assistente social na FAB também se baseia na centralidade do grupo familiar para execução de seus principais projetos.

Já no PASIC 4, está previsto o trabalho com os recursos humanos da FAB. Neste programa são realizadas atividades e projetos coletivos que envolvam os militares em seu ambiente de trabalho, bem como é fomentada a capacitação profissional das assistentes sociais e a prática do estágio supervisionado em serviço social.

O PASIC 3 prevê a concessão dos benefícios sociais para os militares que se encontram em situação de vulnerabilidade social e precisam ter suas demandas atendidas em âmbito individual. Trata-se da restituição de despesas efetuadas com

a compra de medicamentos e insumos de saúde, óculos, exames, profissionais e/ou instituições de saúde, tratamento odontológico, restituição de material escolar e uniformes, pagamento de mensalidade em caso de educação especial, restituição de material e/ou mão de obra para reformas de imóveis, auxílio funeral para servidores civis e concessão de cestas básicas, principalmente para as pensionistas de militares e civis e para os soldados na condição de não engajados.

O atendimento no PASIC 3 ocorre por demanda espontânea dos usuários do serviço social e se dá a partir da realização da entrevista social. Nela podem ser identificadas diversas situações onde o assistente social lança mão de recursos como orientação social e encaminhamentos para atender aos usuários.

Na entrevista social também são preenchidas as informações relacionadas as despesas mensais do usuário e de sua família para análise da situação sócio econômica e possível concessão parcial, integral ou em caráter excepcional para restituição das despesas efetuadas com aquisição dos itens relacionados acima. Esta análise é realizada pela assistente social, subsidiada pelos documentos trazidos e informações declaradas pelo usuário na entrevista social para o preenchimento de sua ficha social.

A operacionalização dos pagamentos destes benefícios, bem como o financiamento para realização dos projetos e programas sociais são realizados com o dinheiro arrecadado pelo fundo denominado Recursos da Assistência Social (RAS) através das contribuições compulsórias dos militares e seus pensionistas em zero vírgula um por cento (0,1%) de suas remunerações; da contribuição voluntária dos servidores civis e seus pensionistas no valor de um por cento (1%), do valor do menor vencimento básico fixado no âmbito da Administração Pública Federal direta, além dos soldados não engajados através do pagamento de uma Guia de Recolhimento da União (GRU), quando usuários do serviço social; das entidades e instituições consignatárias referentes a empresas credenciadas para prestação de serviços ao COMAER e das doações autorizadas.

Assim, enfatizamos que a maior parte do dinheiro arrecadado para o fundo de pagamento dos recursos da assistência social do COMAER provém de seus próprios usuários e, embora todos tenham o direito de acessar o serviço social para orientações, acompanhamentos e encaminhamentos a rede, nem todos serão atendidos para fins de concessão de benefício social devido ao crivo do critério de

vulnerabilidade previsto na legislação que regulamenta os atendimentos sociais com esta finalidade.

Observamos a partir da prática cotidiana que, atualmente o PASIC 3, que prevê a concessão de benefícios sociais a partir da restituição de despesas, têm sido o programa mais demandado pelo público alvo do serviço social. Porém, acompanhando a conjuntura de constantes contingenciamentos na área das políticas sociais, o COMAER vem reduzindo o montante de recursos empregados para o pagamento desses benefícios sociais, fato que impacta diretamente os usuários do SISESO e consequentemente o trabalho das assistentes sociais, que são requisitadas a rever os critérios de seletividade para a concessão dos benefícios, dividindo-se entre as necessidades dos usuários e as demandas da instituição empregadora.

As assistentes sociais que trabalham nos hospitais da FAB desenvolvem atividades similares à atuação na área da saúde de maneira geral. Realizam visitas ao leito para identificar possíveis demandas dos pacientes internados e suas famílias; realizam encaminhamentos aos serviços de saúde e assistência social; elaboram relatórios e pareceres para subsidiar a equipe médica e demais profissionais; realizam grupos com os pacientes e seus familiares; atuam na emergência dos hospitais, bem como na ouvidoria, encaminhando demandas dos pacientes relativas a necessidades de consultas e exames para a direção dos hospitais.

Na área operacional, os assistentes sociais são chamados a atuar quando da ocorrência de emergências, desastres, situações de calamidade pública, ações humanitárias e ações cívico sociais, geralmente atendendo a população civil em parceria com outros profissionais de serviço social dos municípios. Esse tipo de atuação ainda é pouco realizado pela FAB, mas já existe previsão legal para que as assistentes sociais atuem no cenário de operações militares como ocorrido na missão humanitária no Haiti, em 2010, na Operação Serrana, no ano de 2011 e na Operação Ágata, em 2013. Além dessas operações militares, as assistentes sociais da FAB desenvolvem anualmente as ações cívico sociais que tem como finalidade o fortalecimento dos canais de acesso dos usuários aos serviços ofertados pelo município, reforçando o papel institucional da Força.¹²

¹² Para melhor explorar o trabalho dos assistentes sociais da FAB na área operacional indicamos o artigo “Operações Militares: o que o Serviço Social tem a ver com isso?”, publicado na Revista

Por fim, a atuação das assistentes sociais da FAB na área educacional é um campo bastante novo e ainda em consolidação, porém que já revela importantes demandas de seu público-alvo e dos comandantes das Organizações Militares. Trata-se do trabalho com os alunos das escolas de formação, seja no atendimento a demandas sociais para sua permanência nas carreiras, seja na análise e avaliação para concessão dos benefícios sociais do PASIC 3. Além disso, os comandantes das escolas de formação têm demandado o trabalho das assistentes sociais em relação ao trabalho de educação financeira junto aos alunos das escolas de formação, haja vista o assédio que sofrem por parte das instituições financeiras e a constante facilidade que tem para contrair empréstimos antes mesmo do término de seus cursos.

Assim, percebe-se que o trabalho do serviço social no Comando da Aeronáutica é um campo profissional legal, legítimo e com possibilidades de expansão, seja pelas demandas trazidas por parte dos usuários, seja pela instituição empregadora, que constantemente vem solicitando sua atuação em novos espaços e frentes de trabalho.

Porém, a partir da experiência de trabalho neste campo, é possível observar que ao mesmo tempo em que surgem novas demandas e requisições profissionais para os assistentes sociais da FAB, por parte dos seus usuários e por parte da instituição empregadora, contraditoriamente (mas seguindo o fluxo dos acontecimentos externos a instituição com relação aos cortes realizados pelo Estado nas políticas sociais), há um severo contingenciamento de recursos materiais e humanos destinados ao atendimento dos usuários do serviço social.

Isso significa que há, por parte da instituição empregadora, uma expectativa de ampliação do público alvo dos Programas Sociais do COMAER, porém, em contrapartida, há uma significativa redução dos recursos orçamentários para seu atendimento através da concessão dos benefícios e da realização dos projetos sociais. Com relação aos recursos humanos observamos que o ingresso e a permanência de assistentes sociais na FAB tem se caracterizado pela alta rotatividade de profissionais, fato que causa impactos nas relações de trabalho e nos serviços prestados aos usuários. Isso porque, conforme já mencionado, a

contratação de assistentes sociais militares na FAB se dá, majoritariamente, para o trabalho em caráter temporário, através de certames e processos seletivos de análise curricular, objeto de estudo nessa dissertação.

Atualmente o Sistema de Serviço Social do COMAER tem representação em todo o território nacional. Seu efetivo conta com cento e trinta e sete (137) assistentes sociais, civis e militares que planejam, elaboram, executam e avaliam os Programas, Projetos e ações sociais no âmbito da Aeronáutica, para um público de militares, servidores civis, dependentes e/ou beneficiários e pensionistas estimado em mais de 75 mil pessoas¹³.

Devido a especificidades geográficas e regionais não é possível relacionar o quantitativo de usuários atendidos por SESO ou seção de serviço social. Além disso, não há estudos sistematizados com relação a esta temática, porém cabe ressaltar que a Assessoria de Serviço Social tem buscado levantar as demandas do quantitativo de profissionais necessários para compor sua tabela de lotação de pessoal (TLP) a partir da adequação da proporção de assistentes sociais ao público alvo atendido. Essa tarefa tem sido bastante difícil devido à rotatividade dos militares contratados em caráter temporário, que por diversos motivos, acabam se desligando antes do término do período de oito anos (como previsto no seu tipo de contrato), deixando em aberto a vaga que não necessariamente virá a ser completada em um próximo concurso ou processo seletivo.

Devido as distintas formas de contratação das assistentes sociais no âmbito do COMAER, coexistem hoje nesta realidade institucional, pelo menos seis modalidades de vínculo empregatício destas profissionais, a saber: profissionais servidoras civis contratadas e concursadas, militares do quadro efetivo de Oficiais, militares temporários Oficiais do quadro complementar, militares temporários do quadro de Oficiais Convocados e militares da reserva que retornaram ao trabalho na condição de Tarefa por Tempo Certo.

Ressalta-se que da totalidade de cento e trinta e sete (137) assistentes sociais, acima representadas em todo o território nacional, apenas onze (11) profissionais representam o quadro de militares de carreira da FAB, sendo o

¹³ Dependentes de militar são aquelas pessoas que podem ser habilitadas pelo militar para, por exemplo, receber assistência hospitalar e ambulatorial. Os dependentes do militar podem ser encontrados no artigo 50, § 2º e 3º, do Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880/80. Os beneficiários possuem a expectativa de direito de receber a pensão militar. Com o falecimento do militar, os beneficiários que forem habilitados à pensão passam a ser chamados de pensionistas militares. Fonte: Lei nº 6.880/80 Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

efetivo majoritariamente composto por assistentes sociais militares temporárias (112). As demais dividem-se em servidoras civis concursadas (7), contratadas (04) e militares da reserva recontratadas (03).¹⁴

Este breve panorama, aqui apresentado, constitui o espaço sócio ocupacional no qual se dá o trabalho do assistente social no COMAER. As particularidades com relação às formas de contratação das profissionais de vínculo militar temporário, bem como os rebatimentos desta forma de contratação para esses trabalhadores constituem o nosso objeto de pesquisa e serão aprofundados no decorrer da exposição desta dissertação.

No item a seguir pretendemos caracterizar algumas particularidades no espaço sócio ocupacional dos militares como categoria de trabalhadores. Cabe ressaltar que é a essa categoria, repleta de especificidades, que os assistentes sociais do COMAER atendem no seu cotidiano de trabalho, mas também se inserem, na condição de militares temporários.

1.3.

Trabalhadores militares: “uma categoria Especial de Servidores da Pátria”¹⁵

As Forças Armadas no Brasil surgem pela necessidade de o Império Nacional dispor de homens armados e treinados para garantir sua defesa e segurança. Compostas inicialmente pelo Exército e pela Marinha, nascem sem poder político e sem autonomia para atuar em questões internas e zelar pela ordem pública, na medida em que estavam diretamente subordinadas ao Imperador (Zacaron, 2011, p. 23).

Segundo Araújo (2010) foi a partir da Proclamação da República em 1889, com a assunção do Presidente Deodoro da Fonseca (primeiro Presidente Militar), que as questões relacionadas à defesa e segurança ganharam destaque e as Forças

¹⁴ Fonte: Planilha de Recursos Humanos da Assessoria de Serviço Social 2019. Acesso em: 10 abr. 2019.

¹⁵ De acordo com o Estatuto dos Militares, estes profissionais são designados como uma categoria especial de servidores da pátria, regidos por regulamento próprio, e por este motivo, sujeitos a direitos, deveres e prerrogativas distintas da categoria dos demais trabalhadores. Nossa intenção na utilização do termo foi de destacar o discurso institucional que reforça as particularidades desta categoria profissional, bem como suas concepções de não trabalhadores.

Armadas passaram a assumir novo patamar dentro da organização das funções do Estado.

A partir da primeira década do século XX, com a criação dos primeiros aviões, estes são incorporados às funções da Defesa Nacional. O Ministério da Aeronáutica foi criado em 20 de janeiro de 1941 por meio do Decreto-Lei nº 2.961, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas. Esse decreto transferiu militares, servidores civis, aviões e instalações da Marinha, do Exército e do Ministério da Aviação e Obras Públicas para a Aeronáutica, com a denominação de Forças Aéreas Nacionais.

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II, artigo 142, previu que

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (Brasil, 1988).

Durante aproximadamente dez anos as Forças Armadas eram independentes entre si, sendo subordinadas aos ministérios competentes, quais sejam: Ministério da Marinha, Ministério do Exército e Ministério da Aeronáutica. Foi somente em junho de 1999 que através da Lei Complementar N° 97 os referidos ministérios foram compilados em um único, denominado Ministério da Defesa, conforme o texto da lei *“as Forças Armadas são subordinadas ao Ministro de Estado da Defesa, dispondo de estruturas próprias”* (Brasil, 1999).

Desde então, as Forças Armadas no Brasil constituem-se pelo Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sendo todos subordinados ao Ministério da Defesa e consequentemente ao Presidente da República, conforme mostra o organograma abaixo:

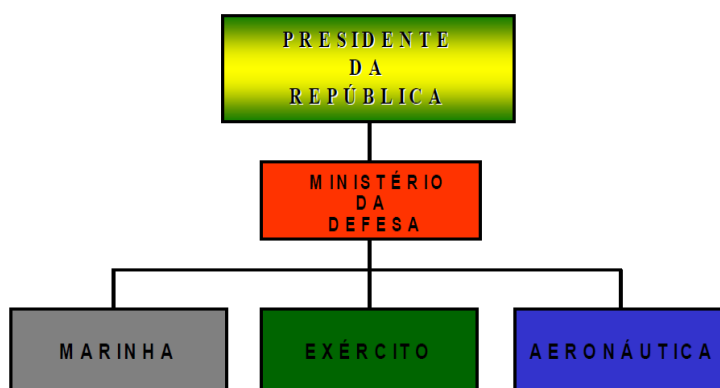


Figura 4- Composição do Ministério da Defesa.
Fonte: ZACARON, 2011, p. 27.

Assim, de acordo com o discurso institucional, as Forças Armadas cumprem o papel fundamental de garantir, em caso de ameaça estrangeira (defesa da pátria) ou deterioração civil social extrema (garantia da lei e da ordem e dos poderes constitucionais), a segurança da república, dos seus cidadãos e a ordem constitucional vigente.

Com o objetivo de situar o papel das Forças Armadas na sociedade apresentaremos, de maneira breve, algumas concepções sobre a teoria do Estado moderno com base nos conceitos de Marx e Gramsci.

Marx não possui obra que discuta especificamente a questão do Estado, mas é possível extrair suas concepções a partir de sua análise sobre a sociedade capitalista. Para ele, a estrutura da sociedade capitalista são as relações de produção, ou seja, a base desta sociedade se constitui a partir da relação econômica. Sobre a estrutura econômica se ergue a superestrutura social, que corresponde às formas de consciência social em geral, como a política, a filosofia, a cultura, as ciências, as religiões, as artes, etc.

A superestrutura compreende também os modos de pensar, as visões de mundo e demais componentes ideológicos de uma classe, assim a ideologia é chamada de superestrutura ideológica e o Estado é chamado de superestrutura legal ou política, incluindo aí a polícia, o exército, as leis, os tribunais e a burocracia. Assim, não seria o Estado que determinaria a estrutura econômica, mas estrutura econômica que determinaria a constituição do Estado.

Nesse sentido, o Estado seria o agente de manutenção da ideologia da classe dominante, ou seja, o “comitê executivo da burguesia”, nas palavras de Marx e

Engels “*o executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa*” (Marx e Engels, 1998, p. 7).

Gramsci parte da teoria de Marx, que compreende o Estado a partir da sociedade e das relações sociais de produção, mas para ele não há relação de primazia entre a estrutura e a superestrutura, ou seja, a sociedade civil (entendida como o conjunto das relações econômicas) e a sociedade política (o Estado) estão entrelaçadas de modo que a distinção entre essas esferas é apenas de caráter metodológico.

Para este autor a sociedade civil que estaria no âmbito da superestrutura, ou seja, constituiria um conjunto de organismos e instituições de caráter privado que corresponde a função de hegemonia, entendida como a conquista do consenso entre as classes por oposição ao termo coerção. No outro eixo estaria a sociedade política, identificada com o Estado, a qual corresponde ao puro domínio através das instituições coercitivas, das quais as Forças Armadas são um exemplo.

Com base no método dialético marxista Gramsci amplia a concepção de Estado (o Estado ampliado), entendendo-o a partir da sociedade civil e da sociedade política como esferas imbricadas do todo. Assim, a junção da sociedade política com a sociedade civil forma o Estado ampliado, que para Gramsci pertence a esfera da superestrutura e exerce ao mesmo tempo a hegemonia e a coerção.

Infere-se desta breve análise que no sistema capitalista o poder político é monopólio de uma determinada classe social, a classe dominante, ou seja, a burguesia. Esta, lança mão das diversas instituições com o objetivo de conservar, a qualquer custo, a ordem vigente. A forma ideal de dominação da burguesia é o consenso, que se manifesta a partir do chamado “estado democrático de direito” através das políticas sociais. Porém, quando as instituições não dão conta de conter as insatisfações sociais, quando elas se sentem ameaçadas, recorrem às ações de garantia da lei e da ordem através das Forças Armadas e Forças Auxiliares.

Aos membros das Forças Armadas responsáveis por garantir a segurança e a defesa nacional, em tempos de paz ou de guerra, denominou-se de militares. Estes são regidos por legislação própria e estão submetidos a prerrogativas, direitos e deveres diferenciados em relação às demais classes de trabalhadores, pois seu tipo

de regime de trabalho apresenta peculiaridades específicas da profissão militar. Conforme disposto na Lei nº 6.880 de 9 de dezembro de 1980, o Estatuto dos Militares

Art. 1º O presente Estatuto regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos membros das Forças Armadas.

E ainda,

Art. 3º Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da Pátria e são denominados militares. (Brasil, 1980).

No Brasil, o ingresso dos militares nas Forças Armadas é acompanhado historicamente de situações compulsórias, onde a necessidade do envio de soldados para lutar nos períodos de guerras acabava por selecionar e determinar quem seriam os “corajosos homens” que defenderiam seu país com “o sacrifício da própria vida”. Cabe ressaltar que o ingresso dos militares nas Forças Armadas em tempos de guerra não é nosso objeto de estudo nesta dissertação, por isso iremos nos ater nas formas de ingresso dos militares nas Forças Armadas em tempos de paz, ou seja, através do alistamento para a prestação de serviço militar voluntário e através dos concursos públicos, certames e processos seletivos.

Atualmente é possível tornar-se militar das Forças Armadas a partir de diversas formas de ingresso, a depender da idade e escolaridade do candidato. Dentro da caserna¹⁶ é comum ouvirmos que todos os militares são voluntários, estão prestando serviços nas Forças Armadas por desejo próprio, por que quiseram, e na maioria das formas de ingresso e admissão realmente a incorporação ao Exército, Marinha ou Aeronáutica se dá de maneira voluntária.

O efetivo das Forças Armadas é dividido por postos e graduações, que regulam a precedência hierárquica entre os militares. Os postos, por sua vez, são classificados em círculos hierárquicos, comuns às três forças, a saber: oficiais gerais, oficiais superiores, oficiais intermediários, oficiais subalternos, suboficiais e sargentos, e praças. Este último, composto por cabos e soldados.

¹⁶ Expressão utilizada pelos militares quando se referem à sua vivência dentro das instituições militares. Significado de Caserna (substantivo feminino) 1. Edifício ou alojamento para moradia de soldados, dentro de um quartel, de um forte etc. 2. Qualquer das partes de um quartel onde se alojam soldados. Disponível no dicionário do Google online. Acesso em: 10 dez. 2019.

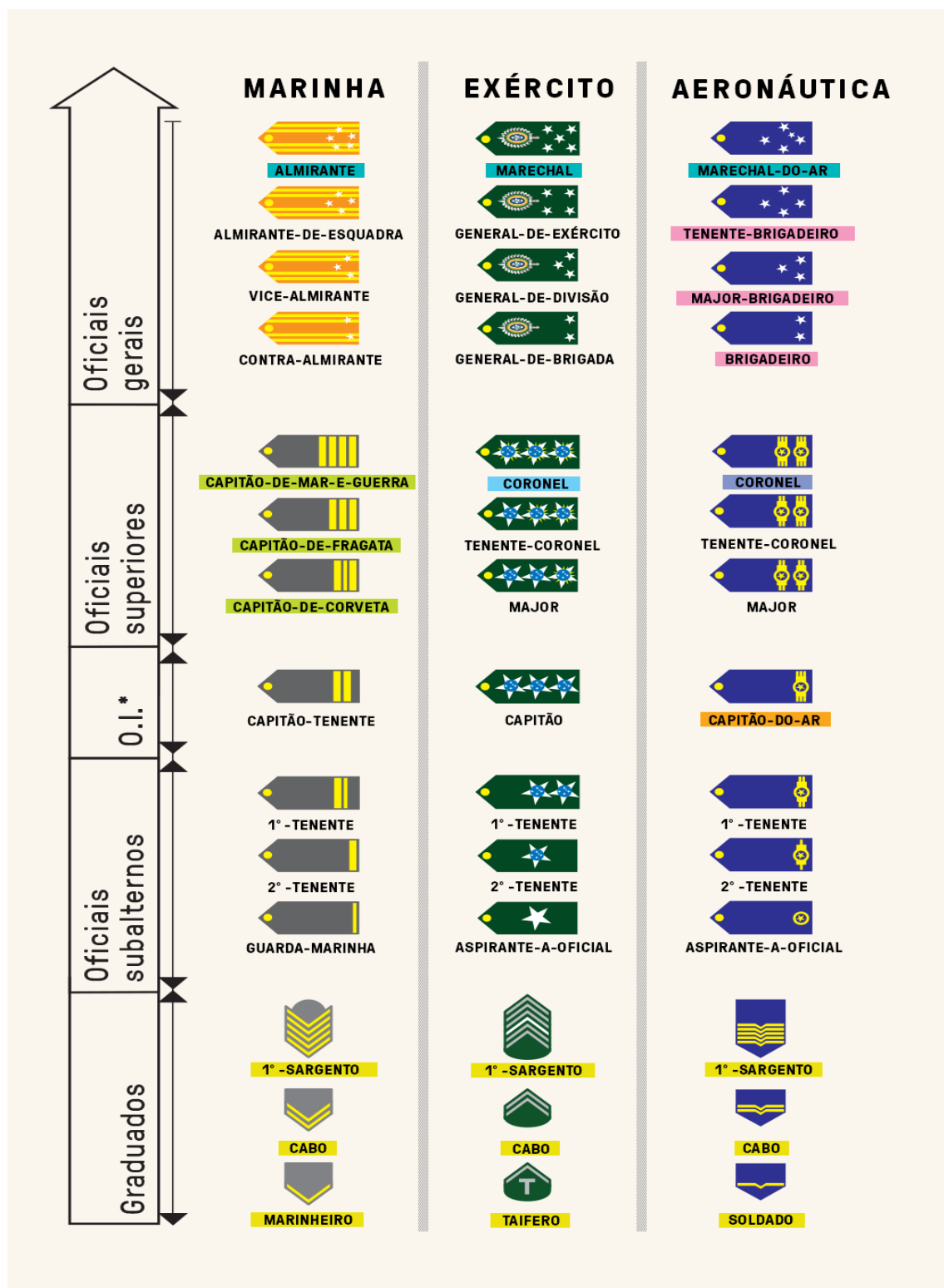


Figura 5- Tabela de Postos e Graduações das Forças Armadas.

Fonte: <<https://super.abril.com.br/historia/como-reconhecer-a-patente-de-um-militar/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

De todas as formas de ingresso para militares nas Forças Armadas, a única que não se faz através de concurso público e/ou processo seletivo é o Serviço Militar Obrigatório. O modelo de alistamento e seleção ao serviço militar obrigatório que ocorre atualmente, no Brasil, tem como marco referencial a Lei Nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, e é ratificado no artigo nº 143 da Constituição Federal de 1988.

O Serviço Militar Obrigatório visa o provimento de quadros para as Forças Armadas, a partir da seleção e incorporação de jovens representantes de todas as classes sociais e regiões do país. O alistamento é obrigatório para os cidadãos do sexo masculino, ao completar 18 anos de idade, que após este procedimento podem ser dispensados da prestação do serviço militar (reservista) ou incorporados às fileiras do Exército, Marinha ou Aeronáutica na condição de soldados recrutas (S2), pelo período de doze meses, para realizar treinamento que tem como objetivo familiarizar o recruta com a rotina e as práticas comuns ao ambiente militar.

Após o período de um ano o soldado recruta, a depender de seu desempenho no curso de adaptação e do interesse da administração, pode ser reengajado anualmente para prestação de serviço por período máximo de oito anos de serviço militar na patente de soldado de primeira classe (S1) ou licenciado das Forças Armadas, passando a condição de soldado da reserva não remunerada. Na FAB, durante o período da prestação de serviço, o militar pode ser indicado para realização de curso interno para tornar-se cabo, permanecendo nesta patente também até completar o período máximo de oito anos de serviço, ou ainda, realizar concurso público para tornar-se militar de carreira em outras patentes.

De acordo com dados do Ministério da Defesa, o quantitativo de cabos e soldados das Forças Armadas - cujo ingresso é realizado, principalmente, através do serviço militar obrigatório - totalizava, em 2013, 208.885 (duzentos e oito mil oitocentos e oitenta e cinco), o que corresponde a 58% de todo efetivo militar das três Forças Armadas do Brasil.¹⁷ O serviço militar é, portanto, o maior instrumento de mobilização de pessoal e formação de militares, atualmente no Brasil.

¹⁷ Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/111-lei-de-acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/remuneracao-dos-militares-das-forcas-armadas-no-brasil-e-no-exterior/8637-efetivos>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Ainda com relação aos graduados, os militares que ingressam na patente de sargentos da FAB, atualmente podem ser admitidos através dos concursos de carreira da Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR) ou ainda através do processo seletivo de análise curricular do Quadro de Sargentos Convocados (QSCon).¹⁸

Os concursos para ingresso na patente de Oficial da FAB têm uma ampla possibilidade de formas de ingresso a depender da idade, escolaridade e especialidade dos candidatos. Os militares de carreira podem ingressar através de concurso público para o Curso Preparatório de Cadetes do Ar (CPCAR) onde ingressam aos 13 anos para cursar o ensino médio na Escola Preparatória com intuito de seguir carreira na Academia da Força Aérea (AFA) ou realizam o concurso público após a conclusão do ensino médio para ingressar na referida Academia e cursar por quatro anos uma espécie de “faculdade” onde optarão pelas especialidades dos quadros de Aviação, Intendência ou Infantaria.¹⁹

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) também recebe o ingresso de jovens até os vinte e cinco anos que se candidatam à formação no Curso de Engenharia Aeronáutica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica Aeronáutica, Engenharia Civil Aeronáutica, Engenharia da Computação e Engenharia Aeroespacial, tornando-se oficiais engenheiros de carreira nas especialidades acima mencionadas.²⁰

Há ainda a possibilidade de tornar-se Oficial de carreira da FAB para os jovens formados com nível superior em algumas especialidades a critério da instituição. Nessa forma de ingresso é necessário concluir o nível superior na especialidade para a qual se candidata e não ultrapassar a idade de trinta e dois anos para determinadas especialidades e trinta e seis anos (para medicina, odontologia, farmácia, engenharia e para os padres que optam pelo serviço de capelania).²¹

O Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (QOCon) é a forma de admissão dos militares temporários de diversas outras especialidades na FAB. Através de um certame de processo seletivo composto por prova de títulos, os profissionais de distintas especialidades com idade inferior a quarenta e cinco

¹⁸ Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/ingresso>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

anos podem se candidatar a uma vaga para prestação de serviço militar pelo período máximo de oito anos.²²

É relevante esclarecer que apenas os Oficiais de carreira da Aeronáutica chegam aos postos intermediários (Capitães), superiores (Major, Tenente Coronel e Coronel) e de Oficiais Gerais (Brigadeiro, Major Brigadeiro e Tenente Brigadeiro), constituindo um pequeno quantitativo da representação dos militares da ativa da Aeronáutica atualmente.

Após esta breve explanação sobre a composição dos círculos hierárquicos que constituem as bases dos postos e graduações dos militares da FAB, retornamos ao cerne desta seção para tratar de algumas características peculiares ao regime de trabalho na “caserna”, ou seja, sobre algumas particularidades no exercício das funções militares.

Conforme já mencionado, os militares são designados como uma categoria especial de servidores da pátria, regidos por regulamento próprio, e por este motivo, sujeitos a direitos, deveres e prerrogativas distintas da categoria dos demais trabalhadores. Já em sua admissão, aqueles que se candidatam às vagas de concursos e processos seletivos militares precisam comprovar que além da sua capacidade intelectual, estão também em boas condições físicas e psicológicas para ingressar nos quadros das Forças Armadas, pois são submetidos a testes de avaliação do condicionamento físico e também a exames de aptidão psicológica.

Aqueles que preenchem todos os requisitos para o ingresso nas escolas de formação militares necessitam, ainda, passar pelos estágios de adaptação ou cursos de formação dentro das escolas militares que tem o objetivo de,

(...) transmitir e reforçar os postulados básicos da vida castrense, bem como desenvolver elevado grau de vibração, devoção e entusiasmo pela Força Aérea, além das características de resistência física, necessária ao profissional militar, procura-se por meio da referida instrução sedimentar no futuro militar os princípios basilares da instituição (Hierarquia e Disciplina), como também, os fundamentos de ética e da estrutura organizacional do COMAER, de modo que, ao término do curso, o futuro militar esteja dotado de atributos e competências que o qualificarão a ser um integrante do Corpo da Aeronáutica. (DEPENS, 2011).

Assim, podemos afirmar que todo militar, ao passar pelos estágios e cursos de formação, é submetido aos valores institucionais que tem como base a hierarquia e a disciplina, princípios fundamentais para a manutenção e para a

²² Disponível em: <<https://convocacaotemporarios.fab.mil.br/>> Acesso em: 10 dez. 2019.

aceitação da forma de trabalho no interior das organizações onde os militares desempenham inúmeras funções além de sua atividade de origem. Enumeramos a seguir algumas características do trabalho na caserna, a saber: trabalhar sem horário de expediente predefinido, sem receber hora extra, adicional por insalubridade ou periculosidade, sem ter direito a vincular-se em sindicatos e realizar greves, dentre outras particularidades da profissão que jura “defender a pátria com o sacrifício da própria vida”.

Ao pesquisar sobre as características da “vida militar” encontramos no site do Exército Brasileiro alguns apontamentos importantes, comuns a vivência de todos os militares das Forças Armadas, tais como:

- a. Risco de vida - durante toda a sua carreira, o militar convive com risco. Seja nos treinamentos, na sua vida diária ou na guerra, a possibilidade iminente de um dano físico ou da morte é um fato permanente de sua profissão. O exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida.
- b. Sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia - ao ingressar nas Forças Armadas, o militar tem de obedecer a severas normas disciplinares e a estritos princípios hierárquicos, que condicionam toda a sua vida pessoal e profissional.
- c. Dedicção exclusiva - o militar não pode exercer qualquer outra atividade profissional, o que o torna dependente de seus vencimentos, historicamente reduzidos, e dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho, quando na inatividade.
- d. Disponibilidade permanente - o militar se mantém disponível para o serviço ao longo das 24 horas do dia, sem direito a reivindicar qualquer remuneração extra, compensação de qualquer ordem ou cômputo de serviço especial.
- e. Mobilidade geográfica - o militar pode ser movimentado em qualquer época do ano, para qualquer região do país, indo residir, em alguns casos, em locais inóspitos e destituídos de infraestrutura de apoio à família.

f. Vigor físico - as atribuições que o militar desempenha, não só por ocasião de eventuais conflitos, para os quais deve estar sempre preparado, mas, também, no tempo de paz, exigem-lhe elevado nível de saúde física e mental. O militar é submetido, durante toda a sua carreira, a periódicos exames médicos e testes de aptidão física, que condicionam a sua permanência no serviço ativo.

g. Formação específica e aperfeiçoamento constante - o exercício da profissão militar exige uma rigorosa e diferenciada formação. Ao longo de sua vida profissional, o militar de carreira passa por um sistema de educação continuada, que lhe permite adquirir as capacitações específicas dos diversos níveis de exercício da profissão militar e realiza reciclagens periódicas para fins de atualização e manutenção dos padrões de desempenho.

h. Proibição de participar de atividades políticas - o militar da ativa é proibido de filiar-se a partidos e de participar de atividades políticas, especialmente as de cunho político-partidário.

i. Proibição de sindicalizar-se e de participação em greves ou em qualquer movimento reivindicatório - o impedimento de sindicalização advém da rígida hierarquia e disciplina, por ser inaceitável que o militar possa contrapor-se à instituição a que pertence, devendo-lhe fidelidade irrestrita. A proibição de greve decorre do papel do militar na defesa do país, interna e externa, tarefa prioritária e essencial do Estado.

j. Restrições a direitos trabalhistas - o militar não usufrui alguns direitos trabalhistas, de caráter universal, que são assegurados aos trabalhadores, dentre os quais incluem-se:

- remuneração do trabalho noturno superior à do trabalho diurno;
- jornada de trabalho diário limitada a oito horas;
- obrigatoriedade de repouso semanal remunerado; e
- remuneração de serviço extraordinário, devido a trabalho diário superior a oito horas diárias.

k. Vínculo com a profissão - mesmo quando na inatividade, o militar permanece vinculado à sua profissão. Os militares na inatividade, quando não reformados, constituem a "reserva" de 1ª linha das Forças

Armadas, devendo se manter prontos para eventuais convocações e retorno ao serviço ativo, conforme prevê a lei, independente de estarem exercendo outra atividade, não podendo por tal motivo se eximir dessa convocação.

1. Consequências para a família - as exigências da profissão não ficam restritas à pessoa do militar, mas afetam, também, a vida familiar, a tal ponto que a condição do militar e a condição da sua família se tornam estreitamente ligadas:

- a formação do patrimônio familiar é extremamente dificultada;
- a educação dos filhos é prejudicada;
- o exercício de atividades remuneradas por cônjuge do militar fica, praticamente, impedido; e
- o núcleo familiar não estabelece relações duradouras e permanentes na cidade em que reside, porque ali, normalmente, passará apenas três anos.

(Características da profissão militar - Fonte: <http://www.eb.mil.br/caracteristicas-da-profissao-militar> Acesso em 26/01/2020)

Além disso, os militares desempenham diversas funções dentro da Força, a depender de sua atividade. Na FAB podem trabalhar em atividades administrativas, realizando toda a burocracia para contratação de serviços, pagamento de seu pessoal, licitações públicas, entre outros... Podem, também, ser empregados na atividade fim da Força, que seria a manutenção e mecânica das aeronaves, o controle do espaço aéreo brasileiro e a atividade de voo propriamente dita, no caso dos pilotos de aeronaves, ou ainda, cuidar da segurança e defesa institucional, trabalhando desde a segurança do Presidente da República, demais autoridades, e suas organizações militares, até nas missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) onde são empregados em fronteiras ou ações de policiamento ostensivo.

Há, ainda, funções inerentes a vida na caserna que são obrigatoriamente realizadas por todos os militares das Forças Armadas, independentemente de sua atividade ou especialidade, como é o caso das escalas de serviço armado, participação em formaturas e solenidades militares, composição de comissões para desempenhar funções da administração pública como fiscalização de contratos de serviços públicos, realização de inventários de bens públicos e apuração de sindicâncias, inquéritos policiais em âmbito militar e processos administrativos.

Cabe ressaltar que a maioria dessas funções, acima enumeradas, não são ensinadas durante os cursos de formação e estágio de adaptação, cabendo aos próprios militares o aprendizado e a realização das atividades a eles solicitadas. Além disso, o desempenho de todas essas funções “*extras*” não está relacionado a ganhos além de sua remuneração mensal, uma vez que ser militar significa aceitar e cumprir atribuições além daquelas realizadas por determinada especialidade, pois como diz o jargão “*missão dada é missão cumprida*” e antes de ser especialista em algo nas Forças Armadas todos são militares em primeiro lugar.

Percebe-se que a vida na caserna propicia que os militares incorporem valores e condutas necessários para que se sintam cada vez mais distantes da categoria de trabalhadores a que pertencem. Esse distanciamento não se dá de maneira inocente ou aleatória, sendo necessário para que os militares aceitem as condições de trabalho as quais estão submetidos de modo a acreditar que são, de fato, diferentes da classe que vende sua força de trabalho fora das organizações militares, e conformando-se em trabalhar sem carga horária fixa, contratados sem funções predefinidas e sem a possibilidade de organizar-se coletivamente, por exemplo.

No cotidiano profissional de trabalho dentro das organizações militares é possível observar, durante os atendimentos sociais, que uma quantidade expressiva de militares não se identifica como trabalhador assalariado. Durante os atendimentos sociais realizados em nosso cotidiano de trabalho muitos militares afirmam que não são servidores públicos, mas questionados sobre sua forma de inserção na classe dos trabalhadores, não sabem definir o lugar que ocupam e justificam que sendo o Estado o seu empregador, não recebem salário, pois sua atividade não gera lucro, sendo assim, sua remuneração é composta por soldos e adicionais, que podem ser acrescidos ou retirados a depender de algumas variáveis, mas reproduzem o discurso de que não tem direito a hora extra ou adicionais noturnos, por exemplo, pois não são trabalhadores assalariados “comuns”.

Analisando esse aspecto da pesquisa recorreremos a interpretação de Marx sobre a categoria trabalho e as diferenciações sobre entre o trabalho produtivo e improdutivo para o sistema capitalista, embora não seja nosso objetivo neste trabalho acreditamos que uma breve explanação sobre sua teoria social crítica pode nos ajudar a refletir sobre a questão que ora se apresenta. Para o autor “é

produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza numa mais valia” (Marx, 1985c, p.109) e continua afirmando que *“todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo”* (Marx, 1985c, p.111).

Embora a Aeronáutica seja uma instituição vinculada a Defesa Nacional e sua atividade fim não caracterize a produção direta de mais valia, esta contribui para a construção do capital social, como parte de um trabalho coletivo apropriado pelo capital. De acordo com Karl Marx:

[...] comparada com um número igual de jornadas isoladas, a jornada de trabalho coletivo produz mais objetos úteis e diminui assim o tempo necessário para obter o efeito que se procura [...] Essa força produtiva especial da jornada coletiva é uma força de trabalho social ou comum. Obrando simultaneamente com outros para um fim comum e segundo plano concertado, o trabalho transpassa os limites da sua individualidade e desenvolve a sua potência como espécie. (Marx, 2008, p. 115).

Nesse sentido, considerando a prestação de serviços públicos de segurança nacional, embora a venda da força de trabalho dos militares não tenha como objetivo a produção de mercadorias vendáveis para obtenção de lucro direto, entendemos que a partir da prestação de seus serviços o capital também se valoriza na esfera da circulação, produzindo lucro indireto.

Na perspectiva de conceder uma validade contemporânea ao conceito de classe trabalhadora, através da expressão de “classe que vive do trabalho”, Antunes (1999) defende a existência de um núcleo central de trabalhadores, considerados produtivos formados pelo proletariado industrial, ou seja, aqueles que produzem diretamente a mais valia e por consequência, participam de forma direta na ampliação do capitalismo.

Ressalta-se, no entanto, que o autor, ao incorporar aos trabalhadores produtivos, os também considerados trabalhadores improdutivos, ou seja, todos aqueles que não emergem como elementos vivos do processo de valorização do capital, compõe o que considera uma concepção ampliada da classe trabalhadora. Nesse sentido, Antunes (1999) chama a atenção para o processo de embricamento entre as duas modalidades de trabalho, presente no atual estágio capitalista, sendo assim, em sua perspectiva sobre a “classe que vive do trabalho” serão contemplados todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho. Enfatiza-

se, portanto, que a classe trabalhadora hoje deve abarcar uma totalidade que é expressa pelo conjunto dos trabalhadores assalariados.

A perspectiva ampliada, da classe trabalhadora no atual estágio de produção capitalista, possibilita a inserção dos trabalhadores advindos de formas de trabalho, que se concretizam no espaço dos serviços, e que podem ser encontradas tanto nas esferas públicas, como nas privadas. Nesse contexto, as formas de trabalho improdutivo, apesar de não produzirem valor e nem de participarem diretamente do processo de acumulação, tornam-se fundamentais para reprodução do próprio sistema.

Apesar de preservar a centralidade dos trabalhadores produtivos, ou proletariado industrial, Antunes (1995) aponta caminhos importantes para a compreensão da ampliação do conceito de classe trabalhadora. Dentre esses, recebe destaque a importância das conexões estabelecidas entre as formas de trabalho produtivas e improdutivas existentes na atualidade, e as suas repercussões para os trabalhadores.

Reforça-se, portanto a noção ampliada de classe trabalhadora para Antunes, que apesar de reconhecer o protagonismo do núcleo central dos trabalhadores, por participarem de forma direta no processo de valorização do capital através da produção da mais valia, deve ser composta também por todos os assalariados, todos aqueles que vendem a sua força de trabalho, apesar de não estarem diretamente ligados ao processo de valorização, em troca de salário (Antunes, 2005).

No caso da FAB e de seus militares, a reflexão caminha no sentido de situar essa categoria de trabalhadores, no âmbito dos serviços públicos, em que as ações e atividades são consideradas exclusivas do Estado. Ressalta-se, nesse contexto, que o trabalho deste referido segmento de trabalhadores está ligado à defesa da pátria, o que irá requerer a compreensão de um universo institucional diferente dos demais no âmbito dos serviços públicos, cujos pilares seculares são orientados pela hierarquia e disciplina.

Busca-se, assim, evidenciar que os impactos decorrentes das transformações no universo da produção e do trabalho podem adquirir especificidades ao considerar os eixos institucionais presentes nas Forças Armadas, fato que atinge diretamente as relações de trabalho e a maneira pela qual essa “categoria especial

de servidores da Pátria” denominados de militares é levada a não se identificar como classe trabalhadora.

Ao finalizar este capítulo buscamos contextualizar o surgimento das Forças Armadas como instituição situada no campo da defesa nacional responsável manutenção da soberania do território brasileiro através das ações de garantia da lei e da ordem, não invisibilizando a sua função coercitiva de braço armado do Estado. Além disso, nosso objetivo principal foi apresentar a categoria dos militares, afirmando a sua inserção na classe trabalhadora e problematizar a maneira pela qual a execução de seu trabalho, pautado nos princípios e valores da hierarquia e disciplina, é indispensável para não haja alguns questionamentos de direitos relativos ao exercício de suas funções.

Apresentamos, ainda, o espaço onde irá se desdobrar a pesquisa de campo, ao abordar o surgimento do Serviço Social no Comando da Aeronáutica, elencar os programas e projetos que compõem a Assistência Social na FAB, bem como quantificar os recursos humanos envolvidos na realização das atividades realizadas pelos assistentes sociais da instituição. No capítulo seguinte pretendemos expor as principais categorias de análise e autores utilizados a partir do levantamento teórico realizado, além de situar as particularidades da FAB com base no levantamento documental da instituição, relevantes nesta pesquisa.

2 Referencial Teórico

2.1. Neoliberalismo, contrarreforma do Estado e a precarização do trabalho

Após a Segunda Guerra Mundial a Europa Ocidental pôde experimentar o que se denominou “as três décadas gloriosas do capitalismo”, ou seja, um cenário de grande crescimento econômico que teve como pano de fundo a política do pleno emprego e as políticas sociais do “Welfare State”.

Aparentemente, o taylorismo-fordismo e o keynesianismo, feitos um para o outro, consolidariam o “capitalismo democrático”: a produção em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises. Anunciava-se um capitalismo sem contradições, apenas conflitivo – mas no quadro de conflitos que seriam resolvidos à base do *consenso*, capaz de ser construído mediante os mecanismos da democracia participativa. (Netto e Braz, 2007, p. 212).

No entanto, no início dos anos setenta do século XX o “sonho dourado” acabou. Esta conjuntura econômica, política e social entrou em declínio, dando início a uma profunda crise estrutural no sistema capitalista que foi respondida com uma forte ofensiva neoliberal fazendo emergir uma nova institucionalidade econômica financeira legitimada por um novo projeto político de sociedade.

O processo de reestruturação produtiva teve como principal objetivo realizar uma transição do modo de produção taylorista/fordista (rígido) ao modo de produção toyotista (acumulação flexível). Isso porque houve a necessidade de substituir a produção em massa por uma produção variada e voltada às necessidades das especificidades dos mercados consumidores. Consoante Harvey,

[...] a acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 1993, p. 140)

Na Europa, a partir dos anos oitenta o toyotismo, ou modelo japonês expandiu-se e ocidentalizou-se trazendo drásticas consequências para o mundo do trabalho a partir da perspectiva da “empresa enxuta”. Este novo modo de produzir trouxe um novo padrão organizacional da força de trabalho, associado ao avanço tecnológico e à introdução de técnicas de gestão baseadas no gerencialismo²³

O pensamento favorável a este novo modelo resume-se em que o Estado burocrático não é mais capaz de atender às exigências democráticas do mundo atual. Assim, a administração gerencial repousa em descentralizações política e administrativa, a instituição de formatos organizacionais com poucos níveis hierárquicos, flexibilidade organizacional, controle de resultados, ao invés do controle, passo a passo, de processos administrativos, adoção de confiança limitada, no lugar de desconfiança total, em relação aos funcionários e dirigentes e, por último, uma administração voltada para o atendimento do cidadão e aberta ao controle social.

(Fonte: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.phpn_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=503>. Acesso em: 29 abr. 2019).

São características da estrutura produtiva flexível, presentes no modo de produção toyotista, a desconcentração produtiva, a subcontratação (empresas terceirizadas), o trabalho em equipe, o salário flexível, os “times de trabalho” (baseado no envolvimento “participativo” dos trabalhadores”), o trabalho polivalente, a estrutura horizontalizada, o regime de metas e a produção por demanda (Antunes e Druck, 2014, p. 14-15).

Assim, as respostas do capital a esta crise ocorreram a partir de um processo de *restauração* (Harvey, 2008) e esta restauração se deu a partir de uma estratégia articulada no tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal (Antunes, 1995; Behring, 2003).

Para que as novas formas produtivas fossem inseridas com êxito nas relações de produção, mas também nas relações sociais como um todo, era necessário que houvesse uma mudança nos modos de pensar e agir da sociedade. Para dar conta dessa necessidade o neoliberalismo toma maiores proporções como ideologia a ser implementada na sociedade, atendendo a demanda de restauração da economia capitalista.

²³ O gerencialismo ou administração pública gerencial é aquela construída sobre bases que consideram o Estado uma grande empresa cujos serviços são destinados aos seus clientes, outrora cidadãos; na eficiência dos serviços, na avaliação de desempenho e no controle de resultados, suas principais características.

Fonte: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.phpn_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=503>. Acesso em: 29 abr. 2019.

Harvey (2008) em sua obra “Neoliberalismo: história e implicações” perfaz uma breve história crítica da teoria neoliberal, destacando sua gênese nas importantes obras de Friedrich Von Hayek e Milton Friedman – agraciados com Prêmios Nobel de Economia, respectivamente, em 1974 e 1976, fato que segundo Harvey, garantiu ainda maior respeitabilidade às ideias econômicas difundidas por estes autores, uma vez que para disseminar os ideais neoliberais utilizaram as principais universidades mundiais de economia, a saber Harvard e Stanford.

Após discorrer sobre os alicerces da teoria neoliberal, destacando os limites e contradições em relação à economia clássica, David Harvey busca analisar as experiências chilena (com os “*Chicago Boys*”, depois da derrubada de Salvador Allende e o golpe de Pinochet), estadunidense (com Paul Volcker no FED – Federal Reserve Bank, durante os governos de Carter e Reagan) e inglesa (com a ascensão de Margareth Thatcher ao poder).

A referida obra de Harvey resgata os ideais do liberalismo clássico da Revolução Francesa para explicitar os motivos pelos quais foi possível criar o consenso necessário à implantação do neoliberalismo. Para ele, a *liberdade*, amplamente defendida pelos liberais, volta à tona implícita na proposta de manutenção da propriedade privada da classe burguesa, fator que leva ao consenso necessário para a entrada neoliberal, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos da América.

Assim, Harvey conclui que o neoliberalismo apresentado como um projeto declarado de restauração do poder econômico a uma pequena elite não teria muito apoio, mas um esforço em defesa da causa das liberdades individuais poderia constituir um apelo a base popular, disfarçando o trabalho de restauração do poder de classe. “Qualquer resistência apelava-se para o uso da força, quer militar (como no Chile), quer financeira, (como nas operações do FMI em Moçambique ou nas Filipinas)” (Harvey, 2008, p. 50).

Além de indicar o teor político por trás da justificativa econômica do sistema neoliberal, Harvey utiliza seu conhecimento como geógrafo para nos indicar de que maneira ocorre sua expansão a nível mundial a partir dos mecanismos de fluxo do capital. A construção de uma *teoria do desenvolvimento geograficamente desigual* busca relacionar a noção espacial à já desenvolvida *teoria do desenvolvimento desigual e combinado* (Trotsky, 1978), a qual não nos

deteremos aqui, mas entendemos sua relevância para explicar as inserções periféricas de determinados países na ordem capitalista mundial, caso do Brasil.

Esta distinção destaca que “o enfoque do desenvolvimento geográfico desigual propicia uma concepção de espaço como relativo e relacional.” (Harvey, 2006), assim a inserção de determinados países de maneira periférica na ordem capitalista mundial não se dá aleatoriamente, mas sim é fruto de uma opção, digamos prioritária, dos países de capitalismo avançado via Organismos Internacionais - Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) - a partir de critérios como por exemplo, a disponibilidade de força de trabalho abundante e de baixo custo.

Assim, podemos exemplificar a aplicação desta teoria de Harvey quando da escolha dos países onde serão instaladas as unidades produtivas, a chamada desterritorialização. Sua produção sem fronteiras permite o deslocamento de unidades produtivas (principalmente para regiões de subdesenvolvimento onde as legislações trabalhistas não são tão rígidas) e a incorporação de tecnologias como a robótica e a microeletrônica, responsáveis por reduzir significativamente o trabalho vivo empregado na produção. Destaca-se que essas mudanças incidem diretamente nos trabalhadores e nas formas de contratação de sua mão de obra, fato que aprofundaremos posteriormente.

Observamos aqui, a partir das análises realizadas nas obras de Harvey, uma tendência de atualização ao papel desempenhado pelo Estado moderno ao resgatar as concepções de Marx e Gramsci acerca da função estatal no sistema capitalista, quando necessita disseminar o consenso social para se adaptar em seus ciclos de crise.

Conforme pudemos constatar, para que as alterações no campo da produção ocorressem com êxito, foi necessário romper com todas as barreiras sociopolíticas e ideológicas que pudessem ir de encontro à necessidade de expansão do capital. Nesse sentido os ideais neoliberais foram amplamente difundidos à sociedade com a finalidade de disseminar a ampla liberdade do mercado e o argumento de “redução” do Estado sob a proposta de sua *reforma* dada sua suposta ineficiência para gerir a economia.

Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi

demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; *a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco **processo de contra reforma(s)**, destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais.* (Netto e Braz, 2007, p. 227).

Sobre o tema do Estado, Behring (2003) traz reflexões sobre o direcionamento de suas funções políticas, econômicas e ideológicas para a conformação da ideologia neoliberal. A autora é incisiva ao abordar que o direcionamento das ações adotadas pelo Estado sob os ditames do capital, intituladas de *reformas*, na verdade são verdadeiras contrarreformas, haja vista que o sentido da palavra reforma indica mudanças positivas, não representando os retrocessos operados pelo Estado neoliberal quanto sua política econômica.

Isso porque restringem-se a investir em infraestrutura (onde não interessa das empresas privadas), aplicar incentivos fiscais, garantir escoamentos na produção, além de atuar nos processos de desregulamentação. A autora enfatiza que os Estados se tornam pontos de apoio para as empresas, legislando em seu favor principalmente no que se refere as mudanças permissivas à flexibilidade no “mundo do trabalho”. Além disso, têm destaque os processos de privatização que visam reduzir as dimensões do setor público e livrar-se das empresas sob o argumento de que não são lucrativas, fato que se mostra equivocado, uma vez que o capital não tem como objetivo realizar investimentos não lucrativos.

Nesse sentido busca-se causar uma sensação de redução das funções do Estado, garantindo o livre trânsito do mercado através das empresas privadas. *Afirma-se que a privatização e a desregulação combinadas a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentando a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos* (Harvey, 2008, p. 76).

Essas ações são duramente sentidas, especialmente, nas Políticas Sociais onde há um ataque anunciado do corte de investimentos, caracterizando os critérios de seletividade e focalização, visando atender o mínimo de usuários com o máximo de restrições possível, a exemplo das políticas de transferência de renda. Aquelas onde há possibilidade de comercialização, não recebem os devidos investimentos, acarretando seu sucateamento, para se tornar mercadorias vendáveis à população, como é o caso da saúde, educação (em especial a superior),

atualmente a previdência, ou seja, há uma mercantilização e a transformação de políticas sociais em negócios, como nos mostra Behring

As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade. (Behring, 2008, p. 59).

Para o mundo do trabalho as perdas de direitos vêm sendo intituladas de flexibilização. O Estado brasileiro, através de sua capacidade legislativa, imprime novas formas de exploração da força de trabalho via desregulamentação da legislação trabalhista e previdenciária e sob a justificativa da ampliação de empregos permite as formas de contratação mais flexíveis possível (expressas nos formatos de empreendedorismo, trabalho por projetos, pejetização, home offices, entre outros), como é o caso da *reforma trabalhista* prevista na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.²⁴

Sobre a referida lei e com base nos estudos de Stampa e Santos (2019) destacamos que “os documentos públicos mostram que as iniciativas nacionais para flexibilização das normativas e decomposição dos direitos sociais são datados do final da década de 1990, período no qual se consolida o projeto neoliberal no país, e culmina na origem do Projeto de Lei nº 4.302/98, cujo objetivo era o de modificar a Lei nº 6.019/74, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas. Precisamente, em 26 de novembro de 2016, examina-se a celeridade da retomada do referido PL, que havia sido retirado de pauta, em que os poderes Executivo e Legislativo encaminharam inúmeras propostas para modificação das relações de trabalho no país.

A aprovação do PL nº 4.302/98 ocorreu em 22 de março de 2017, materializando-se na Lei nº 13.429/17, cuja ementa é a seguinte: *altera os dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações na empresa de prestação de serviços a terceiros* (Brasil, 2017). A

²⁴ As principais alterações previstas nesta Lei estão relacionadas a perda de efetivos direitos conquistados pela classe trabalhadora, tais como: férias, jornada de trabalho, remuneração, plano de cargos e salários, rescisão contratual, banco de horas, trabalho parcial, contribuição sindical e terceirização da contratação de funcionários. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.

terceirização vinha sendo regradada, de forma geral, pela Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST); e a contratação temporária apenas pela Lei nº 6.019/1974. Anteriormente, seguia-se a Súmula nº 331/1993, do TST, que restringia a terceirização no país aos serviços de vigilância e limpeza e às funções não alusivas às atividades-fim das empresas” (Stampa e Santos, 2019, p. 54-55).

Assim, consoante Behring, “(...) são decisivas as liberalizações, desregulamentações e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho – diminuição por parte dos salários, segmentação do mercado de trabalho e diminuição das contribuições sociais para a seguridade” (Behring, 2008, p. 59).

A tríade explosiva reestruturação produtiva, financeirização do capital e neoliberalismo explicita o panorama trágico que pretendemos abordar aqui: a desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho na sociedade do capital contemporâneo.

Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Compreende-se, pois, que os ônus de todas elas recaiam fortemente sobre os trabalhadores – da *redução salarial* [...] à *precarização do emprego*. Aqui, aliás, reside um dos aspectos mais expressivos da ofensiva do capital contra o trabalho: a retórica do “pleno emprego” dos “anos dourados” foi substituída, no discurso dos defensores do capital, pela defesa de *formas precárias* de emprego (sem quaisquer garantias sociais) e do emprego em *tempo parcial* (também frequentemente sem garantias), que obriga o trabalhador a buscar o seu sustento, simultaneamente, em várias ocupações. Nessa ofensiva do capital, seus porta-vozes vêm afirmando que a “flexibilização” ou a “desregulamentação” das relações de trabalho (isto é, a redução ou mesmo a supressão de garantias ao trabalho) ampliaria as oportunidades de emprego (ou seja, expandiria o mercado de trabalho) – argumentação largamente desmentida pelos fatos: também em *todos* os países onde o trabalho foi “flexibilizado”, isso ocorreu juntamente com o *crescimento do desemprego*. (Netto e Braz, 2007, p. 218-219).

A necessidade do exército industrial de reserva, ou seja, dos trabalhadores desempregados ou o lumpemproletariado nas palavras de Marx, é condição inerente para a reprodução do modo de produção capitalista. No livro 1 de O Capital, mais especificamente no capítulo XXIV – A assim chamada acumulação primitiva – Marx relata detalhadamente a maneira pela qual os trabalhadores do campo foram expropriados de suas terras, tornando-se “homens livres”, detentores apenas de sua força de trabalho, fato que os obrigou a vendê-la em troca de um salário aos donos dos meios de produção para garantir sua sobrevivência (Marx, 1968, Livro 1, p. 451-513).

O tema das expropriações foi tratado por Marx (1968, Livro 1, p. 451-513) ao discutir a acumulação primitiva compreendida como “*a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho*”. E continua “*a expropriação rouba dos trabalhadores seus meios de produção e todas as garantias de sua existência*”.

Resgatamos, assim, o tema das expropriações como uma categoria explicativa dos violentos processos de submissão do trabalho ao capital nesses tempos de forte ofensiva do sistema capitalista e enfatizamos que na contemporaneidade essas expropriações ganham novas formas, não se limitando apenas à supressão direta dos meios de produção dos trabalhadores.

Coadunamos com as análises de Fontes (2010) quando a autora utiliza a categoria *expropriação primária original* para fazer referência aos processos históricos da acumulação primitiva, descortinados por Marx no já mencionado livro 1 de O Capital, para contextualizar a violenta destituição das terras dos camponeses entre os séculos XV e XVI. Contudo, é na expressão *expropriações secundárias*, que Fontes (2010) consegue dar um caráter contemporâneo às novas formas de acumulação capitalistas de extração de mais valor.

O processo ao qual a autora designa como expropriações secundárias não se refere apenas à perda de propriedade dos meios de produção, mas caracteriza os processos econômicos e sociais que intensificam a disponibilidade do trabalhador para o mercado e, ainda cria novas formas de acumulação e extração de mais valor, como por exemplo a mercantilização da prestação de serviços públicos, caracterizando uma crescente destruição dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Uma das mais significativas é a supressão ou a redução de direitos de aposentadorias e pensões, com vista a eliminar um anteparo histórico à plena disponibilização de trabalhadores para o mercado, já que as aposentadorias permitiam ao trabalhador “cessar” a venda da sua força de trabalho em determinadas circunstâncias. (Fontes, 2010, p. 56).

No campo dos direitos trabalhistas Fontes ressalta que

Outra forma de expropriação igualmente avassaladora para os trabalhadores são as sistemáticas supressões ou reduções de direitos do trabalho associados diretamente a produção de valor: a precarização, a terceirização, a realização de trabalhos desprovidos de direitos, por meio de “bolsas” de estágio, os contratos intermitentes de curta duração, as atividades sem nenhum tipo de direitos vinculados. (Fontes, 2010, p. 6).

No bojo dos debates acerca das formas de precarização do trabalho destaca-se, além do desemprego, a informalidade como modalidade de inserção alternativa aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho por meios formais e com direitos trabalhistas garantidos. Consideram-se trabalhadores informais, por exemplo, os assalariados sem carteira assinada, os autônomos, as empregadas domésticas sem carteira, o trabalho familiar, os donos de pequenos negócios, microempreendedores individuais, subcontratados e terceirizados, “uberização”, entre outros.

Além disso, destaca-se hoje a figura do empreendedor como o indivíduo que é patrão (leia-se escravo) de si mesmo, aquele que para superar o desemprego nos momentos de crise trabalha por conta própria para sua manutenção e tem a legitimação do Estado para desenvolver suas atividades supostamente com direitos trabalhistas na medida em que pode se inscrever como pessoa jurídica, por exemplo, através do microempreendedor individual (MEI).

Os processos de privatização, mercantilização e as supressões de direitos sociais e trabalhistas são expressões das expropriações contemporâneas, revelando-se como o principal meio de atualização da reprodução capitalista. Em geral, essas expropriações, além de ser objeto de violências as mais diversas, são também a “matéria-prima” de manipulações ideológicas, assumindo características de práticas modernas com objetivo de naturalizar os meios de precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores, de que é exemplo o trabalho por conta própria. (Mota e Tavares, 2016, p. 235).

Para ilustrar os exemplos de incentivo ao empreendedorismo na atualidade destacamos o conceito de “uberização” que surgiu de um serviço de transporte de usuários através de um aplicativo de celular chamado Uber e hoje adentra outras esferas de serviços contratados a partir da ideia da economia compartilhada. A tendência é que todos os serviços, de distintos segmentos, possam ser contratados pelos usuários através de aplicativos de celular e, que os trabalhadores não tenham nenhum tipo de vínculo empregatício com as empresas para as quais prestam serviços.

Outra modalidade de precarização do trabalho, disfarçada de trabalho regulamentado é a terceirização (ou subcontratação), nela é possível que uma empresa contrate outra, no mesmo território ou não, para prestação de serviços, isso significa também a possibilidade de terceirização da mão de obra e a flexibilização das legislações trabalhistas, pois geralmente as empresas primam

pela contratação de mão de obra barata nos países onde as leis do trabalho inexistem ou são menos incisivas.

Com este cenário de desmonte dos direitos sociais surgem novas formas de gestão da força de trabalho que legitimadas pelo Estado através da flexibilização das legislações trabalhista e previdenciária permitem a intensificação da exploração do trabalhador e reduzem cada vez mais as possibilidades de acesso a um salário e aposentadoria dignos e suficientes para suas necessidades básicas de reprodução.

Nesse tocante destacamos como maiores exemplos de expropriação dos direitos na atualidade a reforma trabalhista aprovada na Lei nº 13.429/17 e a proposta de reforma previdenciária em curso. A reforma trabalhista afetou direitos que eram antes garantidos tais como o auxílio desemprego, auxílio doença e os critérios de concessão da pensão por morte. Além disso, incentiva as formas de contratação de trabalho temporário, desprotegido e intermitente, baseado em metas e realizado em qualquer lugar, até mesmo na casa do trabalhador.

A reforma da previdência, em vias de tramitação, também ataca os principais direitos conquistados pelos trabalhadores brasileiros há medida que propõe o aumento da idade e do tempo de contribuição para aposentadoria, fator que inviabiliza seu alcance se pensarmos na nova morfologia do mundo do trabalho: desemprego, rotatividade, inserção tardia no mercado de trabalho, etc. Ademais, a referida reforma torna-se um exemplo da mercantilização dos serviços públicos uma vez que, ao passo que o Estado propõe uma série de medidas visando sua inviabilidade aos trabalhadores, surge concomitantemente o estímulo a contratação dos sistemas de previdência privada. Essa tendência nos é a confirmada por Mota e Tavares (2016).

(...) essas expropriações respondem pela “pilhagem” dos fundos públicos, associada aos processos de *supercapitalização* que tendem a transformar em mercadorias o que já foi objeto de serviço ou bem público, ampliando a dependência do trabalhador em relação ao mercado, para o atendimento de suas necessidades, transformando-o em um *consumidor de serviços e mercadorias* pela expropriação de direitos, bens e serviços (educação, saúde, previdência, etc.) pertinentes à sua condição de cidadão e trabalhador. (Mota e Tavares, 2016, p. 240).

Assim, com objetivo de ressaltar que o debate sobre a categoria expropriação, utilizada por Marx no capítulo da Acumulação Primitiva, em O

Capital, adquire novas expressões e significados na atualidade, utilizamos também as formulações de Mota (2017), que denomina as *expropriações contemporâneas* como formas expressas na mercantilização das políticas, no desemprego e na precarização do trabalho.

Também coadunamos das ideias de Fontes (2001, p. 45) quando considera que “as *expropriações contemporâneas tornaram-se agressivas e potencialmente ilimitadas, ao converter características humanas, sociais ou elementos da natureza em potenciais mercadorias*”, cujo acesso somente é possível através da compra, por meio do mercado como é o caso de algumas Políticas Sociais atualmente.

Diante desta conjuntura é imprescindível mencionar o papel do Estado e de suas contrarreformas como garantidores da manutenção da reprodução capitalista, seja legislando para redução dos direitos do trabalho (conforme já discutido anteriormente), sucateando (através da falta de investimentos públicos) para posteriormente mercantilizar as políticas públicas ou ainda garantindo a manutenção do êxito econômico, ao transformar os trabalhadores sem emprego em consumidores ativos, através dos programas de renda mínima.

O Estado Social mantém sua função de regulação e distribuição de parte da riqueza socialmente produzida apropriada como fundo público, e não deixa de participar da reprodução ampliada do capital, mas realiza as funções de reprodução da força de trabalho e da população não trabalhadora nos limites da sobrevivência. No âmbito da previdência e saúde, a ação estatal se limita a cada vez mais à manutenção dos sistemas públicos mínimos ou básicos (os chamados planos de base) e regula a instituição de planos privados abertos e/ou fechados que se constituem em novos nichos de acumulação. No âmbito do trabalho, flexibiliza as normas, submete o trabalhador a regras ditadas pelo capital, o que favorece mais intensamente a extração de mais valor. Na assistência social, reedita sua antiga e insolúvel tensão com o trabalho, mas agora com novas nomenclaturas e configurações chamadas políticas de ativação para o trabalho. (Boschetti, 2018, p. 162).

Com o aprofundamento da exploração da força de trabalho, além do aumento do desemprego, *novas* formas de exploração do trabalho vieram à tona com a finalidade de manter, e ampliar sempre que possível, as taxas de lucro e a hegemonia do capital. A precariedade, condição inerente do trabalho assalariado no modo de produção capitalista converte-se em precarização, ou seja, atualiza-se e consolida-se através do Estado a partir das leis, instituições, normativas e regulamentações trabalhistas que permitem ao empregador flexibilizar as formas de contratação e prestação dos serviços de seus empregados (Valencia, 2015).

Diante da conjuntura acima discutida o que se pode concluir é que não há limites para a exploração desmedida do capital aos trabalhadores pois parece que todos aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho são afetados sobremaneira pela necessidade de valorização do capitalismo. Do trabalhador informal ao trabalhador assalariado, todos parecem estar submetidos a alguma forma de precarização do trabalho.

Alves (2007) ao abordar o conceito de precarização do trabalho afirma que a precariedade é condição inerente ao desenvolvimento do sistema capitalista, que de tempos em tempos precisa reatualizar as formas de precarização do trabalho vivo, componente imprescindível na produção de mais valor, através da exploração em níveis ampliados da mercadoria força de trabalho. Em suas palavras

Desde o século XVI o capitalismo moderno têm ampliado as condições de precariedade social de homens e mulheres despossuídos da propriedade dos meios de produção da vida material.[...] No princípio, homens e mulheres foram expulsos da propriedade (ou posse) da terra, perdendo seus meios de produção da vida material, sendo obrigados, para sobreviver, a vender sua força de trabalho; e outros, expelidos pela concorrência de mercado, perderam ofícios ou habilidades profissionais, tornando-se proletários. Eis, portanto, o que é denominado processo de proletarianização do trabalho. [...] A principal forma histórica de precariedade social é o sistema do trabalho assalariado que predomina nas sociedades burguesas há séculos. Enfim, o capital como relação social tornou-se agente da racionalização do mundo, aparecendo como um processo social contraditório cujo cerne essencial caracterizou-se por um lado, pela constituição do processo de precarização como forma de desenvolvimento civilizatório e por outro lado, pela instauração da precariedade social como “condição humana”. (Alves, 2007, p. 112).

Druck (2013) atualiza este debate ao introduzir a ideia de uma *nova* precarização social do trabalho. A autora menciona que se trata de uma metamorfose da precarização que mesmo presente desde as origens do capitalismo, assume novos contornos e tem novas consequências, devido ao processo de mundialização do capital na era da financeirização, fazendo com que ela (esta fase da precarização) se generalize por toda parte e elucidando na realidade uma vontade política em detrimento da fatalidade econômica difundida.

Buscando identificar indicadores sobre a precarização do trabalho no Brasil, Druck (2009) realizou uma ampla pesquisa, que contou com dados qualitativos e

quantitativos²⁵ que pudessem evidenciar as características mais significativas da precarização do trabalho em nosso país. Em suas produções, o conceito de precarização social do trabalho ganha relevância, compreendendo-o como

[...] um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. Essa condição se torna central e hegemônica, contrapondo-se a outras formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país, que ainda permanecem e resistem (Druck, 2007, p 19-20 apud Druck, 2009, p. 5).

A partir desta concepção ampliada de precarização social do trabalho a autora nos propõe refletir que suas consequências para a categoria dos trabalhadores vão além da perspectiva do desemprego ou da informalidade, uma vez que as formas de flexibilização do trabalho permitem torná-lo precário em diferentes dimensões.

As autoras discutem ainda que a precarização social do trabalho se apresenta de forma multidimensional, pois segundo Druck, Franco e Seligman-Silva (2010), esta pode se manifestar nas seguintes esferas: 1) nos vínculos e relações contratuais; 2) na organização e nas condições de trabalho; 3) na precarização da saúde dos trabalhadores; 4) na fragilização e na valorização simbólica e 5) na representação e organização coletiva.

Em sua primeira dimensão a precarização tem como indicador os vínculos e relações contratuais, cujos fundamentos se constituem a partir das diferentes formas sob a qual ocorre a compra e venda da força de trabalho, o que gera inserção precária nos ambientes laborais e com um elevado percentual de desregulamentação de direitos.

²⁵ Para construção dos dados quantitativos, a autora utilizou-se de bases de dados de instituições oficiais do estado, cuja socialização de pesquisadas realizadas estão disponíveis a população, como por exemplo IBGE, Ministério do trabalho e do Emprego (MTe), do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Justiça do Trabalho (JT), do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e DIEESE5 – e (b) as bases de dados que reúnem resultados de pesquisas qualitativas, individuais e coletivas, cujos estudos são locais, setoriais, de casos específicos, e conseguem traduzir situações variadas de trabalho, de emprego e de desemprego, que as estatísticas, por serem classificações padronizadas e codificadas, não podem revelar. É o caso de publicações individuais de resultados de projetos, de teses e dissertações, que apresentam a diversidade regional, setorial e de diferentes segmentos de trabalhadores, bem como das suas diferentes inserções e condições de trabalho (DRUCK, 2009, p. 03).

Nesse sentido, a precarização se expressa pela paulatina perda de direitos trabalhistas ou o seu não usufruto por parte dos trabalhadores. Ocasiona a desestabilização dos trabalhadores estáveis, com perda de benefícios indiretos, diminuição salarial, descumprimento de acordos coletivos entre outros. As referências protetivas que o trabalho da era fordista oferecia são obscurecidas, prevalecendo entre os trabalhadores o acirramento da competição entre os incluídos e excluídos do processo regular de trabalho alimentada, sobretudo, pelo medo da insegurança e da estabilidade.

Já a segunda dimensão compreende a organização e condições de trabalho, que se apresenta ao trabalhador e ao exercício do seu trabalho por meio do estabelecimento de metas abusivas, a intensificação no ritmo de trabalho, agravada por meio da incorporação de novas tecnologias nos processos produtivos, o aumento da competitividade entre os trabalhadores, a pressão pelo cumprimento do trabalho dentro do tempo estabelecido, a polivalência no exercício da atividade, dentre outros. O desgaste físico e mental e os abatimentos na saúde dos trabalhadores é direta ou indiretamente alimentado por estas estratégias de gestão e execução do trabalho, possuindo íntima relação com a terceira dimensão da precarização do trabalho: a saúde dos trabalhadores.

Os impactos promovidos pelas mudanças no mundo do trabalho fizeram-se sentir na corporalidade e na mentalidade dos trabalhadores. Dessa forma, a terceira dimensão assumida pela precarização é justamente a precarização da saúde dos trabalhadores, que se faz pode ter seu desenvolvimento desencadeado por meio de mudanças no ambiente físico de trabalho, onde há um ritmo intensificado de trabalho em descompasso com o tempo do indivíduo. No âmbito da saúde mental, os impactos da precarização do trabalho sobre a vida dos trabalhadores se apresentam por meio de transtornos relativos ao sono, fadigas patológicas, sofrimento social e esgotamento profissional (Druck, Franco e Seligman-Silva, 2011).

A penúltima dimensão identificada pelas autoras se dá no âmbito da fragilização do reconhecimento social. Nesta perspectiva, a análise da desconstrução de identidades sociais e coletivas ligadas ao trabalho e as relações de alienação e estranhamento, são resultados dos processos de transformação no mundo do trabalho. Insere-se também nesta dimensão, os processos de captura da subjetividade do trabalhador, por meio da sua inclusão e envolvimento na

ideologia da empresa, a individualização e coisificação das relações humanas, pois estes exercem influência no reconhecimento dos trabalhadores como tais, fragilizando-o. Também possui preponderância os sentimentos dos trabalhadores em relação à insegurança do trabalho, pois fortalece a fragilizam o reconhecimento social e a valorização e construção de identidades sociais e que antes eram coletivas.

A última dimensão se refere a organização e a representação coletiva, que trata da convivência entre instáveis e estáveis no mesmo ambiente de trabalho, o que se relacionando diretamente com a dimensão anterior, pois opera uma debilidade na construção de identidade coletiva entre os trabalhadores. Nesse sentido, há uma pulverização e enfraquecimento dos sindicatos, discriminação dos terceirizados e subcontratados e uma forte vulnerabilidade dos trabalhadores em terem seus direitos defendidos.

Assim, observamos que até mesmo os trabalhadores assalariados de alta escolaridade e com vínculo formal podem estar inseridos em trabalhos precarizados, independentemente de seu tipo de vínculo ou de sua qualificação, já que atualmente o trabalho pode se tornar precário ainda que tenha um caráter formal, carga horária definida, salário estipulado e direitos trabalhistas garantidos, pois a precarização social do trabalho também diz respeito a outros aspectos da vida do trabalhador, como por exemplo, a sua dimensão subjetiva.

Diante das inúmeras possibilidades desenvolvidas pelo capital para flexibilizar e desregulamentar as formas de contratação da força de trabalho, diferentes autores discutem o conceito de *precariado* com objetivo de relacionar o sujeito trabalhador perante as formas de precarização de sua força de trabalho e sua condição de pertencimento de classe.

Na concepção de Ruy Braga (2012) o precariado caracterizaria o proletariado precarizado contemporâneo, ou analogamente ao pensamento marxista, comporia a superpopulação relativa do exército industrial de reserva, não se constituindo assim uma nova classe social, mas sim de um extrato do proletariado.

Em suma identificamos o precariado como a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico. (Braga, 2012, p. 19).

Alves (2013) em matéria escrita para um blog de alta circulação na internet defende a tese de que o precariado *é a camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social*. Para o autor essa fração de classe do proletariado precarizado é condicionada pelas variáveis etária e educacional, ou seja, Alves faz um recorte sociológico – precariedade salarial e nível educacional superior - para apreender as particularidades da precarização da força de trabalho no capitalismo do século XXI.

O autor problematiza ainda que essa categoria de jovens de trabalhos precarizados pertencem a classe média que se baseia no *ethos* de uma sociedade que anseia ascensão social por meio da carreira profissional e também, que se inserem numa sociedade baseada no consumo, racionalidade própria à lógica neoliberal do século XXI. Assim, o autor enfatiza na citação abaixo a possibilidade de grande frustração de expectativas e insatisfação social vivida pelo precariado devido à sua inserção precária no mercado de trabalho, afetando nas suas relações sociais.

Enquanto camada média da classe social do proletariado, o precariado tem uma cultura e psicologia social própria. Por um lado são movidos pela profunda insatisfação social. [...] Não se trata apenas da precarização salarial tendo em vista o desemprego, baixos salários, rotatividade do trabalho, contratos salariais precários e frustração de expectativas de carreira profissional; mas trata-se também da precarização existencial que ocorre com a precariedade dos serviços públicos nas cidades brasileiras – transporte público, saúde, educação, espaços públicos – e o modo de vida *just in time*. (Alves, 2013).

Ainda no bojo dos autores que discutem a recente temática do precariado, porém muito criticado por suas formulações acerca da “nova classe perigosa”, está o economista francês Guy Standing. Distanciando-se dos ideais marxistas sobre a estrutura das classes sociais fundamentais, Standing defende a tese que a sociedade, atualmente, divide-se em sete grupos, nem todos constituindo uma classe social propriamente dita, a saber: o lumpen-precariado, a plutocracia, a elite, o salariado, os proficians, o núcleo do velho proletariado e o precariado propriamente dito (Standing, 2014, p. 10-11).

Para o autor o precariado é uma classe em construção muito distinta do proletariado do século XX, principalmente devido as inseguranças, a incerteza

crônica e a falta de proteção social a qual está submetida nos atuais contratos de trabalho contemporâneos. Afirma, ainda, que o precariado é alienado em sua condição de classe, mas não é apolítico, destaca seu poder revolucionário quando da assunção de sua consciência revolucionária, fato pelo qual o intitula como “a nova classe perigosa” (Standing, 2014).

Conforme pontuado, este breve apanhado das discussões recentes sobre a categoria precariado nos leva a compreender que, embora haja divergências importantes sobre os autores que a debatem, o eixo central da discussão é a divisão de classes no capitalismo e a necessidade de consciência de classe para uma possível mudança revolucionária da sociedade com relação ao modo de produção capitalista.

Este breve ensaio de aproximação entre os conceitos de precarização e precariado sob a perspectiva dos autores acima mencionados e o objeto de estudo proposto nesta pesquisa nos leva a refletir que embora os assistentes sociais militares da FAB sejam contratados, em sua maioria, de maneira temporária e a partir de editais de seleção bastante exigentes com relação à sua qualificação profissional e experiências anteriores, não se pode afirmar que as condições de trabalho sejam idênticas às condições do que Alves e Braga consideram ser o *precariado*, mas o aspecto temporário de seu trabalho indica de certa maneira um modo de precarização do trabalho das assistentes sociais nesse espaço sócio ocupacional.

Podemos identificar que nesta forma de contratação a instabilidade e a insegurança do tipo de vínculo empregatício (oito anos de serviço militar que podem ser renovados ou não a cada um ano trabalhado) é a principal forma de precarização do trabalho destes profissionais, além do desenvolvimento do acúmulo de funções tidas como “militares”. Porém não se pode negar que durante o período trabalhado, estes possuem direitos trabalhistas e previdenciários garantidos, além de infraestrutura e recursos materiais para desenvolver seu trabalho como assistentes sociais.

Assim, destacamos que, embora a precarização do trabalho do assistente social militar temporário da FAB não apresente características idênticas às formas de precarização sofridas pelas demais categorias de trabalhadores, pretendemos, nesta pesquisa, elencar suas particularidades e analisar de que modo estes

profissionais avaliam sua condição de precariedade a partir das relações de trabalho desenvolvidas na instituição.

2.2.

Incidências da contrarreforma do Estado na FAB: mudanças das formas de contratação no setor público militar e retrocessos de direitos

Acompanhando o movimento político e econômico da sociedade, após o término do período de contínuos governos militares em 1985, o processo de reabertura democrática brasileira trouxe uma inflexão na importância da função das Forças Armadas na sociedade. Já não combinava mais com um país que em 1988 promulgou uma Constituição conhecida como “a cidadã” dar tanta ênfase ao seu poderio militar.

A partir desse discurso buscava-se instaurar o consenso, dando vez aos direitos sociais amplamente mencionados na Constituição de 1988, além do projeto de Seguridade Social brasileiro onde diversas legislações foram sancionadas no decorrer da década de 1990 (Lei Orgânica da Saúde - Lei 8.080/1990, Estatuto da criança e do adolescente – Lei 8.069/1990, Lei Orgânica da Assistência - Lei 8.742/1993, Política Nacional do Idoso – Lei 8.842/1994, entre outras).

Com a proposta de otimização do sistema de Defesa nacional, formalizando uma política sustentável e integração das três Forças, racionalizando as suas diversas atividades, criou-se em 1999 o Ministério da Defesa. Porém, a extinção dos Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, antes independentes, acarretou a perda de poder político e prestígio dos ministros militares uma vez que centralizou o poder em um ministro civil, ou seja, determinou a subordinação militar ao governo civil, fato que não agradou aos seus membros.

Cabe destacar que no bojo dos acontecimentos políticos do país a criação do Ministério da Defesa se deu em meio ao movimento de contrarreforma do Estado, movimento este que tem como justificativa central a necessidade de reordenamento das funções políticas do Estado com vistas à otimização de suas funções econômicas a partir da implementação da administração pública gerencial, já sinalizada anteriormente.

Sob o argumento de que o Brasil e a América Latina haviam sido atingidos por uma grave crise fiscal do Estado na década de 1980 o então Presidente Fernando Henrique Cardoso e seu ministro Bresser Pereira, a frente do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), disseminavam a necessidade de reformar o Estado como fórmula mágica para o crescimento econômico e para minimizar a inflação a partir da redução de suas funções em detrimento da atuação do mercado, conforme vemos nos trechos a seguir

A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. (PDRE, 1995, p. 06).

E ainda

Um dos aspectos centrais desse esforço é o fortalecimento do Estado para que sejam eficazes sua ação reguladora, no quadro de uma economia de mercado, bem como os serviços básicos que presta e as políticas de cunho social que precisa implementar. (PDRE, 1995, p. 06).

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE) de 21 de setembro de 1995, preconizava o fortalecimento das ações reguladoras do Estado a partir da transferência ao setor privado das atividades que pudessem ser controladas pelo mercado, ou seja, trazer para a gestão do Estado a lógica gerencial do mercado. Assim, o Estado reduz a prestação direta de serviços mantendo-se como regulador e provedor e reforça sua governabilidade por meio da transição de um suposto tipo rígido e ineficiente de administração pública para a administração gerencial, flexível e supostamente eficiente:

(...) é preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado. (PDRE, 1995, p. 7).

Constituindo o que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado denomina de atividades exclusivas do Estado, as Forças Armadas representando a segurança e a Defesa nacional, estão na lista dos serviços que não podem ser executados pelo mercado, ficando a cargo do gerenciamento estatal.

Ainda que não possa ser um serviço diretamente privado, observa-se que a Defesa Nacional também foi envolvida pela lógica de privatização dos serviços estatais, sendo atingida pela iminente redução dos gastos e retirada parcial das atividades do Estado, fato que repercutiu diretamente na organização e funcionamento das Forças Armadas.

Isso ocorre porque o movimento de contrarreforma do Estado significou um retrocesso no que diz respeito aos investimentos na área da segurança e defesa, trazendo rebatimentos às áreas de infraestrutura e tecnologia das instituições militares. Com orçamentos e investimentos reduzidos as Forças Armadas vêm passando por um momento de grande sucateamento que se torna visível em suas Organizações Militares, conforme Neves apud Zacaron (2011):

É no ano de 2001 que as expressões da crise nas áreas de recursos destinados às Forças Armadas se tornam mais dramáticas. A autora destaca o Encontro realizado no referido ano que versou sobre “A Política de Defesa para o Século XXI”. Neste encontro foram levantadas sérias questões pelos Comandantes Militares tais como: quanto aos rebatimentos dos cortes públicos na área, as dificuldades em termos de equipamentos, tecnologias e infraestrutura, sendo realçada a questão do desaparecimento da Força Aérea Brasileira (FAB) onde, na época, dos 750 aviões da FAB, cerca de 45% do total existente de aeronaves, não apresentavam condições minimamente satisfatórias de voo. Os horários dos voos também se mostravam restritos, devido à falta de combustíveis e lubrificantes, afetando a qualidade do treinamento dos aviadores. (Neves apud Zacaron, 2011, p. 31-32).

Observa-se, também, a lógica gerencial no que se refere aos recursos humanos da FAB, onde a redução dos quadros de carreira em detrimento de militares temporários tem se mostrado uma estratégia recorrente.

Neste sentido, cabe ressaltar que a FAB possui um quantitativo expressivo de oficiais temporários de diversas especialidades (psicólogo, médico, assistente social, pedagogo, contador, etc.), alguns oriundos do extinto Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica, cuja exigência era a realização de concurso público com prazo determinado e outros do Quadro de Oficiais Convocados, cuja seleção engloba a análise de currículo e experiência na área de atuação.

Além dos oficiais temporários, desde o ano de 2013, foram abertos editais, disponibilizando vagas, por regiões, para candidatos com diplomas de cursos técnicos (nível médio) para admissão de graduados, sargentos, de diversas áreas (administração, comunicações, eletrônica, eletricidade, enfermagem, informática, laboratório, obras, pavimentação, radiologia e topografia), no Quadro de Sargentos Convocados.

Observa-se que os recursos humanos da FAB, atualmente, é composto majoritariamente por profissionais de vínculo temporário em diversos postos e graduações²⁶, haja vista que o recrutamento dos soldados, dos cabos, sargentos e oficiais subalternos (aspirantes e tenentes) pode se dar através de processos seletivos que preveem a permanência de no máximo oito anos de serviço militar.

O aumento de vagas, na modalidade contrato temporário, reflexo da reestruturação organizacional, é justificado pelo COMAER devido à necessidade de dinamizar a política de recursos humanos da FAB, com a finalidade de desonerar a folha de pagamentos de militares inativos, visto que, após a conclusão do tempo estabelecido, os militares temporários são incluídos na reserva não remunerada²⁷, ou seja, constata-se a não obrigatoriedade de pagamentos relacionados aos encargos trabalhistas e sociais para estes trabalhadores.

Em relação às alterações no “mundo do trabalho” adotadas pelo Estado neoliberal, com a introdução de práticas de reestruturação produtiva, verifica-se uma redução do padrão de proteção social e a flexibilização das relações de trabalho, em virtude da existência de diversos vínculos empregatícios no âmbito do COMAER. Deste modo, os apontamentos acima relacionados não dizem respeito a uma postura adotada exclusivamente pela FAB, pois estão inseridos em uma totalidade histórica onde as expressões de crise do capital incidem sobre toda a classe trabalhadora.

Além da possibilidade de flexibilização dos vínculos de contratação dos militares em grande parte dos postos e graduações, a defasagem salarial, a perda

²⁶ “Em cinco anos houve um aumento de 67% de contratações nesta modalidade, incluindo oficiais e sargentos. Em 2010, o número era de 4.986; em 2012, passou para 5.983 e, atualmente, são 8.328 militares nos quadros temporários de sargentos e oficiais. A previsão é que esse número aumente ainda mais”. Fonte: Força Aérea Brasileira. *Ampliação de número de militares temporários dinamiza política de recursos humanos*. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/noticias/tag/QSCON>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

²⁷ O militar da reserva não remunerada é aquele que após a prestação de tempo de serviço militar é licenciado das Forças Armadas, passando a situação de inatividade e não faz jus a remuneração.

de direitos no âmbito trabalhista, a cobrança por metas e a utilização de sistemas cada vez mais informatizados se tornaram a rotina das condições de trabalho no âmbito militar, sem abrir mão da qualificação dos profissionais contratados onde sua formação complementar é cada vez mais exigida para ingresso, fato que se explicita nos editais de contratação analisados nesta pesquisa.

Em 31 de agosto de 2001, foi adotada a Medida Provisória nº 2215, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nº 3.765 (Lei de Remuneração dos Militares), de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares). Esta Medida Provisória foi apelidada pelos militares de “a MP do mal” devido ao achatamento salarial que provocou, ao retirar gratificações dos militares principalmente quando de sua passagem à inatividade e a mudança das regras de pensões concedidas aos seus beneficiários.

Nela foram retirados alguns direitos de militares “da ativa” com menos de dez anos de serviço e dos que ingressaram nas Forças Armadas em data posterior a sua criação. Entre as mudanças, os militares que já estavam na ativa perderam o direito ao auxílio moradia, à Licença Especial (LE), que consistia em uma dispensa de seis meses após dez anos de serviço; o adicional de tempo de serviço, que consistia em um aumento de um por cento (1,5%) sobre o salário base a cada ano de serviço de prestado; o direito ao desconto, voluntário, de um e meio por cento (1,5%) para gerar o direito de pensão das dependentes do sexo feminino; bem como o fim da promoção no momento da passagem para a reserva remunerada (aposentadoria), que era concedida a todos os militares que entraram nesta condição até a data em que a mesma entrou em vigor.

O assunto da Medida Provisória nº 2215/2001 é polêmico e alvo de grandes insatisfações no âmbito militar até hoje, de modo que muitos grupos buscam na justiça sua revogação e a reincorporação dos direitos considerados retirados. Atualmente, após a eleição do atual Presidente da República Jair Bolsonaro, militar da Reserva do Exército Brasileiro, o assunto sobre a possibilidade de revisão da referida Medida Provisória veio a tona, devido a sua vinculação com as Forças Armadas e a sanção da Lei nº 13.954 em dezembro de 2019 que trata sobre

a Reestruturação da carreira dos militares, conforme veiculado em matérias de circulação nacional.²⁸

De acordo com o discurso institucional, a Força Aérea Brasileira tem a missão de defesa do Brasil por meio da manutenção da soberania do espaço aéreo nacional, prevenindo e impedindo a prática de atos hostis ou contrários aos interesses do país. O Comando da Aeronáutica está subordinado ao Ministério da Defesa e, de acordo com o artigo 142 da Constituição Federal é uma instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destina-se à defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais.

No escopo de suas inúmeras atribuições incluem-se o provimento da segurança da navegação aérea; a operação do Correio Aéreo Nacional (CAN); o apoio logístico, de inteligência, de comunicações e instrução na repressão a delitos que envolvam o uso do espaço aéreo e as áreas aeroportuárias; além do controle do espaço aéreo brasileiro em cooperação com os organismos de fiscalização competentes.

Em 2016, ao completar 75 anos e, considerando as necessidades de atualização e adequação aos novos processos administrativos, que levam em conta a escassez de recursos humanos e financeiros, o COMAER começou a adotar medidas para a racionalização e a otimização de suas atividades.

Conforme divulgado na Diretriz do Comando da Aeronáutica - DCA nº 11-53/2016, o então Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, determinou que o Estado Maior da Aeronáutica (EMAER) coordenasse uma reestruturação organizacional da Força Aérea Brasileira. Os principais objetivos desta reestruturação são, portanto: garantir a perenidade e evolução da FAB; garantir um processo de melhoria contínua e aumentar a efetividade dos recursos empregados.

Ainda no decorrer do processo de reestruturação, previsto para ser concluído no ano de 2020 e, para o cumprimento de suas missões institucionais, atualmente a FAB se estrutura a partir dos seguintes Comandos Gerais: Comando da

²⁸ Novo ministro da Defesa defende que MP 2215 seja reavaliada. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/01/02/novo-ministro-da-defesa-defende-que-mp-2215-seja-reavaliada.htm?cmpid=>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

Forças Armadas são obstáculo para aqueles que querem usurpar o poder. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/forcas-armadas-sao-obstaculo-para-aqueles-que-querem-usurpar-poder-diz-bolsonaro-1-23341092>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

Aeronáutica (COMAER); Estado Maior da Aeronáutica (EMAER); Comando de Preparo (COMPREP); Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE); Comando-Geral de Pessoal (COMGEP); Comando-Geral de Apoio (COMGAP); Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA); Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

Em 2016 foram implantados novos Grupamentos de Apoio com o objetivo de concentrar as atividades relacionadas com licitações, contratos, convênios e instrumentos congêneres, finanças, subsistência, almoxarifado, tecnologia da informação, transportes de superfície, protocolo e arquivo, fardamento, pessoal e outras específicas de cada organização que não refletem a atividade fim da Força Aérea Brasileira.

As atividades relacionadas à missão fim da FAB (o voo) foram destinadas às Organizações militares denominadas ALAS, criadas para substituir os Comandos Aéreos Regionais. Para cumprir sua missão, a Ala agora é constituída basicamente por esquadrões aéreos, além de grupos, esquadrões e esquadrilhas especializados em manutenção de aeronaves, suprimento de aviação, armamento aeronáutico e segurança e defesa.

Essa breve explanação sobre o plano de Reestruturação da FAB se faz necessário para situar a inserção do serviço social no COMAER uma vez que as mudanças operadas nesta instituição se deram como forma de adequar sua atuação no cenário nacional diante das transformações do modo de produção capitalista no contexto mundial. Em especial a partir dos anos 1990, conforme já explicitado anteriormente, foi um período de significativas perdas de direitos e *status* para os militares conforme mencionado em reflexões anteriores, exigindo sua constante adaptação às novas formas de gestão estatal, reafirmadas abaixo

O resultado esperado com a concentração dos processos administrativos é o aumento da eficiência em função da mão de obra qualificada, cultura organizacional, padronização de procedimentos, economia nas aquisições e contratações de serviços, além do pleno atendimento das expectativas das organizações apoiadas e a desoneração dessas organizações militares para que foquem em sua atividade principal. (Fonte: <<http://www.fab.mil.br/reestruturacao/>>. Acesso em: 10 mar. 2019).

Destacamos que as ações de modernização das relações de trabalho propostas inicialmente pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, e

continuadas pela proposta de Reestruturação acima referenciada, baseadas na perspectiva da administração gerencial mantiveram traços de continuidade à burocracia institucional e tiveram impactos sobre todos os trabalhadores da FAB.

Isso ocorre, pois, a FAB, como as demais Forças Armadas, tem uma cultura de trabalho arraigada em bases burocráticas: padronização de documentos, manuais para execução de suas tarefas, hierarquia e disciplina como pilares institucionais, entre outros. Assim, a adoção da perspectiva gerencial em sua gestão do trabalho, trouxe para os militares uma certa modernização das formas de controle, necessárias ao desempenho de seu trabalho, a saber: novos sistemas de dados informatizados, avaliações de desempenho de trabalho baseadas na lógica empresarial (estimulando a concorrência entre os militares de mesma patente), sistema de metas para alguns tipos de trabalhadores (como os controladores de voo), mapeamento de processos de trabalho, entre outros.

Indo ao encontro dessa proposta de modernização podemos observar uma estrutura de trabalho ainda bem rígida, com cargos e funções bem definidos e geralmente relacionados a sua patente militar, regulamentos e normas fixos, rotinas institucionais bem definidas e hierarquia com linhas de autoridade e responsabilidade bem mais demarcadas, ou seja, atribuições e valores da cultura na “caserna” conforme já mencionado.

Destacamos que a constante redução de recursos humanos dos quadros efetivos e a ampliada contratação de militares temporários também afeta diretamente a forma como o trabalho é realizado na instituição, onde cada vez um quantitativo menor de militares necessita realizar uma quantidade maior de trabalho, de maneira eficiente, ou seja, demandando menos tempo com menos recursos humanos.

Além disso, no cenário de mundialização do capital, já abordado no item 2.1 desta dissertação, nos permite refletir sobre o aumento da exploração, realidade que tem afetado todos os trabalhadores e que não exclui os militares.

A partir do cotidiano de trabalho no Serviço Social da FAB é possível identificar algumas das demandas trazidas pelos usuários, também militares da ativa, da reserva remunerada, bem como seus dependentes e pensionistas. Observa-se empiricamente que os atendimentos realizados, em sua maioria, têm como finalidade pleitear a inserção no PASIC 3 – Programa de concessão de benefícios sociais onde o militar, após avaliação social, recebe integralmente ou

parcialmente restituição das despesas efetuadas com saúde, educação, habitação, entre outros.

Observa-se, ainda um expressivo quantitativo de militares com algum tipo de endividamento, seja por empréstimos consignados, empréstimos pessoais, utilização de créditos como o cheque especial e cartão de crédito, entre outros. Essa temática do endividamento entre a categoria dos militares tem sido motivo de grande preocupação para o Ministério da Defesa, tornando-se recorrente demanda institucional para o serviço social do COMAER, chamado a atuar com programas e projetos de educação financeira.²⁹

Outro aspecto relevante a ser considerado é o sucateamento da política de saúde da FAB, percebido na diminuição de vagas para consultas e exames nos hospitais da Força. A redução da capacidade de atendimento dos hospitais impacta diretamente os usuários do sistema de saúde da aeronáutica, fazendo com que muitos precisem pagar por planos de saúde e serviços na rede privada, onerando seu orçamento e fazendo com que paguem duplamente por serviços de saúde.

Cabe ressaltar que o Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) é uma política de caráter contributivo e coparticipativo, ou seja, todos os militares são descontados em folha de pagamento, compulsoriamente, pelo serviço de saúde além de pagar um percentual previsto em tabela pré-fixada para realização de consultas, exames e internação nos hospitais da FAB. Diante da realidade de sucateamento da rede de saúde da FAB, muitos militares solicitam atendimento do serviço social no projeto saúde, previsto no PASIC 3 e detalhado no item 1.2 deste estudo.

No cotidiano de trabalho percebemos, certa resistência de militares usuários do serviço social da FAB, em recorrer ao Sistema Único de Saúde para realizarem seus atendimentos. Destacamos, ainda, que os militares não são atendidos por algumas políticas públicas devido aos critérios de exclusão por renda estabelecidos, tornando difícil realizar orientações e encaminhamentos para a rede externa de serviços quando não há possibilidade de atendimento desses

²⁹ Foi realizado no período de 24 a 26 de setembro de 2019 o 7º Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa com a temática “Endividamento dos Militares e propostas para o seu enfrentamento”. Na ocasião foi apresentada a pesquisa realizada pela Assessoria de Serviço Social indicando um alto percentual de militares endividados, principalmente entre os graduados da ativa (cabos, sargentos e suboficiais) e entre os pensionistas e militares da reserva.

trabalhadores dentro da FAB, fato que reduz a capacidade de dar respostas as demandas trazidas.

Elencamos, então, algumas das condições que se apresentam nos processos e relações de trabalho da FAB, das quais suas assistentes sociais estão submetidas em seu cotidiano de trabalho como militares, que desempenham uma série de funções além de sua especialidade profissional (fiscalização de contratos públicos, comissões para atuar em assuntos diversos da administração pública, fiscalização de provas, bancas e certames militares, avaliação de desempenho de subordinados, entre outros) mas também, como assistentes sociais, quando atendem os usuários do Sistema de Serviço Social em suas mais diversas demandas, inclusive adoecimentos físicos e psíquicos advindos das relações de trabalho reproduzidas por esta contradição entre a realidade vivida com base na burocracia institucional e a proposta administração gerencial.

Assim, a seção que segue visa problematizar os efeitos da conjuntura até aqui abordada no trabalho do assistente social, enfatizando a dupla faceta deste profissional: na condição de trabalhador que atua nas expressões da “questão social”, resultado da precariedade inerente ao mundo do trabalho e do sucateamento das políticas sociais, mas também nos efeitos deletérios que esta categoria vem sofrendo como integrante da “classe-que-vive-do-trabalho”, parafraseando Antunes.

2.3. Trabalho e o Serviço Social

Conforme abordado anteriormente, o capitalismo atinge sua fase monopólica no final do século XIX quando, pela via do imperialismo, ultrapassa seu estágio concorrencial³⁰. Essa transição representa a busca desenfreada pelo

³⁰ “Na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceite que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicas, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista. E é também consensual que o período do imperialismo clássico [situa-se] entre 1890 e 1940. (Mandel, 1976, 3:325 apud Netto 2006, p. 19)

aumento das taxas de lucro na produção, fato que só ocorre a partir da valorização do capital e do aumento da exploração do trabalho.

O modo de produção capitalista é determinado pelas relações entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que possuem sua força de trabalho e a vendem em troca de um salário, ou seja, entre capital-trabalho, elucidando o que Marx denominou de classes sociais fundamentais: capitalistas e proletários. Para que se configure o lucro, fator essencial ao modo de produção capitalista, é necessário que dessa equação haja um sobre valor, que se realiza na exploração da mão de obra do trabalhador.

As primeiras relações de compra e venda da força de trabalho se deram na Europa do século XIX com o advento da Revolução Industrial, onde os camponeses livres (leia-se expropriados de suas terras) foram obrigados a vender sua mão de obra nas fábricas em troca de salários.

Trabalhando sem regulamentações trabalhistas em condições aviltantes e por longas jornadas a baixos salários foram os primeiros trabalhadores a reivindicar melhores condições de vida nas cidades. Esse processo de urbanização, somado ao da industrialização, deu origem ao empobrecimento do proletariado. Ressalta-se que esta classe tomou consciência da sua condição de exploração contestando a mesma e acarretando no surgimento da “questão social”³¹

Assim, afirmamos que a “questão social” é inerente ao modo de produção capitalista, ou seja, é intrínseca à sua lei geral de acumulação. Isso ocorre porque da mesma maneira que o capital busca gerar a mais valor na esfera da produção e da reprodução, também, as relações sociais são produzidas e reproduzidas de modo a manter o processo de exploração do trabalhador pelo capitalista.

(...) o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade

³¹ “A 'questão social' não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]” (Iamamoto e Carvalho, 1983: 77)

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo (...) Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. (...) A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio políticos (...) Foi a partir da perspectiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”. (NETTO, 2001, p. 42-43)

histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tomam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica. Onde, simultaneamente, a contínua reafirmação das suas tendências e regularidades imanentes (as suas “leis” de desenvolvimento gerais, capitalistas) e a concreta alteração delas (as “leis” particulares do estágio imperialista). (Netto, 2006, p. 20).

Podemos descrever, então, a lei geral da acumulação capitalista como um processo tendencial e diretamente proporcional, ou seja, à medida que cresce a riqueza socialmente produzida ocorre na mesma escala o crescimento da pobreza e a agudização da “questão social”. Além disso, uma estratégia central do capitalismo em sua fase monopólica é o aumento dos lucros a partir do controle dos mercados, onde o capital fictício é um agente fundamental.

Nesse tocante, o sistema capitalista tende, também, a investir na introdução de novas tecnologias com o objetivo de economizar o “trabalho vivo”, comprovando a redução de capital fixo através da manutenção da taxa de trabalhadores sem emprego, o imprescindível “exército Industrial de reserva” conforme nos é apontado por Marx no capítulo XXIII do Capital, quando explica a Lei Geral da Acumulação Capitalista

(...) mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela, constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (Marx, 1968, p. 462-463).

Além disso, a livre concorrência dos mercados faz aumentar uma das principais contradições do sistema capitalista em sua face monopolista: a apropriação privada dos meios de produção é inversamente proporcional à riqueza socialmente produzida. Isso significa que poucos detentores dos meios de produção beneficiar-se-ão da exploração da força de trabalho de muitos. Para que essa lógica ocorra de maneira “consensual” entre patrões e empregados é necessário a intervenção de um mediador, papel assumido pelo Estado.

Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista – opera

para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista. (Netto, 2006, p. 26).

Ressalta-se que a função Estatal de mediar os “consensos” entre capital e trabalho não se dá de maneira pacífica e por isso precisa atender, ainda que de forma desigual, os distintos interesses dos patrões e da classe trabalhadora. Assim, o Estado legitima-se politicamente a partir da garantia dos direitos sociais via políticas públicas que visam “a reprodução e a manutenção da força de trabalho ocupada e excedente” (Netto, 2006, p. 27).

Nessa lógica apontamos a função social das políticas públicas como a maneira pela qual o Estado atende as demandas da classe trabalhadora que surgem a partir das expressões da “questão social”. Assim,

(...) através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes. (Netto, 2006, p. 30).

É nessa conjuntura histórica e social que se dá a possibilidade de surgimento do Serviço Social como profissão.

A tese de Netto que nos interessa resgatar aqui é que a profissão do Serviço Social não é meramente uma evolução da caridade e da filantropia, características de suas ações até fins do século XIX, mas sim, de que sua institucionalização como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho se dá a partir da refuncionalização do Estado, que ao assumir funções econômicas e extra econômicas reconhece a necessidade de atender as demandas originadas com o surgimento da “questão social” como contradição inerente à relação capital x trabalho no estágio monopolista do modo de produção capitalista.

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter *profissional*: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura (...). (Netto, 2006, p. 73).

Diante do exposto, pretendemos problematizar as contradições que atingem o serviço social, na medida em que é o profissional contratado para atender às exigências institucionais promovendo o consenso a partir das demandas da classe trabalhadora. Porém ao se inserir na divisão social do trabalho de maneira assalariada, torna-se também parte integrante da mesma classe trabalhadora que atende, estando suscetível à lógica de exploração predatória inerente ao modo de produção capitalista.

Conforme já explanado anteriormente as alterações no modo de produzir implementadas a partir do capitalismo em sua fase monopolista (taylorismo/fordismo) conformaram profundos impactos também nas relações sociais. Com a crise de 1970, o toyotismo aliado ao neoliberalismo, consolidados pela reforma gerencial do aparelho do Estado, foram os responsáveis pelos efeitos destrutivos nas condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, tornando-a cada vez mais precarizada e fragmentada.

Assim sendo, fenômenos como a polivalência, o trabalho precarizado em suas condições e recursos para a sua realização, podem vir expressar o atual quadro de vulnerabilidades enfrentados pelos trabalhadores do setor aeronáutico. Como exemplos emblemáticos observam-se as terceirizações de alguns serviços, principalmente nas áreas de limpeza, mecânica de viaturas, aliadas a recontração de servidores já na reserva (aposentados), em diversas áreas, inclusive na manutenção de aeronaves, espaço estratégico para que a FAB cumpra o seu papel institucional.

Nesse novo desenho que emerge do interior da classe trabalhadora reforça-se a atenção aos conflitos enfrentados no mundo do trabalho, a partir das várias formas de clivagens entre os trabalhadores, dentre as quais aquelas decorrentes da coexistência de vínculos estáveis e precários em postos e funções semelhantes em um mesmo contexto de trabalho.

É nessa conjuntura de profundas mudanças para o mundo do trabalho que os assistentes sociais, profissionais requisitados para o atendimento das expressões da “questão social” próprias à lógica capitalista, sofrem, também, seus efeitos destrutivos de maneira dual.

Uma vez submetidos à contratação prioritariamente pela via do Estado, acabam inseridos na lógica gerencial, que tem por base a produtividade, o controle dos resultados e a eficiência. Assim, na sua condição de trabalhadores assalariados,

sentem a perda de direitos a partir do aviltamento salarial, da flexibilização dos contratos via terceirização, da precarização nos seus espaços de trabalho, da desvalorização de sua qualificação profissional e da perda de sua subjetividade, muitas vezes expressa na imposição de metas e no trabalho pautado pela rotina burocrática, fatores que esvaziam o conteúdo criativo e reflexivo do trabalhador.

Nas organizações públicas, a reestruturação produtiva tem desencadeado novas formas de organização do trabalho, a partir do enxugamento dos postos de trabalho e da ampliação da prestação de serviços através da terceirização da força de trabalho. Além disso, ocorrem perda de direitos materializados em benefícios, como vale-alimentação, vale-transporte, convênios médicos, entre outros, que deixam de ser repassados aos (às) trabalhadores (as). Por outro lado, mecanismos de aumento da produtividade e alcance de metas foram incorporados, gerando novas formas de controle e fiscalização do trabalho profissional. (Raichelis e Silva, 2015, p. 587).

Por outro lado, o fato de serem profissionais que atuam principalmente na execução das políticas sociais, principal alvo do sucateamento e falta de financiamento Estatal no sistema capitalista, também estão submetidos à constante redução dos serviços disponibilizados através da mercantilização e privatização das políticas públicas, em favorecimento à lógica do mercado.

Toda essa dinâmica configura uma nova realidade profissional à medida que a tendência de privatização e pauperização da política social face às exigências da contrarreforma do Estado brasileiro são objetivadas no âmbito institucional-organizacional responsáveis pela sua operacionalização e execução. Os impactos para o trabalho profissional são imediatos e fortemente condicionados pelos parâmetros institucionais, dadas as exigências colocadas pelas agências empregadoras e pela realidade do formato do conjunto de programas sociais. Não se pode perder de vista que se trata de diferentes espaços ocupacionais e, certamente, a lógica da pauperização e privatização dos serviços tem expressões diferenciadas na medida em que se trata também de natureza, racionalidades e finalidades institucionais distintas. (Alencar e Granemann apud Raichelis e Silva, 2015, p. 586).

Observamos assim, que os assistentes sociais nos mais distintos espaços sócio ocupacionais estão sujeitos a uma dupla precarização do trabalho, seja pela sua inserção como trabalhadores assalariados no modo de produção capitalista, seja pela especificidade de seu trabalho como executores das políticas sociais disponibilizadas pelo Estado para atender às demandas da (também) classe trabalhadora.

É fato que não se pode generalizar a forma pela qual esses profissionais serão afetados pelas políticas austeras da ordem do capital, disso dependerão alguns fatores determinados, por exemplo, pelo tipo de vínculo empregatício, pela funcionalidade que assume o assistente social, pela finalidade institucional, entre outras. Porém, é de extrema relevância problematizar que, de uma maneira ou de outra, os efeitos dessa dupla precarização serão sentidos por grande parte dos profissionais que compõem esta categoria.

Conforme já explicitado anteriormente as mudanças engendradas no mundo do trabalho podem causar efeitos negativos nos trabalhadores, em especial no que tange a sua saúde. Nesse sentido, o campo da saúde do trabalhador se abriu como demanda profissional para a atuação dos assistentes sociais, principalmente nos espaços sócio ocupacionais das empresas e na gestão de pessoal do serviço público, local onde trabalha a maioria das assistentes sociais da FAB.

Conforme apontam Mendes e Wünsch essa “dispersa demanda” se coloca como um desafio para o serviço social pois se trata de articular dois campos amplos e ricos de saberes, a saber, a saúde e o trabalho. Para dar conta dessa requisição profissional, segundo as autoras, é necessário a apropriação da categoria trabalho entendida a partir de seu contexto histórico e dialético e da categoria saúde enquanto um direito social, conquistado pela via das lutas do movimento da reforma sanitária. Além disso, é necessário compreender, historicamente, toda a trajetória do campo da saúde do trabalhador, passando pela medicina do trabalho e pela saúde ocupacional, com suas distintas vertentes e concepções.

Esse conjunto de constatações dão a dimensão dos desafios para o Serviço Social na área, considerando as exigências no plano teórico e prático, representadas por meio de questões sobre o contexto societário e indagações sobre os referenciais teórico-metodológicos, que fundamentam o trabalho do assistente social e suas particularidades para o seu processamento, que é compartilhado por diferentes campos do saber. Ou seja, o Serviço Social é requisitado a responder teórica, técnica e eticamente aos impactos da confrontação cotidiana presentes nos antigos e novos contornos do processo de saúde-doença e sua relação com o trabalho. (Mendes e Wünsch, 2011, p. 463).

Além disso, os assistentes sociais na condição de trabalhadores assalariados, também submetidos à exploração de seu trabalho na ordem societária vigente, estão expostos às mais variadas formas de adoecimento ocupacional existentes.

Cabe ressaltar que lidar cotidianamente com as mais diversas expressões da “questão social” em uma conjuntura de sucateamento das políticas sociais atrelada à precarização das condições de trabalho já é um fator causador de constante estresse, junte-se isso à lógica gerencialista que defende a eficiência e produtividade no lugar de priorizar as necessidades humanas, aspecto peculiar ao modo de produção vigente e teremos um terreno fértil para o desencadeamento do adoecimento laboral.

Percebemos, então, que o trabalho do assistente social vem se modificando devido as novas requisições demandadas aos profissionais desta categoria também na FAB, uma vez que há constante demanda de trabalho para atuar com os recursos humanos desta instituição. Se por um lado temos como um fator positivo a abertura de novos espaços sócio ocupacionais para a categoria, por outro cabe analisar de que maneira essas novas demandas serão incorporadas pelos profissionais.

Especialmente dentro de uma instituição tradicional reconhecida por se pautar em bases de hierarquia e disciplina a temática dos adoecimentos laborais e psíquicos ainda é visto com preconceito e tratado com distinção, embora seja uma demanda real e efetiva dos Comandantes e também dos trabalhadores a prática de ações voltadas para a saúde, qualidade de vida, saúde do trabalhador, prevenção ao uso de drogas e até mesmo do suicídio, previstas no PASIC 4.³²

Buscando uma aproximação deste debate ao objeto de estudo da pesquisa, aqui representado pelos assistentes sociais militares temporários, podemos observar nitidamente a reprodução da lógica capitalista no cotidiano institucional que se manifesta, por exemplo, a partir da burocracia institucional, da produtividade e eficiência exigida aos seus recursos humanos, além da realização de ampla quantidade de funções não necessariamente vinculadas a sua especialidade, mas que são “funções militares”, as quais já abordamos em outro momento.

Ainda sobre a emblemática situação dos militares que foram inseridos na instituição através dos concursos para os quadros temporários, nosso objeto de estudo nesta pesquisa e que vem sendo representados pela categoria dos

³² O Programa de Recursos Humanos (PASIC 4) prevê a atenção ao trabalhador, através de ações direcionadas ao estudo do clima organizacional, a humanização do ambiente de trabalho, a segurança do trabalho, a melhoria das relações interpessoais e a assistência aos militares e servidores civis envolvidos em missões especiais.

assistentes sociais, observa-se no cotidiano de trabalho uma intensa preocupação com a continuidade do tempo de contrato, renovado a cada um ano de serviço prestado, além da constante expectativa de aprovação em outros concursos públicos ou de profundas incertezas com relação as possibilidades de reinserção profissional no momento do término do tempo de serviço.

No capítulo a seguir pretendemos apresentar o campo escolhido para a realização da pesquisa, bem como os principais dados levantados a partir do preenchimento do questionário respondido pelos assistentes sociais temporários da FAB selecionados, buscando relacionar essas informações e analisá-las com base nas reflexões teóricas até aqui propostas.

3

A precarização especializada na FAB e as formas de contratação dos Assistentes Sociais temporários em questão

3.1.

Tema, questões norteadoras, definição do objeto e objetivos da pesquisa

O trabalho é a categoria fundante do ser social e conseqüentemente, da sociedade. É pelo trabalho que o homem transforma a natureza e dela se diferencia. Desde o surgimento do primeiro tipo de sociedade, foi através da modificação da natureza para atender a alguma necessidade humana que homem criou seus objetos: os primeiros produtos, e através deles pôde evoluir no seu modo de pescar, caçar, produzir alimentos, etc. É, então, a partir do trabalho que o homem se torna o ser social, e se distancia das demais formas de existência na natureza.

Para Marx, é nessa perspectiva do trabalho como via de mão dupla de transformação que se explica a evolução da espécie humana e o desenvolvimento das sociedades, uma vez que o homem ao alcançar seu objetivo, previamente idealizado, na construção de um objeto que lhe atenda às necessidades acaba por ter novas necessidades, especializando-se na construção de novos e diversificados produtos, dando início às primeiras formas de divisão do trabalho e conseqüentemente ampliando suas relações com outros produtores, constituindo o que chamamos de relações sociais.

Assim, o trabalho surge como forma de atender as necessidades sociais dos homens e faz com que este modifique a natureza e a si mesmo, especializando-se. Desenvolve novas relações sociais e se emancipa, se diferenciando da natureza e se constituindo enquanto ser social. Esta foi a finalidade primeira do trabalho: emancipar o ser social com relação à natureza, sem, contudo, superá-la totalmente. Mas com o desenvolvimento da sociedade e de seus modos de produção esta concepção vem mudando bastante e afetando diretamente o caráter social do trabalho e conseqüentemente, o trabalhador.

As discussões acerca da categoria trabalho tem transversalidade em todos os estudos realizados por esta mestrandia até então: monografia de graduação, especialização e residência, bem como continua sendo tema de estudo sempre que possível nas pesquisas e produções de trabalhos acadêmicos.

Atualmente, o interesse pela temática se desdobra na realização desta pesquisa que tem como objeto de estudo a análise das particularidades da contratação ampliada dos assistentes sociais militares temporários da FAB nos anos 2000.

Conforme Minayo (2006), entendemos que a pesquisa é atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É essencial na produção de novos conhecimentos, para responder aos problemas da vida prática e tem como papel vincular o pensamento à ação. Portanto, para a pesquisa *“nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”* (Minayo, 2006, p.17).

É a partir da realidade, expressa no cotidiano de trabalho como assistente social militar temporária da FAB desde 2012, que surge o interesse pelo objeto desta pesquisa. No decorrer dos “quase” oito prestando serviço neste espaço sócio ocupacional foi possível perceber o enorme potencial de trabalho que o serviço social da instituição possui, mas também pude vivenciar os desafios provocados pela forma de contratação majoritariamente temporária de seus assistentes sociais.

Sob a hipótese que o aumento das formas de contratação temporária dos assistentes sociais militares da Força Aérea Brasileira expressa particularidades da tendência de precarização das relações de trabalho promovidas pelo Estado Brasileiro, e isso incide nas relações de trabalho dos profissionais desta instituição, foi construído o objeto de estudo da pesquisa.

Assim, o objetivo geral desta dissertação consistiu em analisar as particularidades da contratação temporária dos assistentes sociais militares da FAB, ampliada a partir dos anos 2000, entendendo-a como uma expressão dos processos de precarização do trabalho instaurados a partir da contrarreforma do estado brasileiro, iniciada nas décadas de 1980 e 1990 e aprofundada nas duas primeiras décadas do século XXI.

Para atender ao objetivo geral, acima proposto, foi necessário entender a dinâmica institucional onde se dá o trabalho dos assistentes sociais da FAB, além de conhecer quem são os profissionais que se inserem nesse espaço sócio

ocupacional de maneira temporária e de que maneira essa forma de vínculo institucional interfere nas suas relações de trabalho.

Assim nossa pesquisa se desdobrou em objetivos específicos, a saber: 1. Caracterizar o perfil dos assistentes sociais militares temporários da FAB prestando serviço nos Grupamentos de Apoio; 2. Identificar o nível de qualificação profissional exigida para o ingresso e manutenção nos quadros profissionais; 3. Analisar de que forma o reordenamento Estatal afetou a contratação dos assistentes sociais militares temporários da FAB; e 4. Apontar de que maneira a ampliação na contratação de assistentes militares em caráter temporário na FAB se insere no bojo das formas de precarização do trabalho no Brasil.

A definição do objeto de estudo desta dissertação, bem como de seu objetivo geral e objetivos específicos foi o ponto de partida para a escolha da metodologia utilizada na pesquisa, que será detalhada no capítulo que se segue, destinado à metodologia e método.

3.2.

O caminho percorrido na pesquisa: método e metodologia

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

Marx, 1969, p. 17.

Escolhemos esta breve passagem da obra de Marx para sinalizar que este estudo tem como referencial teórico o materialismo histórico dialético, pelo qual entendemos que o objeto de pesquisa não pode ser explicado em si mesmo, mas está fundamentado em condições materiais de existência em sua totalidade concreta. A totalidade, a que nos referimos, é determinada pelas relações de produção social que constituem a estrutura econômica da sociedade burguesa.

Desse modo, Marx aponta que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (Marx, 2008, p. 47). Sendo assim, compreendemos que a totalidade concreta se realiza de forma histórica e dialética em conformações particulares. E, nesta dissertação, se

expressa no trabalho do assistente social na Força Aérea Brasileira com recorte histórico que compreende a década de 1990 e as duas primeiras décadas dos anos 2000.

Ainda com base no método marxista de análise, buscaremos nos aproximar dos fenômenos em sua essência, posto que este método propõe ir além da realidade aparente e busca desvendar as contradições que se encontram por trás das aparências fenomênicas.

Aqui entendemos como aparência a maneira pela qual o Estado, revestido da lógica da burocracia gerencial e para se manter eficiente, pretende justificar as formas de precarização do trabalho e ampliação de contratos flexibilizados e temporários. Já a essência do fenômeno estudado seria a ação neoliberal na redução das funções estatais de forma ampliada, repercutindo na morfologia do trabalho como um todo, inclusive na FAB.

É com essa proposta que pretendemos uma aproximação com a realidade da ampliação na contratação dos assistentes sociais militares temporários na FAB no decorrer dos anos 2000, compreendendo que esta particularidade não ocorre descolada da realidade, mas relaciona-se ao fenômeno da precarização nas formas flexibilizadas de contratação do trabalho na sociedade capitalista e da reconfiguração do papel Estado, com ênfase nas décadas de 1980 e 1990.

Os questionamentos já explicitados no objeto e nos objetivos deste projeto, foram determinantes para eleger as categorias e conceitos a serem pesquisados, bem como para a elucidação das principais particularidades que atravessam o universo dos trabalhadores e do trabalho na esfera militar. A metodologia escolhida para a realização deste trabalho de dissertação iniciou-se a partir da realização de um levantamento bibliográfico, tendo como ponto de partida os autores dos livros, capítulos de livros e textos utilizados nas disciplinas do mestrado, haja vista que a linha de pesquisa “Trabalho, Sujeitos coletivos e Política Social” nos possibilitou a leitura sobre algumas temáticas abordadas nesta pesquisa.

As disciplinas estudadas no decorrer do mestrado também contribuíram para a realização do mapeamento bibliográfico. Na disciplina metodologia de pesquisa fomos orientados a sistematizar as categorias de análise escolhidas para o levantamento bibliográfico da dissertação. Assim, selecionamos as categorias trabalho, neoliberalismo, contrarreforma do Estado, precariedade e precarização

do trabalho. Com base nessas escolhas, fizemos uma busca nas bases de dados de internet para complementar as leituras feitas.

Com a intenção de orientar a reflexão e captar a particularidade do objeto de pesquisa, foi tomado por base os estudos recentes sobre as transformações na “nova morfologia do trabalho”, sobretudo os de inspiração na tradição marxista, nosso principal balizador teórico metodológico. Tal empenho nos permitiu, através do processo de acúmulo de conhecimento, captar algumas das contradições presentes nas relações e processos de trabalho dos assistentes sociais na FAB.

Importante contribuição para esta dissertação foram as produções teóricas afetas ao trabalho do assistente social no âmbito do Comando da Aeronáutica, relacionadas em levantamento bibliográfico nos anexos desta dissertação. Por se tratar de um campo de atuação bastante restrito devido ao caráter institucional, portanto com poucas publicações disponíveis para consulta, estas fontes bibliográficas nos permitiram aprofundar nossa pesquisa empírica a partir de trabalhos já publicados por outros autores, também profissionais da categoria, (Zacaron, 2011; Silva, 2012; Souza, 2013; Rodrigues, 2016) acerca do trabalho profissional do assistente social da FAB.

Além da pesquisa bibliográfica, houve a necessidade de realizar um levantamento documental a partir das legislações que fundamentam o trabalho dos militares das Forças Armadas. Para contribuir com o registro da história do serviço social na FAB nos debruçamos no estudo dos decretos e portarias que criaram o Sistema de Assistência Social, atual Sistema de Serviço Social da FAB, e que operacionalizam o trabalho dos assistentes sociais na instituição. Além disso, foi realizada a análise nos editais de contratação dos assistentes sociais militares temporários no período de 2011 a 2019, com finalidade de observar as principais semelhanças e diferenças nas formas de contratação com relação ao vínculo, salário, carga horária, idade máxima e critérios de seleção, entre outras particularidades dos quadros de oficiais temporários QCOA e QOCon.

Conforme já explicado no decorrer da dissertação, para fins de comparação entre os quadros de militares temporários que ainda possuem assistentes sociais inseridos, destacamos que a única diferença entre o extinto QCOA e o atual QOCon são a forma de admissão, o estágio de adaptação e o caráter de regionalidade do concurso, sendo prova escrita e estágio de aproximadamente

quatro meses naquele e análise curricular com estágio de adaptação de quarenta e cinco dias neste. Já o vínculo institucional continua sendo o contrato por oito anos de serviço, podendo ser renovado a cada doze meses e fazendo jus à indenização pecuniária e reserva não remunerada após o término do contrato.

Com objetivo de caracterizar o perfil dos assistentes sociais militares temporários da FAB, buscando conhecer um panorama quantitativo e qualitativo sobre nosso objeto de estudo, aqui delimitado como o aumento da contratação de assistentes sociais militares temporários nos anos 2000, como expressão das transformações do trabalho e reordenamento do Estado, optamos pela realização de uma pesquisa de campo para complementar as demais etapas dessa dissertação.

O aspecto quantitativo da pesquisa foi representado pela análise das tabelas e planilhas disponibilizadas pela Assessoria de Serviço Social, atualizadas no ano de 2019, onde constam informações sobre todas as assistentes sociais do COMAER. Destes documentos foi possível extrair os números que nos possibilitaram delimitar a viabilidade do universo da pesquisa, além de obter os contatos telefônicos e e-mail das profissionais para envio do formulário utilizado para coleta de dados.

A partir destes dados o objeto desta dissertação considerou todo o universo de assistentes sociais militares temporárias do Brasil, ou seja, o quantitativo de cento e doze (112) profissionais para a aplicação de um questionário semiestruturado, utilizando a plataforma *Google forms*, e contendo perguntas sobre o perfil profissional, suas relações e condições de trabalho na FAB.

Porém, por questões institucionais o recorte da pesquisa precisou ser delineado novamente, pois não conseguiríamos autorização para aplicar o referido questionário na totalidade de assistentes sociais militares temporárias, uma vez que cada profissional está subordinada administrativamente a um comandante, chefe de sua Organização Militar. Dessa forma seria necessário a autorização de cada comandante de OM para a aplicação do questionário, fato que tornaria a pesquisa inviável por questão de tempo para desenvolvê-la.

A partir daí o Comandante da ASESOC, órgão central do serviço social na FAB, sugeriu a realização da pesquisa com as assistentes sociais dos Grupamentos de Apoio, uma vez que essas OM's têm representação em todas as regiões do Brasil, mas possuem uma subordinação centralizada ao Centro de Apoio Administrativo (CEAP), localizado no Rio de Janeiro, bastando assim a

autorização do comandante desta unidade para a realização da pesquisa com todas as profissionais lotadas nos GAP's.

Com a autorização devidamente assinada pelo comandante do CEAP redesenhamos o objeto da pesquisa, passando a aplicar o questionário às assistentes sociais militares temporárias prestando serviço nos vinte e cinco (25) Grupamentos de Apoio da FAB, universo que considerou o quantitativo de sessenta e três (63) profissionais, possíveis participantes da pesquisa.

A realização da pesquisa de campo consistiu na aplicação de um formulário no período de dezembro e janeiro de 2019, através da plataforma *Google forms*, em formato semiestruturado, ou seja, composto por perguntas fechadas onde os participantes assinalavam sua resposta com base em opções predeterminadas e outras perguntas abertas, onde era possível discorrer sobre o questionamento proposto. Para facilitar o preenchimento do questionário utilizamos a ferramenta virtual *Google forms*, o que nos possibilitou ganhar tempo no envio e na tabulação dos dados coletados.

A primeira parte do questionário objetivou levantar um breve perfil dos assistentes sociais militares temporários da Força Aérea Brasileira no que se refere ao seu tipo de vínculo, sua formação profissional, experiências de trabalho anteriores, motivos de ingresso na FAB, entre outros. Já na segunda parte as profissionais puderam responder sobre os principais aspectos do trabalho desenvolvido na instituição bem como expor suas impressões acerca da sua contratação por vínculo militar temporário e se há particularidades na precarização deste vínculo de trabalho.

Esse tipo de questionário semiestruturado nos permitiu uma coleta de dados quantitativos mais consistente, uma vez que as respostas predefinidas foram criadas com base nos objetivos da pesquisa em relação ao perfil dos assistentes sociais militares temporários da FAB, porém as perguntas abertas foram importantes para conhecer a opinião das profissionais sobre suas relações de trabalho na instituição, guiando nossa análise sobre as particularidades da precarização do trabalho dessa forma de contratação.

Devido à necessidade de aplicação do questionário acima referido junto às profissionais assistentes sociais da FAB, e levando em consideração a normatização acerca da pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais, seguimos alguns procedimentos éticos, para o respeito à dignidade humana e a proteção

devida aos participantes conforme a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que apontam diretrizes e normas regulamentadoras a serem cumpridas nos projetos de pesquisa envolvendo seres humanos.

Dentre as exigências desta resolução, destaca-se a obrigatoriedade de informar aos participantes, ou representantes dos mesmos, quanto aos procedimentos adotados e os possíveis riscos e benefícios decorrentes do processo da pesquisa, assim como a devolutiva relacionada às contribuições do estudo em questão. Assim, devido ao caráter virtual do instrumento utilizado na realização da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi preenchido pelos participantes na forma de cabeçalho do questionário, onde se pôde confirmar a participação voluntária das assistentes sociais através da marcação de um ícone de “aceite” antes de iniciar seu preenchimento, dispensando-se, dessa forma, a necessidade de retornar o TCLE assinado fisicamente.

Além disso, as instituições envolvidas nesta pesquisa, a saber a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e o Comando da Aeronáutica, possuem suas normas específicas quanto à realização de pesquisas acadêmicas e, por esse motivo, também encaminhamos este estudo à apreciação de ambos, onde obtivemos autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, bem como a autorização do Chefe do Centro de Apoio da Aeronáutica, documentos anexos nessa dissertação. Assim, seguimos a observância de todos os protocolos para a realização de pesquisa das referidas instituições.

Para evitar qualquer tipo de constrangimento entre as assistentes sociais militares temporárias participantes da pesquisa e a instituição FAB e, evidenciando que o estudo conta com sigilo, não serão utilizados/divulgados nomes reais dos profissionais participantes.

Conforme já mencionado, o COMAER possui cento e trinta e sete (137) assistentes sociais em seu quadro funcional efetivo, distribuídas em cinquenta e uma (51) Organizações Militares e representando o serviço social em todas as regiões do Brasil. Em relação ao tipo de contratação, destacamos que cento e doze (112) atuam na FAB através de vínculo temporário, sendo trinta e seis (36) inseridas através do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica e setenta e seis (76) assistentes sociais temporárias que ingressaram pelo processo seletivo do Quadro de Oficiais Convocados (QOCON).

Além destas, compõem o efetivo de assistentes sociais da FAB onze (11) militares de carreira, admitidas pelo Quadro de Oficiais de Apoio (QOAP), sete (7) servidoras civis estatutárias, quatro (4) profissionais contratadas por uma Fundação e três (3) assistentes sociais sob o vínculo de prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC).

Por questões de autorização institucional, já apresentadas no decorrer desta dissertação, selecionamos para compor o universo da pesquisa as assistentes sociais militares temporárias prestando serviço nos Grupamentos de Apoio, totalizando o quantitativo de sessenta e três (63) profissionais distribuídas em vinte e cinco (25) Organizações Militares presentes nas cinco regiões do Brasil. Acreditamos que a seleção deste universo para a pesquisa proporcionou uma representação das possíveis particularidades regionais existentes entre as Organizações Militares em todo o território nacional.

Após delimitar o possível universo da pesquisa, foram extraídos os contatos telefônicos e e-mails das assistentes sociais militares temporárias da FAB, com o apoio da planilha de dados cadastrais disponibilizado pela ASES, sendo realizado contato telefônico por mensagem de texto convidando cada profissional para participar do preenchimento do formulário. Dentre as sessenta e três assistentes sociais militares temporárias elegíveis e convidadas a participação da pesquisa, foram respondidos voluntariamente trinta e sete (37) formulários, sobre os quais nos debruçamos para coleta e análise dos dados, expostos no item a seguir.

3.3.

Desvelando as particularidades da precarização especializada

Após o preenchimento dos questionários, no período entre novembro e dezembro de 2019, enviados para as assistentes sociais militares temporárias da FAB prestando serviço nos Grupamentos de Apoio que desejaram participar da pesquisa, iniciamos a etapa de sistematização dos dados levantados.

Conforme já indicado, a primeira parte do questionário teve a finalidade de caracterizar o perfil das profissionais supracitadas, além de identificar o nível de

qualificação profissional exigido para o ingresso e manutenção nos quadros profissionais da FAB, conforme objetivos específicos desta pesquisa.

Assim elegemos os dados sobre idade, sexo, localidade da Organização Militar onde prestam serviço, quadro funcional, ano de ingresso, tempo médio de serviço, ano e instituição onde se graduaram, pós-graduação concluída ou em andamento e vínculo empregatício anterior a FAB para caracterizar o perfil das assistentes sociais militares temporárias prestando serviço nos Grupamentos de Apoio da FAB.

A escolha desses dados como critério de análise partiu da necessidade de analisar quem são as assistentes sociais militares temporárias prestando serviço nos Grupamentos de Apoio da FAB, uma vez que a observação dos critérios de seleção dos quadros temporários, a partir do levantamento documental realizado, caracterizou essas profissionais como jovens, de alto nível de escolaridade e com experiências profissionais anteriores a FAB. Assim nosso objetivo com os dados eleitos para o questionário da pesquisa foi verificar se o perfil das profissionais condiz com os critérios propostos nos editais de seleção dos quadros temporários.

Além disso, em relação a localidade onde prestam serviço, a finalidade do dado coletado buscou reafirmar a representatividade do trabalho do serviço social na FAB em nível nacional, analisando possíveis particularidades regionais expressas nas relações de trabalho das assistentes sociais militares temporárias prestando serviço nos Grupamentos de Apoio do Brasil.

A partir dos dados coletados extraímos que as assistentes sociais militares temporárias da FAB têm entre vinte e oito (28) e quarenta e seis (46) anos de idade, mas a maior parte delas está na faixa etária dos trinta (30) aos quarenta (40) anos de idade.

Ao analisar os dados de faixa etária observamos que as informações vão ao encontro dos editais de seleção para os quadros temporários, onde observamos que a idade máxima de ingresso era de trinta e dois anos para o quadro QCOA e atualmente é de quarenta e cinco (45) anos para o quadro do QOCON.

Idade

37 respostas

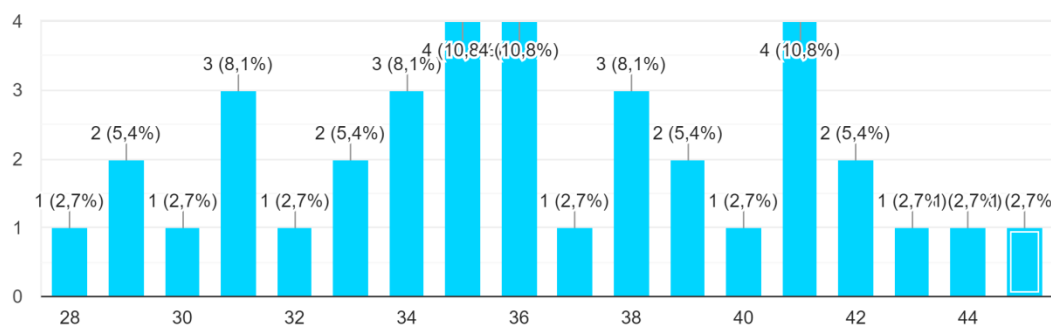


Gráfico 1- Assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB por faixa etária.

Fonte: autoria própria, 2019.

Dentre as profissionais que responderam ao questionário apenas um (1) dos assistentes sociais militares temporário é do sexo masculino, sendo todas as demais profissionais mulheres, conforme mostra o gráfico abaixo.

Sexo

37 respostas

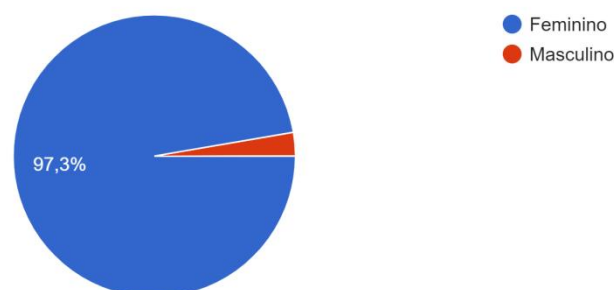


Gráfico 2- Assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB por sexo.

Fonte: autoria própria, 2019.

Este dado é bastante expressivo e vai ao encontro do panorama encontrado a partir da análise da planilha de cadastro de assistentes sociais a nível nacional, disponibilizada pela ASES0, onde é possível observar que da totalidade de profissionais – cento e trinta e sete (137) – apenas quatro (4) assistentes sociais da FAB são do sexo masculino. Esta informação nos confirma que o serviço social

ainda é uma profissão majoritariamente feminina, conforme dados da pesquisa do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) realizada em maio de 2005,³³ mesmo dentro da FAB, espaço comum dos militares do sexo masculino.

Em relação a localidade onde prestam serviço na FAB foi possível observar que grande parte das participantes da pesquisa estão lotadas nas Organizações Militares da região sudeste, quantificando dezenove (19) assistentes sociais, seguidas da região sul, nordeste, centro oeste e norte.

Ao analisar os dados da pesquisa e compará-los a planilha de cadastro das assistentes sociais do Brasil, disponibilizada pela ASES, observamos que o maior quantitativo de profissionais está concentrado na região sudeste, fato que explica a amostra dos dados obtidos. Ainda assim, consideramos que a representatividade das participantes de todas as regiões do Brasil é de grande relevância para as futuras análises sobre as relações de trabalho na instituição.

Localidade
37 respostas

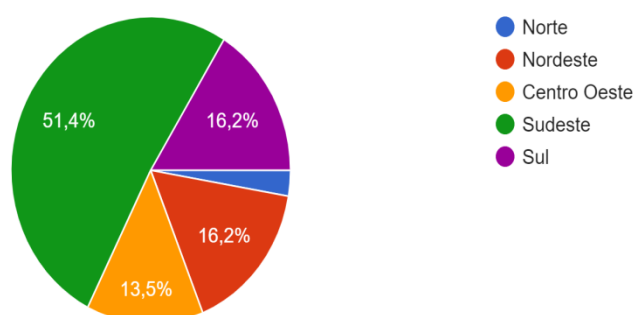


Gráfico 3- Assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB por localidade.

Fonte: autoria própria, 2019.

Sobre o quadro funcional, ou seja, o tipo de vínculo pelo qual estas assistentes sociais militares temporárias estão inseridas na FAB, os dados levantados apontaram que treze (13) profissionais pertencem ao Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica, mas a maior parte, vinte e quatro

³³Assistentes Social no Brasil: elementos para estudo do perfil profissional – CFESS – maio de 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

assistentes sociais ingressaram na instituição através do processo seletivo do Quadro de Oficiais Convocados.

Quadro Funcional
37 respostas

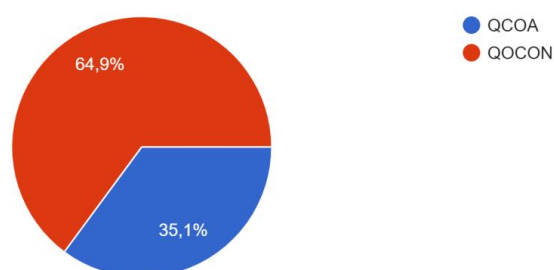


Gráfico 4- Assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB por quadro funcional.

Fonte: autoria própria, 2019.

Os dados também revelaram que o ingresso das assistentes sociais participantes da pesquisa nos quadros profissionais da FAB ocorreu entre os anos de 2011 e 2019, período possível para realização desta pesquisa com as militares temporários na prestação de serviço ativo, haja vista que a duração do tempo de prestação de serviço dos quadros de oficiais temporários da FAB é fixado em oito anos. Assim evidenciou-se que o maior número delas ingressou através do processo seletivo do QOCON do ano de 2014, seguido do concurso para o QCOA de 2013 e o QOCON de 2018, respectivamente. Além disso, o tempo de prestação de serviço das assistentes sociais militares temporárias participantes da pesquisa foi de cinco (5) anos em média.

Ano de ingresso

37 respostas

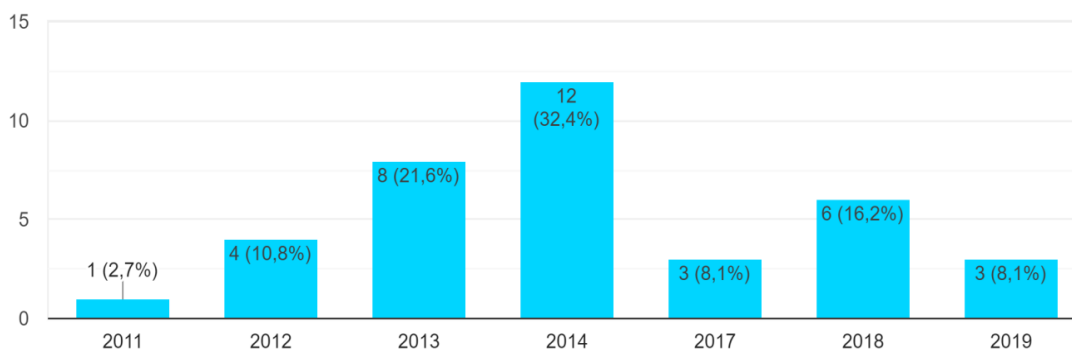


Gráfico 5- Ano de ingresso dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB.

Fonte: autoria própria, 2019.

Em relação a graduação, a pesquisa mostrou que a grande maioria das participantes concluiu sua formação universitária nos anos 2000, sendo vinte e três (23) profissionais formadas em universidades públicas e catorze (14) em universidades particulares.

A formação continuada também foi uma questão observada no levantamento de dados da pesquisa, onde as assistentes sociais puderam responder sobre especializações, mestrados e doutorados concluídos ou em andamento. Vinte e sete (27) profissionais informaram que possuem curso de especialização *latu senso*, oito (8) possuem mestrado e duas (2) o doutorado. Apenas cinco (5) informaram não ter feito nenhum tipo de pós-graduação. Cabe ressaltar que a pergunta feita possibilitava a escolha de mais de uma opção, haja vista que a realização da especialização *latu senso* não exclui a *stricto senso*.

A análise deste dado evidencia que, de fato, as assistentes sociais militares temporárias da FAB possuem um alto nível de escolaridade, conforme exigência prevista nos editais de seleção para o quadro do QOCON, que atualmente representa a forma de ingresso da maioria das profissionais temporárias contratadas.

Este dado vai ao encontro do que o referencial teórico nos mostra em relação a situação dos trabalhadores que integram o mercado de trabalho na atualidade, em especial as análises de Alves (2010, 2013) quando aborda as

dimensões da precarização do trabalho, não apenas como precarização salarial, mas também como precarização existencial à medida que trata da condição do proletariado jovem, altamente escolarizado, frustrado em suas expectativas de ascensão profissional e sonhos, anseios e expectativas de consumo.

Isso porque é exigido aos candidatos que ingressam na FAB na condição de militares temporários um alto nível de escolaridade, haja vista que as maiores pontuações são alcançadas por aqueles que possuem cursos de pós-graduação *latu* e *strictu* senso, além de experiência profissional de acordo com a especialidade pretendida, porém, observa-se nas falas dos participantes da pesquisa que os conhecimentos exigidos e a experiência profissional anterior são preteridas pelo fazer das funções militares, gerando uma sensação de frustração.

Além disso, o fato do vínculo de trabalho desses militares ser temporário proporciona possibilidade de organização financeira e status profissional por um período de tempo, mas não garante uma ascensão profissional posterior a sua saída da FAB.

As camadas mais escolarizadas do mundo do trabalho no Brasil viram aumentar a concorrência na última década. Nos últimos anos, as pessoas ficaram mais tempo na escola e a oferta de profissionais com ensino médio e superior aumentou. Cresceu a fatia dos trabalhadores brasileiros com ensino médio e superior em andamento ou concluído. O crescimento da escolaridade também foi impulsionado pelo aumento do número de universidades privadas. Enfim, houve mais ofertas de trabalhadores assalariados altamente escolarizados, a maior parte deles jovens recém-graduados. (Alves, 2013).

Pós Graduação concluída ou em andamento (Pode ser escolhida mais de uma opção)

37 respostas

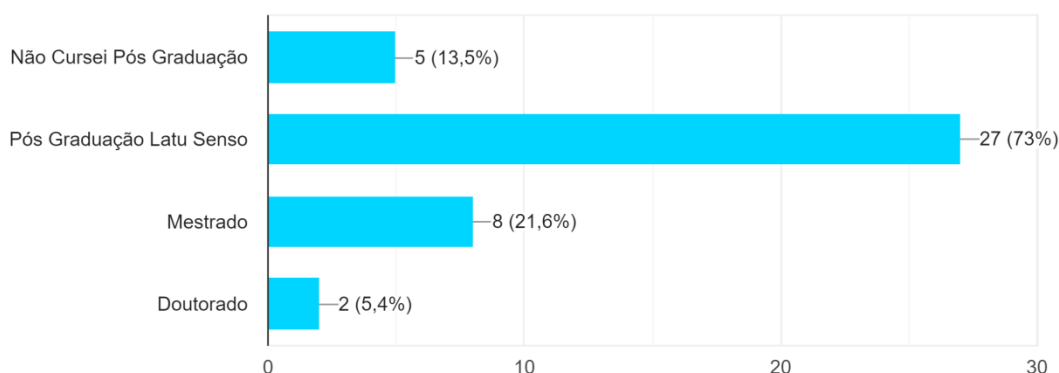


Gráfico 6- Escolaridade dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB.

Fontes: autoria própria, 2019.

Além disso, os dados levantados na pesquisa mostraram que para a maioria das assistentes sociais militares temporárias a FAB não foi o primeiro vínculo de emprego, já que vinte e nove (29) profissionais informaram que já tinham experiência profissional com vínculo empregatício anterior ao concurso. Cabe ressaltar que o tempo de trabalho comprovado em experiências profissionais anteriores também é um critério relevante de pontuação previsto nos editais de seleção para o quadro do QOCON.

Analisando esta informação percebemos que a pontuação relacionada aos critérios de seleção dos editais faz com que tenhamos profissionais cada vez mais especializados e experientes ingressando nos quadros de militares temporários da FAB, haja vista que as pós-graduações *latu* e *strictu* senso e a experiência profissional comprovada agregam muitos pontos no processo seletivo.

Ainda com base neste dado observamos relevante mudança no perfil dos assistentes sociais militares temporários que ingressam a partir do quadro QCOA para o quadro QOCON, haja vista que no primeiro havia uma maior procura pelos profissionais recém-formados, portanto sem experiência profissional. Com a mudança do ingresso para processo seletivo através de pontuação por títulos verifica-se o ingresso de profissionais mais experientes e bem qualificados, vindo do mercado de trabalho civil.

Possuía vínculo empregatício como assistente social antes da Força Aérea Brasileira?
37 respostas

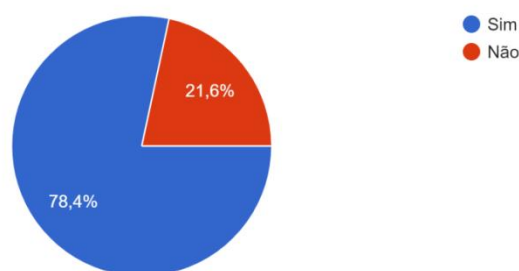


Gráfico 7- Experiência profissional dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB.
Fontes: autoria própria, 2019.

Sobre os motivos pelos quais sentiram-se interessadas em ingressar na FAB, as respostas “salário”, “experiência profissional” e “condições de trabalho” foram

as mais escolhidas para justificar o desejo para inserção de trabalho na instituição. Destacamos que nessa pergunta também era possível selecionar mais de uma opção.

Este dado nos permite observar que a procura pelo concurso e processo seletivo para assistente social da FAB, ainda que para prestação de serviço em caráter temporário, oferece como principal atrativo o salário recebido, haja vista que a remuneração para este quadro profissional não está relacionada a especialidade contratada, mas se equipara ao vencimento de um militar “da ativa” do posto de oficial subalterno (aspirante ou tenente), remuneração que se encontra acima da média salarial vigente para a maioria dos concursos com vagas para assistente social nos níveis municipal e estadual no Brasil, em torno de dois a três salários mínimos.³⁴

Se sim, porque você optou em trabalhar na Força Aérea Brasileira? (Pode se escolhida mais de uma opção)

37 respostas

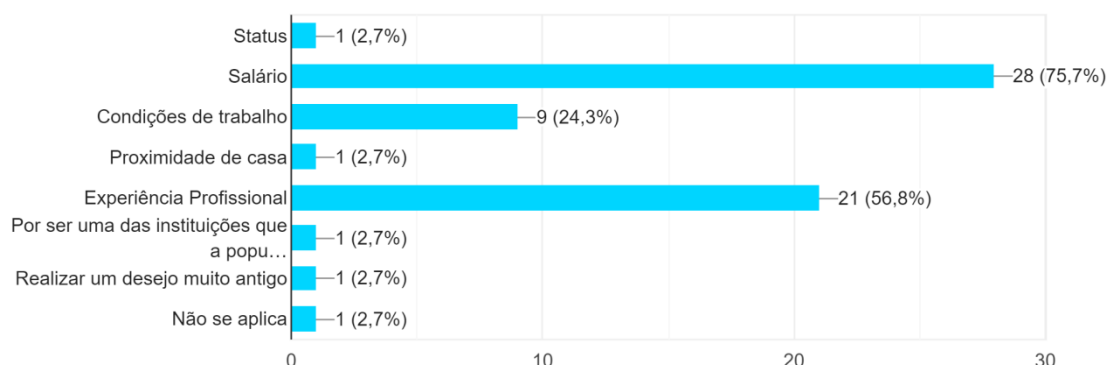


Gráfico 8- Principais motivos elencados para inserção profissional na FAB.

Fontes: autoria própria, 2019.

A segunda parte do questionário da pesquisa foi elaborado a partir de perguntas sobre as relações de trabalho dos assistentes sociais militares temporários da FAB que prestam serviço nos Grupamentos de Apoio e teve como finalidade apontar de que maneira a ampliação na contratação de assistentes

³⁴Dados obtidos através de pesquisa realizada pela autora através da internet no site PCI concursos. Disponível em: <<https://www.pciconcursos.com.br/vagas/assistente-social>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

militares em caráter temporário na FAB se inserem no bojo das formas de precarização do trabalho no Brasil, um dos objetivos específicos desta dissertação.

Nesse sentido, algumas perguntas do questionário foram abertas com espaço para uma resposta dissertativa, possibilitando captar as impressões das participantes sobre as principais funções desempenhadas no COMAER, a valorização do trabalho realizado, as correlações de forças existentes na instituição, os limites e possibilidades do desenvolvimento do trabalho devido ao caráter temporário do contrato, as condições objetivas para realização do trabalho na instituição, a motivação pessoal e o estímulo institucional para a capacitação profissional e para a produção teórica acerca da sistematização do trabalho do assistente social na FAB

Além disso, a possibilidade de perguntas com respostas dissertativas buscou compreender os principais sentimentos das profissionais sobre o tipo de vínculo com a instituição e sobre os fatores que o tornam (ou não) precário sob o ponto de vista das participantes da pesquisa.

A primeira pergunta desta sessão do questionário referiu-se as funções desempenhadas pelas assistentes sociais militares temporárias e teve como finalidade conhecer suas principais atividades no trabalho desenvolvido na instituição, bem como analisar se desempenham, ou não, as atribuições da profissão de assistente social em seu cotidiano de trabalho nas Organizações Militares.

Da análise das respostas inferiu-se que todas as profissionais realizam funções inerentes a profissão de assistente social, especialidade para a qual foram contratadas, conforme previsto no edital dos concursos e processos seletivos e nas legislações que regulamentam o trabalho dentro e fora da FAB (Lei de Regulamentação da Profissão, Instruções do Comando da Aeronáutica, Normas Padrão de Ação), analisados no levantamento documental desta pesquisa.

Foi recorrente nas respostas de todas as participantes, a realização de funções inerentes a profissão militar, tais como escalas de serviço armado, formaturas, representações, comissões de fiscalização de contratos, pregão para licitações, apuração de fichas de transgressão disciplinar e sindicâncias. Ressalta-se que, embora as profissionais compreendam a peculiaridade militar de seu tipo de contratação e as atividades e funções decorrentes desse vínculo, as mesmas relataram que muitas vezes o tempo de trabalho que é despendido com as

atividades inerentes à profissão militar ultrapassa o tempo dedicado às suas atividades na função de assistente social, comprometendo a qualidade destas.

Nesse sentido verificamos também características da precarização no trabalho das assistentes sociais da FAB, haja vista que a demanda institucional na realização de tarefas que não são inerentes à profissão de assistente social demonstra certa intensificação no ritmo do trabalho para dar conta de todas as atividades que precisam ser desempenhadas.

Além disso, nas perguntas dissertativas as profissionais participantes da pesquisa demonstraram certa frustração em realizar atividades administrativas e burocráticas que não consideram relevantes em seu cotidiano profissional em detrimento da possibilidade de desenvolver suas competências e atribuições privativas na função de assistentes sociais, especialidade para a qual foram contratadas a atuar e exigidas sob alta especialização para ingressar, conforme já discutido anteriormente.

No gráfico abaixo é possível observar que das funções desempenhadas pelas profissionais estão presentes, quase em igual proporção, as atividades relativas ao trabalho de assistentes social e as atividades referentes ao cotidiano de trabalho da vida militar, já aqui enumerados.

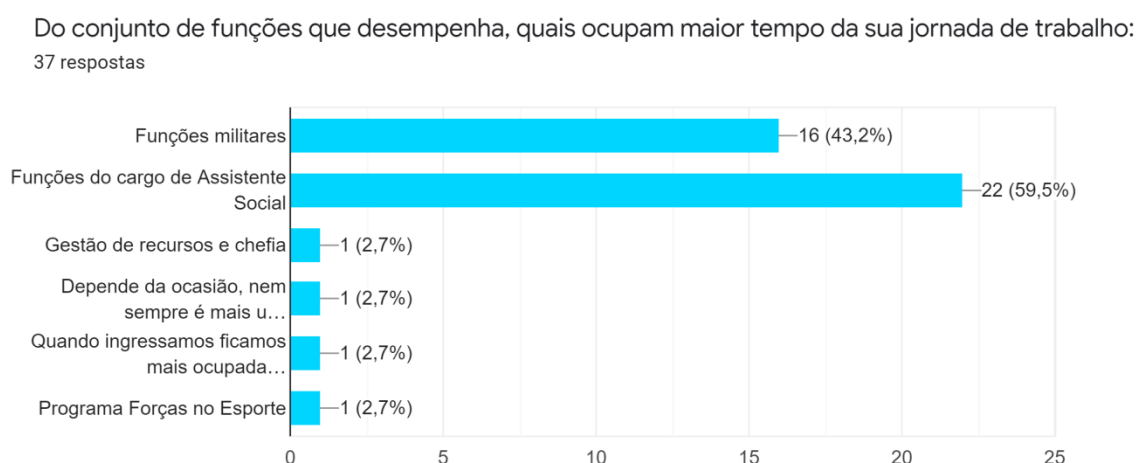


Gráfico 9- Principais funções desempenhadas pelos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB.
Fontes: autoria própria, 2019.

Outra análise que merece destaque nas respostas é o fato de muitas assistentes sociais ocuparem cargos de chefia da seção de serviço social ou de

outras seções a ela relacionadas. É necessário esclarecer que todo oficial nas Forças Armadas está apto a ocupar um cargo de chefia, seja ele relacionado ou não a especialidade a qual ocupa dentro da instituição.

Assim, consideramos positivo o fato do cargo de chefia ocupado pelas assistentes sociais estar relacionado à sua atividade fim na instituição, pois não se trata de um desvio de função³⁵, comum dentro das Forças Armadas, porém foi mencionado em algumas respostas os limites decorrentes dessa atividade, uma vez que ao serem chefes, as militares de inserção temporária, estão submetidas a uma forte correlação de forças dentro da instituição, que tem como principal característica as suas bases rígidas na hierarquia e na disciplina.

Essa reflexão pode ser aprofundada ao observarmos os gráficos que ilustram as respostas com relação ao trato das assistentes sociais militares temporárias com seus superiores e subordinados. Quando perguntadas sobre a relação profissional com seus superiores, vinte e quatro (24) profissionais responderam que percebem certa distinção na forma em que são tratadas, enfatizando nas respostas abertas que essa diferença se dá pelo fato de serem temporárias, como se o seu curso de formação não fosse eficiente para torná-las militares quando comparado ao curso de formação dos oficiais de carreira.

Percebe distinção no trato com os superiores pelo fato de ser militar temporário
37 respostas

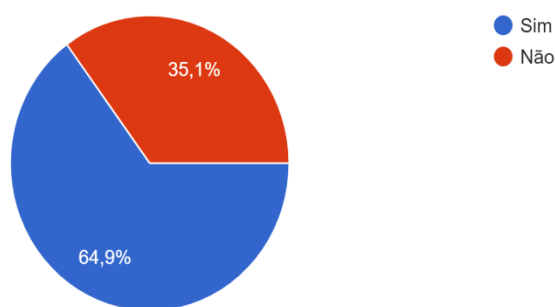


Gráfico 10- Relações de trabalho e o trato com os superiores.
Fontes: autoria própria, 2019.

Já com relação aos subordinados, vinte e uma (21) profissionais responderam que não percebem nenhum tipo de distinção, reforçando as

³⁵ Desvio de função é caracterizado pelo exercício, pelo titular de um cargo ou emprego, das funções correspondentes a outro.

correlações de forças existentes e a hierarquia como um forte valor institucional, haja vista que se colocam nesta relação na condição de militares “mais antigas”, nem sempre pelo tempo de serviço, mas sim pelo posto que ocupam como oficiais subalternas (aspirantes e/ou tenentes).

Percebe distinção no trato com subordinados pelo fato de ser militar temporário
37 respostas

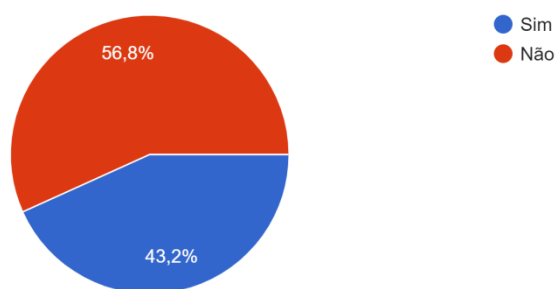


Gráfico 11- Relações de trabalho e o trato com os subordinados.
Fontes: autoria própria, 2019.

Observou-se, também, a partir das respostas de trinta (30) assistentes sociais participantes, que não há diferenciação nas funções exercidas por parte dos oficiais temporários de suas Organizações Militares quando comparados aos oficiais de carreira, ou seja, conclui-se que as profissionais temporárias estariam aptas a realizar as mesmas atividades que as de carreira, desde que correspondentes a sua função e patente dentro da instituição.

Porém, quando analisamos a tabela de cadastro de assistentes sociais disponibilizada pela Assessoria de Serviço Social, observamos que nos Grupamentos de Apoio, órgãos executivos do Sistema de Serviço Social, as profissionais são majoritariamente provenientes dos processos seletivos para os quadros temporários. Já o órgão central do Sistema de Serviço Social da FAB é composto majoritariamente por assistentes sociais provenientes do quadro de carreira.³⁶

³⁶O efetivo da Assessoria de Serviço Social (ASESO) é composto atualmente por nove (9) assistentes sociais em seu efetivo, dentre as quais, sete (7) são oficiais provenientes do Quadro de Oficiais de Apoio da Aeronáutica (QOAP), uma oficial é do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA), uma oficial é do Quadro de Oficiais Convocados (QOCON) e uma Coronel assistente social é proveniente do Quadro de Formação de Oficiais do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CRFA) e está prestando serviço na condição de Tarefa por Tempo Certo (TTC).
Fonte: ASES - Planilha de assistentes sociais do COMAER, atualizada em 2019.

Esse dado aponta que para o desempenho das atividades militares comuns a todos os oficiais, temporários ou não, estão aptos a desempenhar as mesmas funções dentro das Organizações Militares, haja vista que não foi percebida essa distinção pelas assistentes sociais participantes da pesquisa. Porém, quando se trata das funções inerentes ao serviço social, observamos sim esta distinção, haja vista que o órgão responsável pelo planejamento e monitoramento das ações do Serviço Social, em âmbito nacional, é composto majoritariamente por profissionais de carreira.

Aqui podemos refletir, mais uma vez, sobre a exigência de alta escolaridade e experiências profissionais anteriores para o ingresso das assistentes sociais, uma vez que os critérios escolhidos para seleção dos militares temporários visa o ingresso de mestres, doutores e pós graduados para a execução de atividades rotineiras e burocráticas da vida militar ou para o atendimento dos programas e projetos nos órgãos executivos do sistema e o ingresso dos militares de carreira, através de provas, não exige este nível de especialização para os assistentes sociais que trabalham no órgão central responsável pelo planejamento e avaliação da gestão do Sistema de Serviço Social.

Quando propusemos a reflexão sobre o fato do vínculo interferir ou não na qualidade do trabalho prestado pelas assistentes sociais temporárias participantes da pesquisa, as respostas tiveram em comum, principalmente, a descontinuidade dos serviços prestados na instituição. Foi possível observar, a partir das análises das respostas de caráter “aberto”, que a rotatividade das profissionais nos Grupamentos de Apoio interfere nos projetos e programas desenvolvidos pelo serviço social da FAB.

De acordo com as respostas obtidas isso ocorre devido ao período previsto de contrato de oito anos para a prestação de serviço, renovável a cada ano, mas cabe ressaltar que devido ao caráter temporário do vínculo, é comum as profissionais buscarem aprovação em outros concursos, interrompendo o contrato antes do prazo previsto e saindo da FAB repentinamente, ocasionando a referida descontinuidade dos serviços, conforme reafirma as respostas de vinte e três (23) participantes, compiladas no gráfico que segue:

Alguma atividade de sua Organização Militar já foi interrompida ou perdeu continuidade devido à saída de assistente social militar temporário?

37 respostas

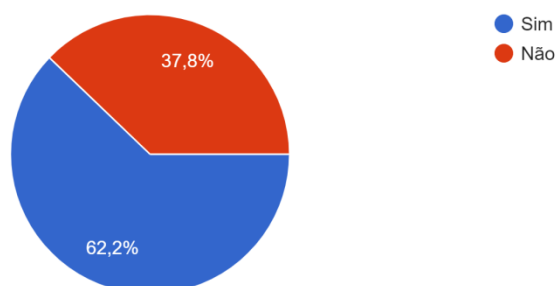


Gráfico 12- Relações de trabalho e perda de continuidade das atividades desenvolvidas na OM.
Fontes: autoria própria, 2019.

Além da descontinuidade dos serviços prestados, fato que evidencia os rebatimentos da contratação em caráter temporário no trabalho coletivo das assistentes sociais da FAB, os discursos sobre “insegurança em relação a prorrogação do tempo de serviço”, “fragilidade na autonomia”, “perda de identidade profissional” e “falta de apoio dos chefes” também foram falas relevantes e que merecem destaque nessa reflexão, haja vista que abordam os impactos sentidos pelas profissionais em relação ao seu trabalho individual, afetando a sua subjetividade na condição de trabalhadores e coadunam em grande parte com o referencial teórico abordado nesta dissertação no capítulo dois (2) acerca da precarização do trabalho, especialmente na categoria “precarização do homem que trabalha”, discutida por Alves (2007; 2010).

As condições de trabalho das assistentes sociais temporárias dos Grupamentos de Apoio da FAB foram percebidas como satisfatórias na opinião de vinte e oito (28) participantes da pesquisa. O mesmo quantitativo (28) respondeu que sua Organização Militar dispõe de estrutura física adequada para realização de seu trabalho e trinta e quatro (34) relataram que possuem um espaço físico adequado para o atendimento de seus usuários, conforme revelam os gráficos a seguir, respectivamente.

Avalie suas condições de trabalho como assistente social na Força Aérea Brasileira

37 respostas

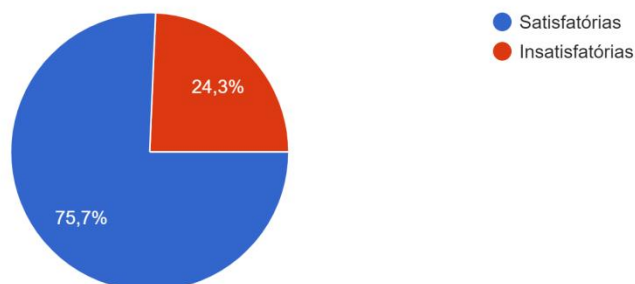


Gráfico 13- Condições de trabalho dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB.

Fontes: autoria própria, 2019.

Sua Organização Militar dispõe de uma estrutura física adequada para realização do seu trabalho?

37 respostas

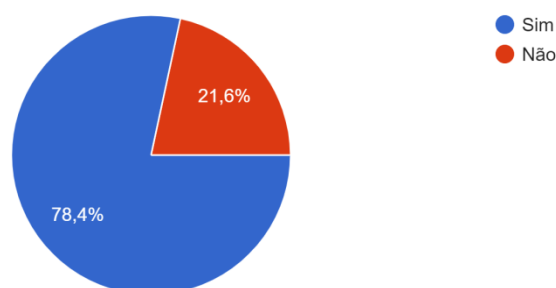


Gráfico 14- Estrutura física de trabalho dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB

Fontes: autoria própria, 2019.

Possui espaço adequado para atendimento aos usuários?

37 respostas

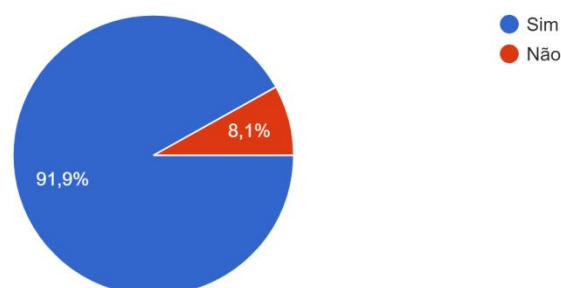


Gráfico 15- Espaço de trabalho dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB.

Fontes: autoria própria, 2019.

Analisando as respostas das participantes a partir das perguntas discursivas do questionário em relação a sua estrutura física de trabalho foi possível observar suas impressões sobre a existência ou não de salas de atendimento, mesas, cadeiras, computadores, impressoras, acesso à internet, entre outros equipamentos considerados importantes para a realização de sua atividade.

Em relação ao espaço adequado para o atendimento aos usuários as respostas evidenciaram o cuidado das profissionais participantes da pesquisa em relação ao sigilo profissional, previsto no Código de Ética do/a assistente social – Lei nº 8662/1993, mencionando em sua maioria a existência de salas reservadas para o atendimento, além de locais apropriados para a guarda das fichas sociais e demais documentos entregues pelos usuários.

De acordo com nossa análise este dado é muito positivo e demonstra a possibilidade de realização de um trabalho baseado no Projeto ético político do Serviço Social, demonstrando a valorização profissional por parte da instituição empregadora e o compromisso das assistentes sociais com seus usuários.

Ressaltamos aqui que a maioria dos SESO's (antigos NUSESO's) foram construídos nos anos 2000, em um momento de expansão do serviço social no COMAER, conforme já apresentado no primeiro capítulo desta dissertação. Nesse período houveram também as mudanças nas legislações que normatizaram o trabalho do assistente social na FAB, amplamente embasadas na legislação que regulamenta a prática profissional e na assistência social em âmbito nacional, por isso os SESO's foram construídos de modo a preservar o sigilo do atendimento social, conforme prevê o Código de Ética profissional – Lei nº8662/1993.

Quando perguntados sobre os recursos financeiros recebidos pela instituição para a realização de seu trabalho, as respostas das participantes da pesquisa se dividiram entre dezenove (19) afirmando que sim e dezoito (18) relatando que não recebem recursos financeiros suficientes, conforme podemos observar no gráfico.

Recebe recursos financeiros suficientes para realização do seu trabalho?

37 respostas

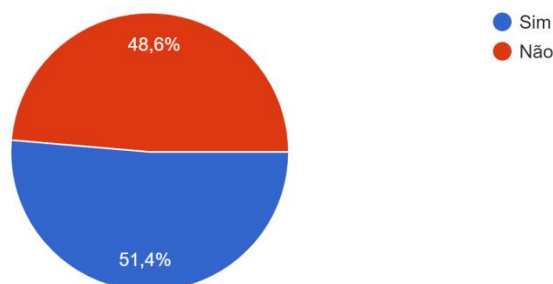


Gráfico 16- Recursos financeiros recebidos pelos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB para o desenvolvimento de seu trabalho.

Fontes: autoria própria, 2019.

Quando recorremos as perguntas abertas para melhor elucidar a questão identificamos o discurso recorrente de falta de recursos financeiros dispendidos pela FAB nos últimos anos, especialmente no período de 2015 aos dias atuais. Traçando um paralelo deste dado as análises institucionais realizadas no capítulo dois desta dissertação, em especial no item 2.2, que trata das incidências da contrarreforma do Estado na FAB e aborda o processo de reestruturação no qual se encontra a instituição desde 2016, podemos observar que a redução de investimentos nos programas e projetos afetos ao serviço social é uma estratégia de redução de gastos orçamentários que propõe, entre suas ações, o aumento da efetividade dos recursos empregados.

Cabe ressaltar que essa tendência de redução de recursos financeiros com os programas e projetos sociais no âmbito do COMAER não se dá de maneira isolada, mas acompanha o movimento de cortes e falta de investimentos públicos nas políticas sociais a nível nacional, conforme também abordado do capítulo dois deste estudo dissertativo.

Mesmo com o contingenciamento de recursos, relatados pelas assistentes sociais a partir do ano de 2015, a grande maioria das profissionais - trinta e três (33) participantes - responderam que conseguem desenvolver projetos e programas sociais voltados para o público alvo e especificaram que tem adotado estratégias de buscar parcerias internas e externas a FAB para a realização de eventos, palestras e outras ações coletivas de caráter socioeducativo as quais o serviço social é demandado a realizar, muitas vezes por parte da instituição.

Relataram, ainda, que sua maior dificuldade tem sido justificar os critérios de inserção e manutenção dos usuários em situação de vulnerabilidade social para subsidiar a continuidade do programa referente a concessão de benefícios sociais, intitulado PASIC 3, haja vista que muitos atendimentos têm sido realizados, porém não há recursos para o pagamento, fazendo com que os usuários busquem respostas das assistentes sociais sobre a restituição de suas despesas, conforme prevê o programa.

Nesse item retomamos alguns desafios do serviço social no âmbito da Forças Armadas com relação as políticas de assistência social desenvolvidas. Cabe ressaltar que os militares não se enquadram nos critérios de inserção da maioria das políticas públicas de assistência social externas a FAB e criam uma grande resistência para utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS), quando orientados a buscar medicamentos, exames e outros serviços. Assim, diante da redução da capacidade de atendimento dos hospitais da FAB, muitos usuários têm buscado o atendimento no serviço social da instituição com objetivo de pleitear a restituição de despesas efetuadas com tratamentos de saúde.

Diante disso observa-se a necessidade constante de adaptação do assistente social e sua capacidade interventiva ao lidar com a redução de recursos materiais para a realização de seu trabalho. Além disso, observa-se que as profissionais assistentes sociais demonstram certa sensação de impotência diante dessa situação, fato que gera sofrimentos, angústias e pode ter como consequência os casos de adoecimento laboral, fato observado no cotidiano de trabalho e que merece ser aprofundado em pesquisas posteriores.

A capacitação continuada através da realização de cursos de extensão e atualização profissional foi fator de motivação para vinte e quatro (24) assistentes sociais militares temporários que contribuíram com a pesquisa. Em contrapartida vinte e seis (26) informaram que não recebem estímulo por parte da instituição para realizar cursos de capacitação profissional e/ou participar de eventos na área do serviço social, conforme evidenciado nos gráficos abaixo.

Sente-se motivado a realizar cursos de atualização profissional ou extensão?

37 respostas

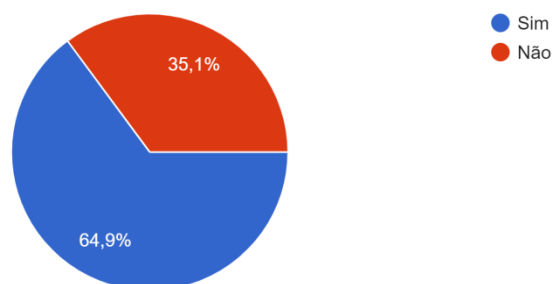


Gráfico 17- Motivação para capacitação profissional dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB.

Fontes: autoria própria, 2019.

Recebe estímulo por parte da instituição para a realização de cursos de capacitação profissional e/ou participar de evento na área do serviço social?

37 respostas

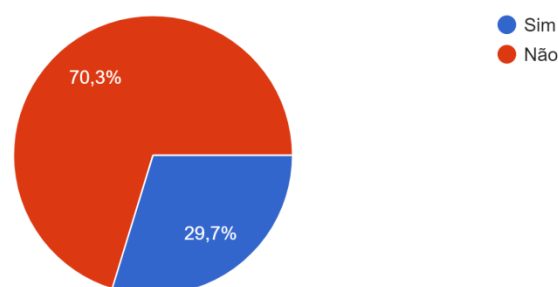


Gráfico 18- Estímulo institucional para capacitação profissional dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB.

Fontes: autoria própria, 2019.

Com base nesses dados fica evidente que há por parte das participantes da pesquisa o desejo pela formação continuada, expressa na motivação pessoal para a participação em cursos de extensão, atualização profissional e/ou eventos relacionados ao serviço social, porém não há estímulo por parte da instituição. Ressaltamos que esse estímulo pode se tratar de indisponibilidade para custeio das referidas formas de capacitação continuada ou até mesmo de falta de autorização por parte dos chefes para a dispensa dos profissionais, justificativas presentes nas respostas dos participantes da pesquisa e fatores que podem variar de acordo com a chefia ou a Organização Militar.

Nesse sentido o fato das assistentes sociais responderem a dupla subordinação no COMAER é um fator negativo pois o órgão central, responsável pela subordinação técnica através de normativas e legislações é chefiado por uma assistente social e fomenta a importância da capacitação continuada para o trabalho profissional, porém a subordinação administrativa fica a cargo dos chefes e comandantes das Organizações Militares onde funcionam os órgãos executivos, na maioria das vezes militares intendentess, que não permitem a participação das assistentes sociais em cursos e eventos relevantes ao Serviço Social.

De todo modo enfatizamos que há previsão legal para a capacitação continuada dos recursos humanos do serviço social da FAB através do Plano de Assistência Social do COMAER em seu Programa de Ações Sociais Integradas, o PASIC 4, motivo pelo qual torna-se possível pleitear dispensa junto aos chefes e também ajuda de custo para a realização de cursos e eventos na área do serviço social.

Assim, a previsão legal do fomento a capacitação continuada das assistentes sociais por parte do Órgão Central do Serviço Social é de extrema importância a medida que vai ao encontro da Lei de Regulamentação profissional e do Código de Ética do Serviço Social e possibilita formas de enfrentamento das profissionais diante dos obstáculos postos pelas chefias imediatas.

Os dados que seguem buscaram desvelar a relação entre as participantes da pesquisa e a sistematização de sua prática profissional no COMAER, além de tentar compreender o motivo da escassa produção teórica sobre o trabalho do assistente social na FAB, questionamento levantado a partir da necessidade de levantamento bibliográfico específico sobre o trabalho do assistente social na FAB para esta dissertação.

Analisando os dados levantados foi observado que vinte e cinco (25) profissionais responderam que não desenvolvem ou desenvolveram estudos e/ou pesquisas referentes ao trabalho do assistente social na FAB e vinte e três (23) relataram nunca terem publicado ou apresentado trabalho que tenha como tema a prática profissional do assistente social na instituição.

Ao comparar este dado a pesquisa documental realizada observamos certa discrepância, haja vista que as produções teóricas encontradas foram, em sua maioria, construídas nos anos 2000, período de ampliação da contratação de assistentes sociais militares através dos quadros temporários. Além disso,

observou-se através de pesquisa realizada nos anais dos principais eventos e congressos organizados pela categoria, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), realizados nos últimos anos, um aumento na participação de assistentes sociais militares da FAB a partir da apresentação de trabalhos e pesquisas.

Desenvolve ou já desenvolveu estudos e pesquisas referentes ao trabalho do assistente social na Força Aérea Brasileira?

37 respostas

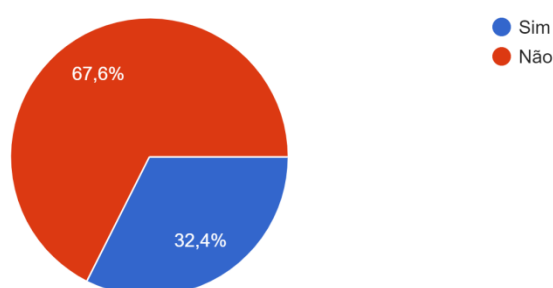


Gráfico 19- Realização de pesquisas referentes ao trabalho dos assistentes sociais da FAB pelos temporários dos grupamentos de apoio
Fontes: autoria própria, 2019.

Já publicou ou apresentou algum trabalho que tenha como tema a prática profissional do assistente social na Força Aérea Brasileira?

37 respostas

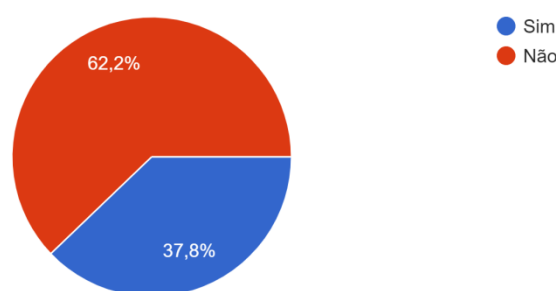


Gráfico 20- Produções teóricas realizadas pelos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio da FAB.
Fontes: autoria própria, 2019.

Conforme já mencionado nas análises anteriores, é comum que os assistentes sociais militares temporários saiam da FAB antes do período previsto

para o término de sua contratação para prestação de serviço, fato que se evidencia a partir da resposta positiva de vinte e duas (22) profissionais conforme dados do gráfico a seguir.

Esse desejo se expressa na busca das assistentes sociais para aprovação em outros concursos onde o vínculo de trabalho seja estável, mesmo que o salário seja menor, conforme se observa nas falas presentes na parte dissertativa da pesquisa.

Busca meios de sair da Força Aérea Brasileira antes do encerramento de seu Tempo de Serviço?
37 respostas

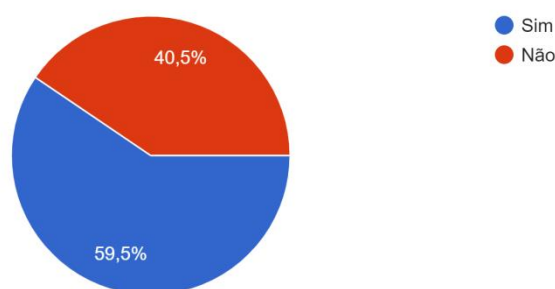


Gráfico 21- Desejo dos assistentes sociais militares temporários dos grupamentos de apoio em sair FAB antes do término do tempo de serviço.
Fontes: autoria própria, 2019.

O sentimento de insegurança em relação ao término do tempo previsto para prestação de serviço temporário na FAB é relatado por vinte e quatro (24) assistentes sociais participantes da pesquisa. Analisando as respostas observamos que a reinserção no mercado de trabalho é o principal motivo, pois após a prestação de serviço de oito anos grande parte das profissionais sai da FAB com idade superior aos quarenta anos e temem não conseguir outro emprego.

O sentimento de insegurança e a angústia relatado nas falas das assistentes sociais participantes da pesquisa muito se aproxima ao conceito de “precariedade subjetiva” trabalhado pela socióloga francesa Danièle Linhart (2014). A autora elabora o referido conceito para explicar o fenômeno de mal-estar, sofrimento e insegurança verificados em trabalhadores assalariados de empregos estáveis, como é o caso dos funcionários públicos.

Aqui cabe destacar a particularidade do vínculo de trabalho temporário das assistentes sociais da FAB, que é o objeto da pesquisa, porém, o que se pretende associar ao conceito de “precariedade subjetiva” é a forma como a precarização

pode afetar a subjetividade dos trabalhadores com bons salários, direitos trabalhistas garantidos e boas condições estruturais de trabalho.

Linhart (2014) chama atenção para as exigências cada vez maiores as quais estes profissionais estão submetidos e da necessidade constante de estar sempre se capacitando e intensificando suas jornadas para atender as demandas dos empregadores, em contrapartida a “precariedade subjetiva” faz com que nunca se sintam verdadeiramente aptos e capazes para desenvolver seu trabalho de maneira eficaz.

Traçando um paralelo entre o conceito proposto e as falas das assistentes sociais militares temporárias da FAB observamos que as diversas sensações de impotência, insegurança, estranhamento as atividades relativas ao âmbito militar, ansiedade pelo término do contrato de serviço, pretensão em relação aos militares de carreira, entre outros sentimentos, associam-se as formas de fragilização dos trabalhadores identificados por Linhart (2014) como expressões de “precariedade subjetiva”.

Além disso, algumas profissionais relatam que a experiência de trabalho adquirida diz respeito as atividades e funções realizadas dentro da FAB através de legislações e ações específicas para o público alvo militar, fato que dificulta agregar conhecimentos para o mercado de trabalho fora das Forças Armadas, ocasionando uma sensação de fidelidade e dependência ao trabalho no âmbito militar e um sentimento de incapacidade de inserção em novas rotinas e ambientes laborativos, fatores que coadunam com o conceito acima discutido.

A última pergunta do questionário buscou captar as impressões das assistentes sociais militares temporárias da FAB que prestam serviço nos Grupamentos de apoio sobre as possíveis particularidades da precarização de seu trabalho.

Da apropriação de todas as respostas, em formato dissertativo, após sua compilação por critérios para análise a partir das categorias que mais se repetiram, observou-se que a grande maioria das participantes da pesquisa não classificou seu trabalho como precário, mas sim o tipo de vínculo e a forma temporária de sua contratação.

Em relação ao trabalho desenvolvido na FAB, as assistentes sociais temporárias destacaram que, ainda com as peculiaridades de uma instituição militar, possuem normativas e legislações que regulamentam suas ações e

estrutura física que lhes proporcionam a realização de um trabalho pautado na ética profissional, além do satisfatório salário recebido, também evidenciado por elas como um fator de não precarização do seu trabalho.

Destacaram também os direitos que possuem provenientes da prestação de serviço na FAB, como por exemplo, o acesso aos hospitais e odontoclínicas para tratamento de saúde, auxílio educação, auxílio transporte, alimentação através dos ranchos de suas Organizações Militares, direito a férias remuneradas, décimo terceiro salário e gratificações, auxílio fardamento a cada três anos de serviços prestados e outros tipos de licenças que são garantidos a todos os militares, ainda que sob vínculo de trabalho temporário.

Em contrapartida, as profissionais participantes da pesquisa mencionaram as atividades militares que desenvolvem, o não cumprimento da carga horária de trinta horas semanais de trabalho devido à especificidade do regime de trabalho de dedicação exclusiva dos militares, a instabilidade do vínculo profissional a partir da renovação anual e a invalidade dos anos trabalhados para o regime geral da previdência social como alguns dos fatores que tornam o seu trabalho na FAB precário.

Observamos ainda que é recorrente a frustração das profissionais do quadro QCOA em relação ao concurso realizado, nos mesmos moldes das profissionais de carreira selecionadas pelo QOAP a partir de 2015, e o fato das mesmas serem temporárias.

Outra questão importante a considerar é o sentimento de desvalorização profissional pelo fato do vínculo temporário de trabalho na instituição e a sensação de descontinuidade do trabalho coletivo realizado devido ao encerramento dos ciclos de oito anos, relatados por muitas profissionais ao responder esta pergunta.

Ressaltamos que não houve nas respostas nenhuma consideração sobre a impossibilidade de participação em movimentos sociais, greves ou manifestações de caráter político e ideológico, prática comum da categoria profissional do serviço social e não permitida pelo vínculo de trabalho que regulamenta os militares, sejam eles de carreira ou temporários.

Este dado relaciona-se a uma especificidade da categoria dos trabalhadores militares como um todo, conforme já discutido no item 1.3 do capítulo um, haja vista que ao incorporar nas fileiras das Forças Armadas, todos os militares

independentemente de sua especialidade, são regidos pelo Estatuto que os proíbe de envolver-se nesses tipos de manifestações.

Identificamos, também, certa aproximação com o debate realizado pelas autoras Druck, Franco e Seligman-Silva (2010) quando abordam a característica multidimensional da precarização do trabalho em sua quinta dimensão que se refere a organização e a representação coletiva, além de abordar sobre a convivência entre temporários e não temporários no mesmo ambiente de trabalho, fato que pode ocasionar certa debilidade na construção de identidade coletiva entre os trabalhadores.

Porém, conforme já dissemos no decorrer deste estudo, o trabalho do assistente social no COMAER é repleto de singularidades, haja vista o caráter militar desta instituição. Seu objetivo de manutenção da ordem vigente, pautado nos pilares da hierarquia e da disciplina vão de encontro a alguns princípios previstos no Código de ética e na Lei de Regulamentação da profissão do Serviço Social, com valores de liberdade, autonomia e emancipação, como é o caso da participação em movimentos sociais, nos órgãos representativos da categoria, sindicatos e outros espaços deliberativos.

A partir das falas das assistentes sociais militares da FAB que prestam serviço nos Grupamentos de Apoio por vínculo temporário e que participaram voluntariamente desta pesquisa pudemos observar que suas impressões acerca da precarização do trabalho desenvolvido estão relacionadas aos aspectos subjetivos presentes nas suas relações de trabalho e não na estrutura física, na regulamentação de suas funções e atividades ou em sua condição salarial em si.

Assim, os dados levantados e analisados nos aproximaram do referencial teórico estudado, principalmente das reflexões de Alves (2007, 2010) e Linhart (2014) quando os autores nos mostram que a constante situação de instabilidade vivenciada pelas assistentes sociais militares temporárias da FAB, com relação à sua vida profissional neste vínculo, elucida uma forma de precarização classificada por ambos como subjetiva, pois não diz respeito necessariamente as condições objetivas de seu trabalho, mas sim a precarização do homem que trabalha, pois está relacionada a constante sensação de insegurança vivenciada dentro e fora do espaço laboral.

Além disso, identificamos também que o vínculo de trabalho nesta forma de contratação de assistentes sociais militares para prestação de serviço na FAB é

uma das expressões da característica de “flexibilização” que perpassa todas as esferas do mundo do trabalho em sua nova morfologia, haja vista que além da flexibilidade do vínculo identificamos a contratação de assistentes sociais para desempenhar outras funções dentro das Organizações Militares, conforme já discutido nesta dissertação.

A falta de estímulo para sistematização da prática profissional e a descontinuidade dos serviços prestados, resposta recorrente das profissionais participantes da pesquisa, também podem ser consideradas formas de precarização do trabalho em sua vertente subjetiva, pois interferem na habilidade individual e coletiva de realização do trabalho das assistentes sociais militares temporárias dos Grupamentos de Apoio da FAB a medida que reduz a capacidade de dar respostas as demandas trazidas tanto pelos usuários quanto pela instituição empregadora.

Nesse sentido, caminhamos para as considerações finais desta dissertação que teve seu objetivo geral alcançado ao analisar as particularidades da contratação temporária dos assistentes sociais militares da Força Aérea Brasileira, ampliada no decorrer dos anos 2000, a partir da realização de uma pesquisa bibliográfica e documental, além da aplicação de um questionário para as assistentes sociais militares temporárias prestando serviço nos Grupamentos de Apoio da FAB.

A partir da pesquisa realizada nesta dissertação concluímos que a hipótese norteadora deste estudo foi confirmada, uma vez que o estudo das fontes documentais combinado ao questionário aplicado, revelou que a contratação ampliada dos assistentes sociais militares da Força Aérea Brasileira, em caráter temporário a partir dos anos 2000, caracteriza uma tendência de precarização das relações de trabalho na instituição, principalmente no que diz respeito a flexibilização expressa no vínculo temporário de trabalho e seus impactos na subjetividade dessas trabalhadoras, conforme relatado pelas participantes da pesquisa e elucidado pelas reflexões teóricas presentes nas categorias trabalhadas e levantamentos documentais desta dissertação.

4

Considerações finais

Ao caminhar para as breves conclusões desta dissertação se faz mister um resgate do seu objeto de pesquisa, representado pelos assistentes sociais militares temporários prestando serviço nos Grupamentos de Apoio da Força Aérea Brasileira, bem como os principais objetivos que nortearam o caminho do estudo que teve como finalidade analisar as particularidades da contratação temporária dos assistentes sociais militares da FAB, ampliada a partir dos anos 2000 e impulsionada pelo processo de contrarreforma do Estado Brasileiro nas décadas de 1980 e 1990.

As experiências vividas durante o período de “quase” oito anos de serviço prestado como assistente social militar da FAB, na condição de temporária, foram o ponto de partida que suscitaram as inquietações sobre os rebatimentos desta modalidade de contratação, nas relações de trabalho dos profissionais da instituição.

A hipótese inicial deste estudo foi que a contratação ampliada dos assistentes sociais militares da FAB, em caráter temporário a partir dos anos 2000, caracteriza uma tendência de precarização das relações de trabalho promovidas pelo Estado Brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, ainda que este processo expresse particularidades, devido a instituição integrar a área da Defesa Nacional.

Conforme já dissemos, o trabalho do assistente social no COMAER é repleto de singularidades, haja vista o caráter militar desta instituição, amplamente discutido no capítulo um, no item dedicado a categoria de trabalhadores militares. Assim, desde o início da formação militar e ao longo de toda a carreira, os militares convivem de perto com o risco à sua integridade física e, para o exercício da sua atividade laborativa, lhe é exigido elevado nível de saúde física e mental. Além disto, não podem exercer qualquer outra profissão e se mantêm disponíveis integralmente para o serviço, sem qualquer remuneração compensatória extra, o que os tornam dependente exclusivamente de seus soldos.

Suas demandas socioassistenciais são muito marcadas pelas peculiaridades da profissão e não cessam na pessoa do profissional que optou pela carreira

militar, porque repercutem na dinâmica familiar, na forma como se organiza e nas suas escolhas. Tais demandas e peculiaridades acabam por imprimir limites e contornos sociais muito próprios a este segmento populacional, fato que justifica e reafirma a importância do trabalho realizado pelos assistentes sociais da FAB.

Ressalta-se que no decorrer da pesquisa, outros elementos mostraram-se relevantes e passíveis de aprofundamento, além daqueles elencados nos objetivos iniciais. Já no levantamento bibliográfico e documental realizado foi possível observar a escassa produção teórica sobre o serviço social na FAB e sobre a sistematização do trabalho profissional dos assistentes sociais na instituição, porém cabe salientar que algumas das produções teóricas encontradas neste campo foram escritas por assistentes sociais militares temporários para conclusão de cursos de mestrado, fato que demonstra as possibilidades que este espaço sócio ocupacional pode oferecer.

Sobre a prática profissional do serviço social na FAB observamos, a partir da pesquisa bibliográfica e documental realizada, que inicialmente as assistentes sociais da instituição eram servidoras civis inseridas para trabalhar nos hospitais da Força e que não havia um projeto de intervenção sólido para embasar suas ações, ocasionando uma tendência ao atendimento das demandas emergenciais, algumas até relacionadas à prática assistencialista e de caridade, característica inerente ao serviço social em seus primórdios.

Porém, com o ingresso das primeiras assistentes sociais militares de carreira do Quadro Feminino de Oficiais, em 1982, houve uma inflexão profissional, acompanhando os fluxos de abertura democrática da sociedade e da categoria profissional em relação ao movimento de reconceituação do serviço social, que possibilitaram o avanço do trabalho das assistentes sociais da categoria profissional e também na instituição, a partir da previsão legal para sua atuação, com a criação do Sistema de Assistência Social que atualmente sofreu uma mudança paradigmática e passou a denominar-se Sistema de Serviço Social.

A década seguinte, 1990, significou um retrocesso no que diz respeito às formas de contratação das assistentes sociais da FAB. Com a extinção do Quadro de Formação de Oficiais as profissionais passaram a ingressar na instituição em caráter temporário, para prestação de oito anos de serviço ativo a partir do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica no ano de 1997, modificando-se para o Quadro de Oficiais Convocados em 2013.

Até o ano de 2015 a contratação de assistentes sociais militares temporários na FAB constituiu-se na única forma de ingresso desta categoria profissional, fato que corroborou para um perfil profissional majoritariamente formado por militares temporários, além da diversidade de tipos de vínculo de trabalho dentro da instituição. A partir do ano de 2015 o efetivo de assistentes sociais de carreira foi renovado através do Quadro de Oficiais de Apoio, que atualmente somam treze profissionais.

A pesquisa documental realizada nos revelou que o efetivo de assistentes sociais da FAB é composto por cento e trinta e sete (137) profissionais, dos quais cento e doze (112) são militares com vínculo temporário, ou seja, mais de oitenta por cento (80%) desse efetivo, condição que reflete algumas questões importantes para as relações de trabalho na instituição.

Ao traçar um paralelo entre as reflexões sistematizadas no levantamento bibliográfico e documental sobre a temática da precarização do trabalho e suas particularidades no âmbito da FAB, concluímos que esta se manifesta muito pouco nas condições estruturais em que se realiza o trabalho dos assistentes sociais militares temporários da instituição.

Além disso, na análise do levantamento documental foi possível perceber que este vínculo de trabalho oferece um salário acima da média nacional da categoria profissional, e que são praticados os mesmos valores remuneratórios e direitos de caráter trabalhista pagos aos militares de carreira, e não há diferenciação de carga horária trabalhada ou funções administrativas realizadas, ou seja, assistentes sociais militares temporários e de carreira recebem os mesmos salários (definidos pelo posto hierárquico ao qual pertencem), estão submetidos a mesma carga horária e aptos a realizar as mesmas atribuições, além de gozar dos mesmos direitos trabalhistas e não havendo diferenças relacionadas ao vínculo nos espaços físicos onde atuam, tendo como única diferença a forma de contratação.

Precarização subjetiva do trabalho (Alves, 2007, 2010) e precariedade subjetiva (Linhart, 2014) são as categorias analisadas no referencial teórico que melhor elucidam a constante situação de instabilidade, frustração e dúvidas com relação à vida profissional, vivenciadas pelas assistentes sociais militares temporárias da FAB.

A incerteza de renovação anual dos contratos, o desejo de ingressar em outro vínculo de trabalho que não seja temporário, a dedicação necessária para

aprovação em outro concurso, a reinserção no mercado de trabalho após oito anos de experiência em uma instituição repleta de peculiaridades, a falta de motivação em sistematizar a prática profissional, realizar pesquisas de campo e falta de incentivo para participar de eventos da categoria profissional foram respostas recorrentes às perguntas do questionário aplicado na pesquisa e consequentemente reafirmado na pesquisa bibliográfica e documental realizada. Assim, destacamos que a principal particularidade de precarização do trabalho dos assistentes sociais militares com vínculo temporário se expressa na sua dimensão subjetiva.

A expectativa gerada pelos certames e processos seletivos, que solicita um nível cada vez mais alto de especialização técnica para a contratação destas profissionais, muitas vezes não condiz com as tarefas administrativas e burocráticas que as mesmas são obrigadas a realizar no cotidiano de trabalho das instituições, demandas comuns a todos os militares quando cumprem suas escalas de serviço armado, comissão de fiscalização de provas de concurso, comissão de fiscalização de contratos e licitações, entre outras atribuições inerentes a vida na “caserna”.

Esta contraditória requisição de assistentes sociais altamente especializados contratados a partir de vínculo temporário para realizar uma gama de tarefas e funções de caráter meramente administrativo também se manifestou como uma característica de precarização do trabalho na FAB, haja vista que interfere nas potencialidades de desenvolvimento das atribuições e competências profissionais das assistentes sociais, além de causar a intensificação do ritmo de trabalho para dar conta de todas as demandas institucionais.

As relações de subordinação derivadas do caráter hierárquico no qual se baseia a instituição também se destacaram como forma de precarização do trabalho nas respostas das assistentes sociais militares temporárias da FAB. Foi recorrente a sensação de desvalorização relatada pelas profissionais com relação aos seus pares e superiores hierárquicos devido a natureza do vínculo temporário de suas inserções.

Assim, esta situação evidencia uma dupla possibilidade de análise acerca da precarização do trabalho por elas mencionada. Isso porque o vínculo temporário fragiliza o profissional na sua relação com a instituição, que em nome da manutenção do seu emprego, tende a evitar embates que, muitas vezes, são essenciais ao desenvolvimento das atividades do assistente social.

Além disso, tanto a fragilidade do vínculo quanto a falta de antiguidade do oficial temporário podem comprometer o desenvolvimento de suas ações. Os equipamentos de execução e coordenação da Política precisam de profissionais experientes e antigos, para transmitirem conhecimento e segurança, garantirem a memória institucional e, sobretudo, manterem o trabalho do serviço social na agenda da Instituição.

Outro aspecto que foi por nós observado no decorrer da pesquisa, porém não pôde ser aprofundado devido a limitação de tempo, foram os possíveis impactos da contratação ampliada de assistentes sociais militares temporários para a prestação dos serviços aos usuários do Sistema de Serviço Social.

Inferiu-se que esta majoritária forma de ingresso acaba por gerar dissolução de continuidade na condução das atividades do serviço social na Força. A rotatividade, que já é uma característica da carreira militar, quando associada à existência de efetivos temporários, compromete a continuidade, a eficácia e a efetividade dos programas, serviços e projetos ofertados, pois nem sempre ao término de tempo de serviço de um militar temporário há outro para substituí-lo.

Além disso, a rotatividade pode comprometer também a qualidade do serviço prestado, pois, as demandas do público alvo do Sistema de Serviço Social da FAB são específicas e geradas pelas próprias características da profissão, o que torna essencial que o profissional técnico entenda a dinâmica e a cultura institucional para, então, construir estratégias de intervenção que respondam à especificidade destas demandas.

Quando o profissional começa a entender a dinâmica da Instituição, suas normas e sua cultura organizacional, ele é substituído por outros profissionais seja porque obteve sucesso em algum concurso que lhe dê um vínculo efetivo, seja porque cumpriu o tempo máximo na instituição ou porque a instituição naquele ano não pode aproveitá-lo. O profissional perde, a Instituição como um todo perde, mas sobretudo, perdem os usuários que são atendidos pelo Sistema de Serviço Social da FAB.

Ainda assim, não se pode desconsiderar que o espaço sócio ocupacional do assistente social na FAB foi construído a partir do movimento das profissionais, sejam elas servidoras civis, militares de carreiras ou temporárias, que lutaram ao longo dos anos por um trabalho pautado nos princípios éticos da profissão,

buscado sempre dar legalidade às suas ações, fato que ampliou sua visibilidade no COMAER e o tornou legítimo.

Por constituir-se como campo profissional para cento e trinta e sete assistentes sociais que trabalham nas políticas de saúde, assistência, educacional e operacional constitui-se como um espaço repleto de possibilidades para o desenvolvimento de uma prática profissional comprometida com valores éticos de liberdade e autonomia aos usuários que demandam os serviços, ainda que o passado histórico da instituição carregue traços de coerção.

Assim, ao encerrar essas breves considerações, ressaltamos a relevância da realização de estudos e pesquisas na área do serviço social, relativas aos trabalhadores que desenvolvem suas funções no âmbito militar, por acreditar que ainda há muitas particularidades a serem desveladas pelo nosso olhar neste espaço sócio ocupacional, permeado por limites, mas rico de análises e possibilidades!

5

Referências bibliográficas

ALVES, G. **O que é o Precariado?** Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

_____. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório:** O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha, 2010. Disponível em: <[http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI %20ALVES_2010.pdf](http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995. 155p.

_____. **Os sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil III.** São Paulo, Boitempo, 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. Fundamentos de Política Social. In: MOTA et al. **Serviço Social e Saúde.** Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

BORGES, A.; DRUCK, G. A epidemia da Terceirização. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III.** São Paulo, Boitempo, 2014.

BOSCHETTI, I. (Org.). **Expropriação e Direitos no capitalismo.** São Paulo, Cortez, 2018.

BRAGA, R. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo, Boitempo, 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.880/80.** Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6880.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. **Decreto-Lei nº 2.961 de 1941**. Cria o Ministério da Aeronáutica. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2961-20-janeiro-1941-412859-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

_____. **Lei nº 6.924 de 29 de junho de 1981**. Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6924.htm>. Acesso em: 05 mar. 2020.

_____. **Decreto nº 86.325, de 1 de setembro de 1981**. Regulamenta a Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981, que cria no Ministério da Aeronáutica o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D86325.htm . Acesso em: 05 mar. 2020.

_____. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L8742.htm>. 04 mar. 2020.

_____. **Lei Complementar Nº 97 de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm>. 04 mar. 2020.

_____. **Política de Assistência Social das Forças Armadas**. 2006. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/saude/portaria_1173_pol_de_as_das_ffaa.pdf>. 04 mar. 2020.

_____. **Lei nº 12.797 de 04 de abril de 2013**. Dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio - QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12797.htm>. 04 mar. 2020.

_____. **Resolução nº510, de 07 de abril de 2016**. Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

_____. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-13467-2017.htm>>. 04 mar. 2020.

BRASIL, **Lei nº 13.954 de 16 de dezembro de 2019**. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020.

CAVALCANTI, L. F. **Experiência do Serviço Social no atendimento às famílias dos pacientes alcoolistas com passagem pelo Hospital Central da Aeronáutica**. Rio de Janeiro, 1987. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. (Org.). **Assistentes Social no Brasil**: elementos para estudo do perfil profissional, CFESS, maio de 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

D'ARAÚJO, M. C. **Militares, Democracia e Desenvolvimento**: Brasil e América do Sul. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2010.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: Novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. especial 01, p. 37-57, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil, alguns indicadores. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DRUCK, G.; FRANCO, T.; SELIGMAN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, n. 35, ISSN, 229-248, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-6572010000200006>. Acesso em: 02 fev. 2020.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Portaria Nº 93/GM3 de 24 de janeiro de 1985**. “Institui o Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica”. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=198544>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Portaria nº. 1.127/GC3, de 7 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre a criação e implantação dos Núcleos de Serviço Social no âmbito do Comando da Aeronáutica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1560916/dou-secao-1-09-12-2009-pg-14>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. **DCA nº11-43/2016.** “Reestruturação da FAB”. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/reestruturacao/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. **Norma de Serviço do Comando da Aeronáutica N° 163-1/2008.**

_____. **Instrução do Comando da Aeronáutica ICA 161-1/2014.**

_____. **Instrução do Comando da Aeronáutica ICA 163-1/2014.**

_____. **Revista Opúsculo**, n. 51 - “Elas por elas: a mulher militar na FAB”. Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica – INCAER. 2018. Disponível em: <http://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_mulher_fab.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

_____. **Portaria nº 1.849/GC4, DE 8 de novembro de 2018.** Dispõe sobre a reformulação e alteração de denominação do Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica, 2018.

FONTES, V. Expropriações contemporâneas: um primeiro debate teórico. In: ALIAGA, L.; AMORIM, H.; MARCELINO, P. (Orgs.). **Marxismo: teoria, história e política.** São Paulo: Alameda, 2011.

_____. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **A produção capitalista do espaço.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Neoliberalismo: História e implicações.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez/CELATS, 1983.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARE. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, 1995.

MARX, K. **O capital**: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. **Prefácio de José Paulo Netto**. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985c.

_____. **O capital**. Edição Condensada. Bauru, SP: Edipro, (2002). 3. ed. 2008. Série Clássicos Edipro.

MENDES, J. M. R.; WUNSCH, D. S. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. **Serv. Soc. Soc.** n.107, p.461-481. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. 2011. Acesso em: 27 jan. 2020.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MOTA, A. E.; TAVARES, M.A. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: _____. (Orgs.). **Cenários, contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, A. E. **Sobre as expropriações contemporâneas**: hipóteses e reflexões. 2017 Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC44/mc444.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, n. 3. ABEPSS, 2001.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 1).

RAICHELIS, R.; SILVA, O. D. S. **O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social**: uma questão emergente, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0582.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

RICHMOND, M. E. **Diagnóstico Social**. Tr. José Alberto de Faria, Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.

STAMPA, I. Transformações recentes no mundo do trabalho e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**, v. 10, p. 35-60, 2012.

STAMPA, I.; SANTOS, T. V. S. Contratação por pregão: formas atípicas de trabalho de assistentes sociais no Brasil recente. **Ser Social**, Brasília, v. 21, n. 44, jan./jun. 2019.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa?** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. Trad.: E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Primeiro volume)

VALENCIA, A. S. **El precarizado: nueva clase social?** México, 2015.

YASBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ZACARON, S. S. **O Serviço Social no Comando da Aeronáutica: decifrando este espaço socio-ocupacional do assistente social**. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

6 Anexos

6.1.

Anexo 1 – Ofício de autorização para aplicação de questionário de pesquisa acadêmica



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO

Ofício nº 18/SAS/23263
Protocolo COMAER nº 67246.021070/2019-16

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 2019.

Da 1T QCOA ASS Nathália Araujo
Ao Sr Diretor de Administração de Pessoal

Assunto: Autorização para aplicação de questionário de pesquisa acadêmica.

Anexo: A. TERMO DE CONSENTIMENTO REFERENTE AO ACESSO À
INSTITUIÇÃO PARA FINS DE PESQUISA ACADÊMICA; e
B. INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS DA PESQUISA.

1. Ao cumprimentar o Senhor, passo a tratar sobre a consulta para aplicação de questionário visando a realização da pesquisa que versa sobre a "Análise das particularidades na contratação de assistentes sociais militares temporários na Força Aérea Brasileira".
2. Sobre o assunto em tela, ressalto que a pesquisa, em andamento por esta Assistente Social desde o ano de 2018, junto à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, está sendo realizada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Inicialmente foram realizadas leituras necessárias para o embasamento teórico da pesquisa, além de levantamento quantitativo dos recursos humanos na área do serviço social e estudo dos editais de contratação dos quadros de ingresso temporário da FAB. Em sua fase atual, a pesquisa prevê a participação das assistentes sociais dos quadros temporários da Força Aérea Brasileira, que consentirão previamente sua adesão, a ser realizada através do preenchimento de um questionário de perguntas abertas e fechadas, através da plataforma *google forms*, a qual o link será enviado por e-mail.
3. Destaco que a relevância desta pesquisa vislumbra sua contribuição para o trabalho dos assistentes sociais da Força Aérea Brasileira a partir do levantamento de perfil dos assistentes sociais inseridos em caráter temporário na instituição, além da caracterização das particularidades desse vínculo e suas incidências nas relações de trabalho do assistente social neste espaço sócio ocupacional.
4. Diante do exposto, consulto ao Senhor sobre a possibilidade de autorização para aplicação do questionário às assistentes sociais da FAB, haja vista que este instrumento é de extrema relevância para a continuidade da referida pesquisa.
5. Sendo estas as considerações, coloco me à disposição do Senhor para as interações que se fizerem necessárias por intermédio do telefone (21) 998652660.

(Fl. 2/2 do Of. nº 18/SAS/23263 - GAP-RJ, de 12 NOV 2019, Prot. nº 67246.021070/2019-16)

1 Ten QCOA ASS Nathália Araújo
Chefe da SAS



6.2.

Anexo 2 – Ofício resposta da autorização para aplicação de questionário de pesquisa acadêmica

MINISTÉRIO DA DEFESA - COMANDO DA AERONÁUTICA - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL (Processo nº 67246.021070/2019-16 - Ref Ofício nº 18/SAS/23263, de 12 nov 2019)

1º DESPACHO

Nº 63/ASESO/49964

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 2019.

Do Diretor de Administração do Pessoal
Ao Sr. Chefe do Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro



1. Trata o presente documento de consulta para aplicação de questionário, objetivando a realização de pesquisa que versa sobre a "Análise das particularidades na contratação de assistentes sociais, temporários, na Força Aérea Brasileira".

2. Tendo em vista que a pesquisa envolverá assistentes sociais dos Grupamentos de Apoio, das Organizações de Saúde e dos CINDACTA, e considerando que tais organizações não estão subordinadas à Diretoria de Administração do Pessoal, a competência para conceder a autorização para sua aplicação foge da alçada deste Diretor.

3. Assim sendo, oriento a que a solicitação de autorização para a aplicação da pesquisa seja encaminhada aos Órgãos de Direção Geral, aos quais as Organizações Militares e Organizações de Saúde estão subordinadas.

4. Informo, ainda, que quaisquer trabalhos acadêmicos, que tratem do Sistema de Serviço Social do COMAER, englobando suas ações e seus recursos humanos e materiais, devem ter uma cópia encaminhada à Assessoria de Serviço Social da DIRAP, quando de sua conclusão, para conhecimento, averiguação e correção de inconformidades e posterior divulgação na página da DIRAP.

Maj Brig Ar MAURO MARTINS MACHADO
Diretor de Administração do Pessoal



Assinado digitalmente por MAURO MARTINS MACHADO
ESTE DOCUMENTO DEVE SER AUTENTICADO NO PORTAL <https://sdo.aer.mil.br/idos>,
informando o código: 364F52JG.6LSRPG2Z.3RASURO2.YVWL PWTN



6.3.

Anexo 3 – Termo de consentimento referente ao acesso a instituição para fins de pesquisa acadêmica

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



TERMO DE CONSENTIMENTO REFERENTE AO ACESSO À INSTITUIÇÃO PARA FINS DE PESQUISA ACADÊMICA

Este termo refere-se ao consentimento do Chefe do Centro de Apoio da Aeronáutica (CEAP) para acesso da pesquisadora à Instituição, com finalidade exclusiva de pesquisa.

Esta pesquisa fará parte da dissertação de Mestrado, requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social intitulada “**Análise das particularidades na contratação de assistentes sociais militares temporários na Força Aérea Brasileira (FAB)**”. A pesquisa tem como objetivo analisar as particularidades da contratação temporária dos Assistentes Sociais da FAB, ocorrida nos anos de 1990 e 2000. A relevância desta pesquisa vislumbra sua contribuição para o trabalho dos Assistentes Sociais da Força Aérea Brasileira a partir do levantamento de perfil dos Assistentes Sociais inseridos em caráter temporário na Instituição, além da caracterização das particularidades desse vínculo e suas incidências nas relações de trabalho do Assistente Social neste espaço sócio ocupacional.

A pesquisa prevê a participação das Assistentes Sociais dos Quadros Temporários da Força Aérea Brasileira, que consentirão previamente sua adesão e será realizada por meio do preenchimento de um questionário de perguntas abertas e fechadas, na plataforma *google forms*, a qual o link será enviado por e-mail.

É assegurado:

O direito de ser informado sobre os objetivos e resultados do estudo; e

A total confidencialidade, sigilo e privacidade dos dados, sendo que, na apresentação dos resultados, não será possível a identificação das pessoas ou grupos da Instituição.

Pesquisadora Responsável: 1T QCOA ASS **Nathália Araujo Ribeiro Santana**

Nathália

Eu, BRIG INT MARCELO ESTEVAM BARBOSA, Chefe do CEAP, autorizo a pesquisadora a realizar o estudo, com fins acadêmicos, mediante explicação dos objetivos de pesquisa e condições acima citados.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2019

Marcelo

Chefe do CEAP

Brig Int Marcelo Estevam Barbosa
Chefe do CEAP

6.4.**Anexo 4 – Termo de consentimento livre e esclarecido**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) assistente social militar temporário da Força Aérea Brasileira, você está sendo convidada (o) para participar da pesquisa de Dissertação de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC Rio intitulada **“Precarização especializada: análise das particularidades na contratação de assistentes sociais militares temporários na força aérea brasileira”**.

O presente termo visa atender à exigência da resolução CNS nº510/2016, e destina-se a esclarecer ao participante os aspectos éticos e riscos de sua participação. A pesquisa se dará sob a responsabilidade da pesquisadora Nathália Araujo Ribeiro Santana, aluna do curso de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

A pesquisa tem como objetivo analisar as particularidades da contratação temporária dos assistentes sociais da FAB, ocorrida nos anos de 1990 e 2000. Nas últimas décadas, as formas de ingresso de assistentes sociais na FAB têm se modificado consideravelmente de maneira a acompanhar as transformações sociais em curso, sempre atendendo às demandas impostas pelo capitalismo ao Estado e suas exigências ao mundo do trabalho na contemporaneidade. Neste estudo buscaremos abordar de que maneira a ampliação na contratação de assistentes militares em caráter temporário na FAB se insere no bojo das formas de precarização do trabalho no Brasil.

A relevância desta pesquisa vislumbra sua contribuição para o trabalho dos assistentes sociais da Força Aérea Brasileira a partir do levantamento de perfil dos assistentes sociais inseridos em caráter temporário na instituição, além da caracterização das particularidades da precarização desse vínculo e suas incidências nas relações de trabalho do assistente social neste espaço sócio ocupacional. Assim, analisar o aumento das formas de contratação temporária dos assistentes sociais da Força Aérea Brasileira como expressão da tendência de precarização das relações de trabalho promovidas pelo Estado Brasileiro torna-se relevante à medida que nos traz um panorama das especificidades da precarização deste quadro profissional.

As informações obtidas serão confidenciais, utilizadas somente para os fins da pesquisa, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação, inclusive quando da

apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de parte do grupo e não de uma pessoa. Assim, serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. As respostas dos questionários serão de uso exclusivo do pesquisador, e assim sendo, não serão anexadas à dissertação. Cabe ressaltar, no entanto, que os dados serão analisados no corpo da dissertação, respeitando-se a veracidade do conteúdo e a confidencialidade como forma de evitar os possíveis riscos de indisposição entre o participante e a FAB na condição de instituição empregadora.

A participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Se decidir participar terá todas e quaisquer formas de esclarecimento e informações sobre a pesquisa, bem como da metodologia adotada. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal ou profissional se esta for a sua decisão.

A sua participação consistirá em preencher um questionário de perguntas abertas e fechadas, através da plataforma *google forms*, a qual o link será enviado por e-mail. O conteúdo dos formulários preenchidos ficará guardado em arquivo sob a minha responsabilidade e será destruído após cinco anos do término da pesquisa. Cabe ressaltar que você não terá nenhum gasto e também não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo.

Quanto aos possíveis riscos que toda pesquisa possui nas diversas áreas da vida (física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e espiritual), consideramos que os riscos são mínimos e trata-se da possibilidade de desconforto emocional por compartilhar informações pessoais ou que envolvam a terceiros. Neste sentido, entendemos a necessidade de dar clareza sobre as informações pertinentes na condução da pesquisa, considerando a confidencialidade e a privacidade dos dados da pesquisa e ainda assim, caso não queira prosseguir com o preenchimento do formulário, basta apenas não enviá-lo a esta pesquisadora. Além disso, cabe ressaltar os possíveis riscos relacionados à segurança das informações trocadas através do meio eletrônico como forma de preenchimento do questionário via *google forms*, pois apesar do questionário não ser identificado nominalmente, há o risco da circulação dos dados em ambiente virtual.

Ao ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e marcar o aceite para preenchimento você estará confirmando sua participação no preenchimento desta pesquisa. Você receberá uma cópia deste questionário, via e-mail, onde consta o telefone e o e-mail do pesquisador responsável e de sua orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Quando a pesquisa estiver concluída você terá livre acesso aos seus resultados.

Estou de acordo com os termos para a participação no estudo descrito acima. Fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos da pesquisa e aos procedimentos. Os pesquisadores me garantiram disponibilizar qualquer esclarecimento adicional a que eu venha solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação a qualquer momento, sem que a minha desistência implique em

qualquer prejuízo à minha pessoa, sendo garantido anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação, bem como de que a minha participação, neste estudo, não me trará nenhum benefício econômico.

☐ Marcar aceite

Pesquisadora responsável: Nathália Araujo Ribeiro Santana (21) 998652660

email: natth.araujo@hotmail.com

Orientadora: Márcia Regina Botão Gomes (21) 980244194 ou 35272392

email: mrbotao@yahoo.com.br

Contato do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio: (21) 3527-1290

Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq): (21) 35271618 localizado na Vice Reitoria para assuntos acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225, Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro, RJ.

6.5.

Anexo 5 – Instrumento para coleta de dados das pesquisas**INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS DA PESQUISA**

“PRECARIZAÇÃO ESPECIALIZADA: análise das particularidades na contratação de Assistentes Sociais militares temporários na Força Aérea Brasileira”

1. Perfil Profissional

Objetivo: Caracterizar o perfil dos assistentes sociais militares temporários da Força Aérea Brasileira e identificar o nível de qualificação profissional exigida para o ingresso e manutenção nos quadros profissionais;

Idade _____

Sexo () Feminino () Masculino

Localidade () Norte () Nordeste () Sul () Sudeste () Centro Oeste

Organização Militar _____

Quadro funcional () Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica - QCOA

() Quadro de Oficiais Convocados - QOCON Ano de ingresso _____

Quanto tempo de serviço na Força Aérea Brasileira? _____

Ano de graduação _____ Instituição _____

Pós Graduação: Não cursei Pós-graduação () Estou cursando pós graduação ()

Latu Senso () Mestrado () Doutorado ()

Possuía vínculo empregatício como assistente social antes da Força Aérea

Brasileira? () sim () não

Se sim, porque você optou em trabalhar na Força Aérea Brasileira? () status ()

salário () condições de trabalho () proximidade de casa () experiência

profissional () outros? Qual _____

2. Relações de Trabalho

Objetivo: Apontar de que maneira a ampliação na contratação de assistentes militares em caráter temporário na FAB se insere no bojo das formas de precarização do trabalho no Brasil.

Quais funções você desempenha como assistente social na Força Aérea Brasileira? _____

Do conjunto de funções que desempenha, quais ocupam maior tempo da sua jornada de trabalho: () funções militares () funções do cargo de assistente social () outras quais seriam? _____

Sente-se valorizado no desenvolvimento de seu trabalho como assistente social () sim () não

Percebe distinção no trato com os superiores pelo fato de ser militar temporário () sim () não

Percebe distinção no trato com subordinados pelo fato de ser militar temporário () sim () não

Alguma atividade de sua Organização Militar já foi interrompido e perdeu continuidade devido à saída de assistente social militar temporário () sim () não Qual? _____

Existe alguma função na sua Organização Militar que não possa ser desempenhada por uma assistente social militar temporária () sim () não Qual? _____

O fato de ser assistente social militar temporária afeta a qualidade do seu trabalho na Força Aérea Brasileira? Se a resposta for sim, explicitar de que maneira isso ocorre? _____

Avalie suas condições de trabalho como assistente social na Força Aérea Brasileira () satisfatória () insatisfatória

Sua Organização Militar dispõe de uma estrutura física para realização do seu trabalho () sim () não

Recebe recursos financeiros suficientes para realização do seu trabalho () sim () não

Possui espaço adequado para atendimento aos usuários () sim () não

Consegue desenvolver Projetos e programas sociais voltados ao público-alvo () sim () não

Sente-se valorizado no desenvolvimento de seu trabalho como assistente social () sim () não

Sente-se motivado a realizar cursos de atualização profissional ou extensão

() sim () não

Recebe estímulo por parte da instituição para a realização de cursos de capacitação profissional e/ou participar de evento na área do serviço social

() sim () não

Desenvolve ou já desenvolveu estudos e pesquisas referentes ao trabalho do assistente social na Força Aérea Brasileira () sim () não

Já publicou ou apresentou algum trabalho que tenha como tema a prática profissional do assistente social na Força Aérea Brasileira? () sim () não

Sente-se motivado a sistematizar sobre sua prática profissional na Força Aérea Brasileira?

() sim () não

Busca meios de sair da Força Aérea Brasileira antes do encerramento de seu Tempo de Serviço? () sim () não

Sente-se inseguro ao pensar no término de seu Tempo de Serviço na Força Aérea Brasileira?

() sim () não

Considera que seu trabalho como assistente social militar temporário da Força Aérea Brasileira é precário? Porque?

Substituiria pergunta seguinte por: Tem desejo de sair da Força Aérea Brasileira?

() Sim () Não. Por quê? _____

6.6.

Anexo 6 – Análise dos editais de contratação para os quadros temporários da FAB 2012 a 2019

QCOA 2012 e 2013	QOCON 2014 a 2019
estabelecido no Regulamento para o Quadro de Oficiais Temporários da Aeronáutica, Decreto nº 85.866, de 1º de abril de 1981, com alterações aprovadas pelos Decretos nº 99.228, de 27 de abril de 1990, nº 865, de 9 de julho de 1993, e nº 1.367, de 12 de janeiro de 1995, e normatizado pela Instrução Reguladora do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (ICA 36-13), destina-se a suprir, temporariamente, as necessidades de Oficiais para o preenchimento de cargos e para o exercício de funções técnico-especializadas do interesse do comar.	Este Aviso de Convocação aprovado pela Portaria DIRAP Nº 1.910-T/3SM, de 21 de março de 2019, tem por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para a inscrição e participação no processo de seleção de profissionais de nível superior, com vistas à prestação do Serviço Militar Voluntário, em caráter temporário, para a incorporação no ano de 2019. Portaria COMGEP nº 1.865/DPL, de 6 de outubro de 2016, que aprova a ICA 33-22/2016 “Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário”; Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, “Lei do Serviço Militar”, retificada pela Lei nº 4.754, de 18 de agosto de 1965; b) Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980, “Estatuto dos Militares”; c) Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966, “Regulamento da Lei do Serviço Militar”, alterado pelos Decretos nº 58.759, de 28 de junho de 1966, nº 76.324, de 22 de setembro de 1975, nº 93.670, de 9 de dezembro de 1986, nº 627, de 7 de agosto de 1992, e nº 1.294, de 26 de outubro de 1994; d) Decreto nº 76.323, de 22 de setembro de 1975, “Regulamenta a Lei nº 6.165, de 9 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a Formação de Oficiais Engenheiros para o Corpo de Oficiais da Aeronáutica, da Ativa e dá outras providências; e) Decreto nº 6.854, de 25 de maio de 2009, “Regulamento da Reserva da Aeronáutica”; f) Decreto nº 8.130, de 24 de outubro de 2013, “Altera o Regulamento da Reserva da Aeronáutica”; g) Portaria nº 1.355/GC3, de 4 de Setembro de 2018, “Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados;
44ª ANOS DE IDADE ATÉ 31/12 DO ANO DA MATRÍCULA	45 ANOS ATÉ 31/12 DO ANO DE INCORPORAÇÃO
36 VAGAS	17 VAGAS
NACIONAL	REGIONAL
DIPLOMA DE FORMAÇÃO NA ESPECIALIDADE	DIPLOMA DE FORMAÇÃO NA ESPECIALIDADE
EAOT DE 13 SEMANAS EM BH	EAT 12 MESES (3 ETAPAS) NA LOCALIDADE

ALUNO/2º TEN/1º TEN	ASPIRANTE/2º TEM/1º TEN
2 ANOS PODENDO PRORROGAR ANUALMENTE ATÉ O LIMITE DE 8 ANOS POR INTERESSE DA ADM.	1 ANO PODENDO PRORROGAR ANUALMENTE ATÉ O LIMITE DE 8 ANOS POR INTERESSE DA ADM.
PROVA ESCRITA DE MÚLTIPLA ESCOLHA SOBRE OS CONTEÚDOS DE PORTUGUÊS E ESPECIALIDADE, ALÉM DE UMA REDAÇÃO. EXAME MÉDICO, TESTE FÍSICO, PSICOTÉCNICO.	INSCRIÇÃO ELETRÔNICA, ENTREGA DE DOCUMENTOS, AVALIAÇÃO CURRICULAR, INSPEÇÃO DE SAÚDE E PSICOLÓGICA, TESTE FÍSICO.
NÃO PODE ACUMULAR OUTRO CARGO PÚBLICO (REGIME DE)	NÃO PODE ACUMULAR OUTRO CARGO PÚBLICO (REGIME DE)

Fonte: autoria própria, 2020.

6.7.

Anexo 7 – Mapeamento das produções teóricas sobre o Serviço Social na FAB

TÍTULO	ANO	TIPO	ÂMBITO/ INSTITUIÇÃO
O SERVIÇO SOCIAL NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	2008	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	EXTERNO - UFSC
O SERVIÇO SOCIAL NO COMANDO DA AERONÁUTICA: DECIFRANDO ESTE ESPAÇO SOCIO OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	2011	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO	EXTERNO - UERJ
COMANDO DA AERONÁUTICA: AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS DA DIRINT/SDEE	2011	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL	EXTERNO – FUNDAÇÃO CESGRANRIO
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A RESERVA E APOSENTADORIA DO COMANDO DA AERONÁUTICA	2011	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL	EXTERNO – FUNDAÇÃO CESGRANRIO
TRABALHO E AVIAÇÃO MILITAR NO BRASIL: condições de trabalho no setor de manutenção de aeronaves no âmbito da Política de Defesa Nacional	2012	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO	EXTERNO – PUC RJ
SOCIEDADE DE CONSUMO E O ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA NO ÂMBITO DO V COMANDO AÉREO REGIONAL: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL	2013	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO	EXTERNO – PUC RS
O SERVIÇO SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DA AERONÁUTICA: ANÁLISE DA PRÁTICA PROFISSIONAL DA REGIÃO AMAZÔNICA	2015	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO	EXTERNO – UFPA
AUTONOMIA DE VOO: transformações recentes do capitalismo e incidências para o Serviço Social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA	2016	DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO	EXTERNO – PUC RJ
A reestruturação produtiva e a atuação do assistente social na FAB	2017	MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO	EXTERNO – UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES

Fonte: autoria própria, 2020.